



RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

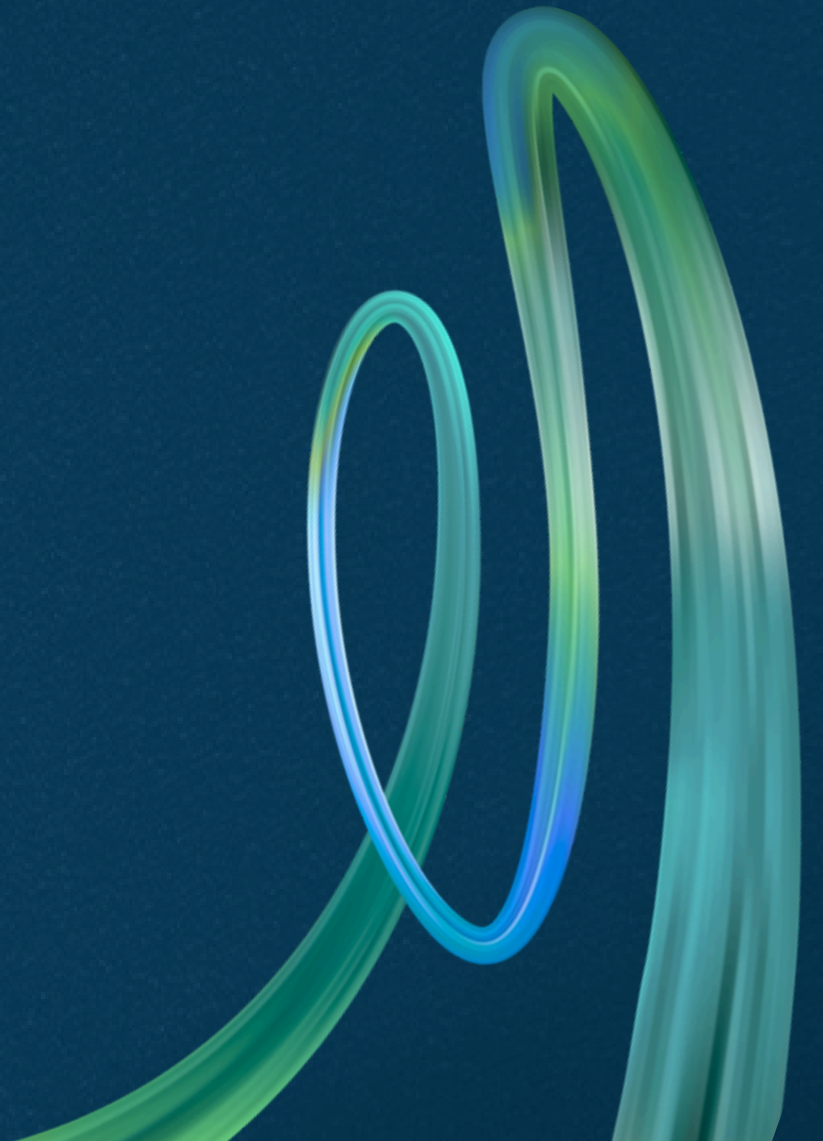


CBTU

**Companhia Brasileira
de Trens Urbanos**

- 4** **MENSAGEM DO PRESIDENTE**
- 8** **VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL**
 - CBTU – Missão e visão
 - Estrutura organizacional
 - Ambiente externo e interno
 - Modelo de negócio
- 21** **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GOVERNANÇA**
 - Objetivos estratégicos
 - Estrutura de governança
 - Canais de comunicação
- 33** **GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**
 - Estrutura de gestão e controle das demandas judiciais
- 42** **RESULTADOS DA GESTÃO**
 - Resultados alcançados e metas
 - Indicadores de desempenho
 - Perspectivas e desafios
- 54** **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO**
 - Gestão orçamentária e financeira
 - Gestão de pessoas
 - Gestão de licitação e contratos
 - Gestão da tecnologia da informação
 - Sustentabilidade ambiental
- 77** **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

MENSAGEM DO
PRESIDENTE



Prezados(as),

É com grande satisfação que apresento o Relatório de Gestão Integrado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) referente ao exercício de 2025.

Em 2025 a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) completou 41 anos de existência. Mesmo permanecendo no Programa Nacional de Desestatização (PND), continuou contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável, com menos emissão de poluentes, reduzindo distâncias e gerando empregos nas regiões metropolitanas de Recife, Natal, João Pessoa e Maceió. Como empresa pública federal, a CBTU reafirma o seu compromisso institucional com a transparência e com o atendimento da população menos favorecida do país. Por meio do Relatório de Gestão, apresenta para a sociedade o seu desempenho. Também, no mesmo ano, foram transportados aproximadamente cerca de 39 milhões de passageiros, com uma média, em dia útil, de 139,27 mil usuários. Novas estações foram inauguradas e, apesar do contingenciamento orçamentário, a CBTU manteve a segurança e a continuidade do serviço de transporte de passageiros sobre trilhos nas cidades em que atua. Também, no mesmo ano, foi publicada a avaliação da CBTU pelo Programa Nacional de Transparência Pública. No quesito transparência, a empresa ficou classificada no nível intermediário atendendo a 100% dos critérios. No conjunto das organizações federais avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o índice de transparência médio obtido pelas empresas avaliadas alcançou 74,41%, todas no nível intermediário.

No exercício, foram investidos R\$ 608.098,99 em iniciativas de treinamento e desenvolvimento, abrangendo ações de capacitação. Ao longo do ano, as ações de capacitação realizadas pela Companhia totalizaram 3.381 participações em treinamento, indicador que reflete o volume de inscrições em atividades formativas, considerando que um mesmo empregado pode participar de mais de uma ação de capacitação. Em 2025, a CBTU contou com 2.139 participações, contempladas, entre outras, em três principais ações de instrutoria interna, conduzidas por especialistas da própria Companhia: Atualização do RILC, Treinamento de EVTEA e Gestão e Fiscalização de Contratos e Concessão de Uso.

A CBTU tem reiterado o seu compromisso na prestação de um transporte público metroferroviário acessível e seguro à população atendida. A Companhia planeja aprimorar os procedimentos operacionais e administrativos, implantar e integrar sistemas para automatizar os processos internos, além de fortalecer e valorizar a gestão de pessoas. A empresa também tem se preparado para melhorar a experiência do usuário, expandir a oferta de soluções em mobilidade e garantir a eficiência operacional do sistema. A sua missão é o de superar os desafios e aproveitar as oportunidades, priorizando a eficiência operacional, a satisfação do usuário e a gestão de pessoas.

José Marques

Diretor-Presidente



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

NOSSA MISSÃO

Promover e prover soluções de mobilidade urbana para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.



CBTU Brasília

A Administração Central teve como destaque a governança e a sustentação institucional da CBTU, com divulgação de relatórios e demonstrativos financeiros de 2025, incluindo balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis.

Também se destacou a agenda de sustentabilidade, com a CBTU recebendo, pela segunda vez, o "Certificado Verde", entregue pela Wise Plásticos, em reconhecimento às práticas ambientais da Companhia.

Além disso, também acompanhou temas estratégicos de orçamento e continuidade operacional da empresa ao longo de 2025, com tratativas para recomposição de recursos e manutenção dos serviços.

OPERAÇÃO



STU-Natal

Aquisição de 1720 unidades de dormentes de polímero reciclado necessários para as demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura da via permanente da STU-Natal.

STU-João Pessoa

Aquisição de 939,53 toneladas de trilhos TR-45 para substituição de 21 km de trilhos na STU-JOP.

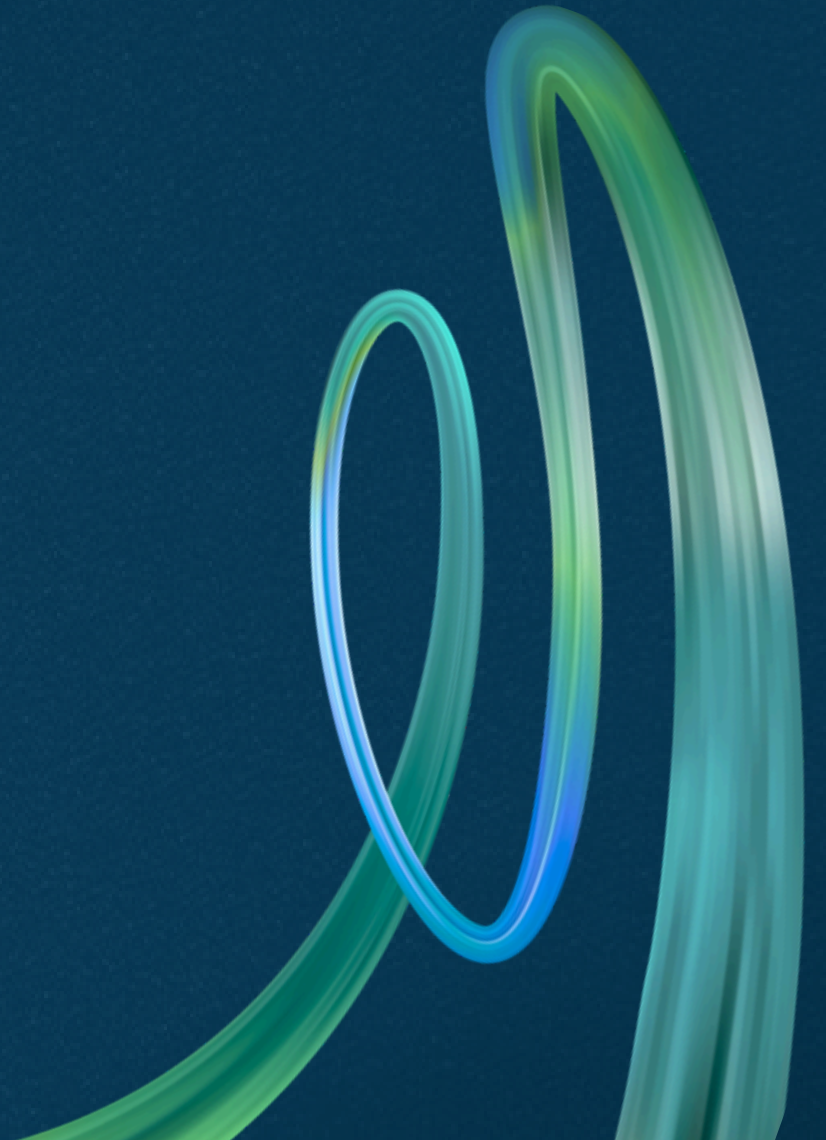
STU-Recife

- Fornecimento de 04 truques reboque e 02 truques tração para o VLT 03
- Aquisição de 19.858 dormentes monobloco de concreto TR-45
- Aquisição de 1.365,6 ton. de trilhos TR-57
- Contratação de empresa para a requalificação de equipamentos dos Trens Unidade Elétrica (TUEs), abrangendo os modelos CISM e CAF. A revisão corresponde à primeira fase de um total de duas fases, tendo sido contemplados na Fase 1 apenas os itens classificados como essenciais à segurança. A primeira entrega dos componentes revisados está prevista para dezembro de 2025. A revisão da frota CISM contemplará exclusivamente os disjuntores extra rápidos.

STU-Maceió

Aquisição de 1.818 unidades de dormentes de polímero reciclado necessários para as demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura da via permanente da STU-MAC.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL



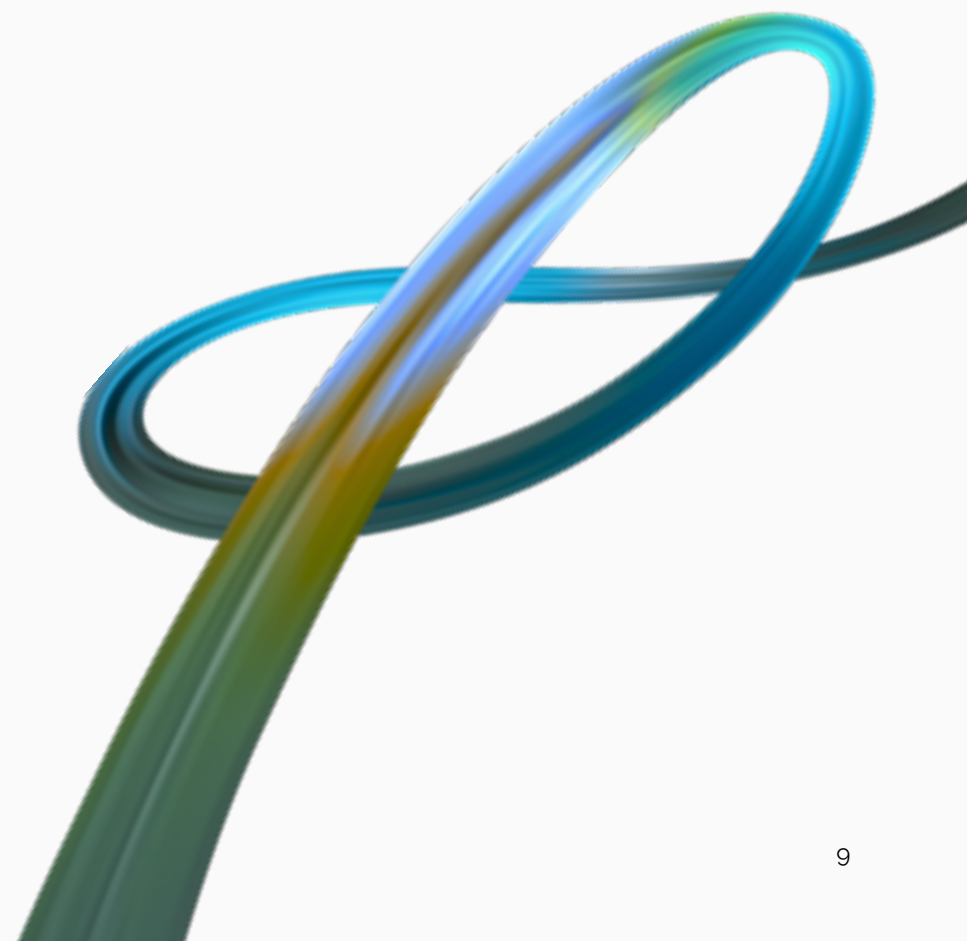
QUEM SOMOS

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, ciente da sua responsabilidade como protagonista da conformação urbana das regiões metropolitanas em que atua, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, Atua na promoção da mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público em geral, adotando diretrizes que consolidem metrô e veículos leves sobre trilhos - VLTs como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras, sendo agente do Governo Federal, no objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das cidades.

Na operação dos sistemas de passageiros nas regiões metropolitanas, a CBTU transportou em 2025 aproximadamente 40 MM de passageiros, realizou cerca de 167 mil viagens por ano, conta com 95 estações e 216 km de via férrea, o que demonstra seu alinhamento com o objetivo traçado em seu Estatuto de agir em consonância com o Plano Nacional de Viação e os programas aprovados pelo Ministério das Cidades, destinados a promover serviços de transporte de passageiros sobre trilhos.

NOSSO COMPROMISSO

Modernizar, expandir e implantar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país.



ESTATUTO SOCIAL

CAP. III – ART. 4º - DO OBJETO SOCIAL

A COMPANHIA TEM POR OBJETO, DE RELEVANTE INTERESSE COLETIVO, NOS TERMOS DO ART. 173 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Execução dos planos e programas aprovados pelo Ministério das Cidades em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte de passageiros sobre trilhos constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;

Planejamento, estudo, projetos, construção e implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;

Operação e a exploração comercial dos serviços de transporte de passageiros sobre trilhos;

O gerenciamento das participações societárias, bem como daquelas detidas pela União, em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos;

Exploração econômica da marca, patente, denominação, insígnia, bem como todos os recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bem móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.



VISÃO

Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES

Excelência, Inclusão Social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade.

MISSÃO

Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.

PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DE SUA ATUAÇÃO:

- Art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957
- Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974
- Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984
- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016
- Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016
- Decreto 11.048, de 18 de abril de 2022
- Lei 9.491 de 9 de setembro de 1997



PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO 2025:

Sem eventos societários de expressão no ano de 2025, exceto pela substituição de conselheiros.



POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO:

Seguindo a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, a CBTU não tem uma política específica de designação de representantes nas assembleias e colegiados de controladas, coligadas e SPE

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora Técnica/Diretora de Administração e Finanças interina

EDUARDO COIMBRA
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ELISA DE OLIVEIRA ALVES
Presidente do Colegiado - representante do MGI
Até Junho de 2025

MARCELL ALEXANDRE OLIVEIRA COSTA
Presidente do Colegiado - representante do Ministério das Cidades
A partir de julho de 2025

ANTÔNIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO
Conselheiro independente

AUGUSTO HENRIQUE ALVES RABELLO
Representante do Ministério das Cidades
A partir de 12 de abril de 2025

CIRANO LOPES DE OLIVEIRA
Conselheiro representante dos empregados

DENIS EDUARDO ANDIA
Representante do Ministério das Cidades

FRANCISCO JOSÉ COUCEIRO DE OLIVEIRA
Representante do MGI
A partir de Junho de 2025

MARCIO MONTEIRO GEA
Conselheiro independente

CONSELHO FISCAL

SEIJI KUMON FETTER
Presidente do Colegiado - representante da STN
Até outubro de 2025

MARCIA RIBEIRO ABREU
Membro interina do Conselho - representante da STN
A partir de novembro de 2025
Presidente interina do Colegiado - representante da STN
A partir de dezembro de 2025

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Membro do Conselho - representante do Ministério das Cidades

RODRIGO DALVI SANTANA
Membro do Conselho - representante do Ministério das Cidades

COMITÊ DE AUDITORIA

ANTÔNIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO
Presidente do Comitê
Até Julho 2025

MARCIO MONTEIRO GEA
Presidente do Comitê
A partir de Julho de 2025

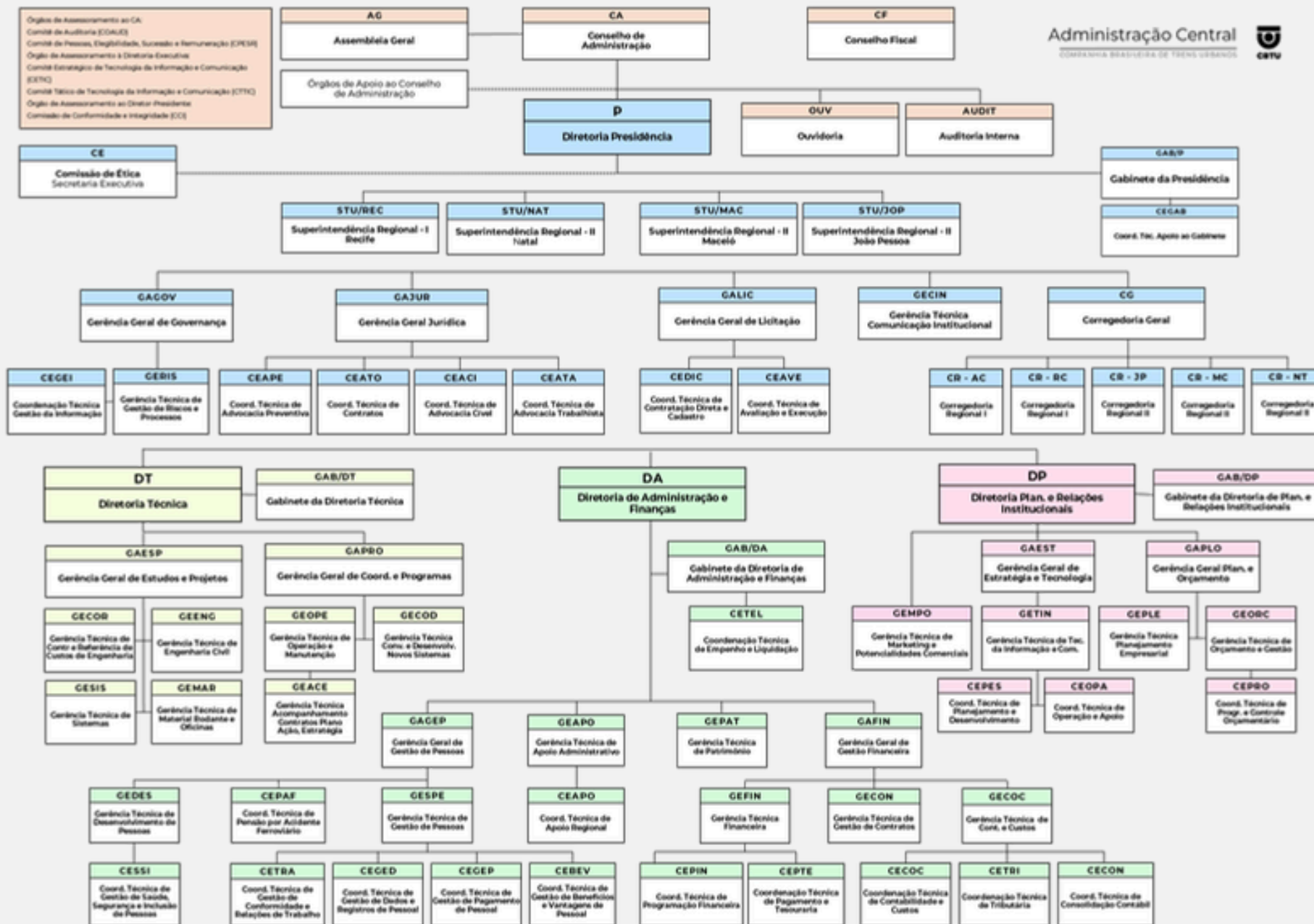
FELIPE ANTÔNIO GUIMARÃES GABRICH JÚNIOR
Membro
Até julho de 2025

EDMILSON GAMA DA SILVA
Membro

JOHN ALEXANDRER HAROLD AUTON
Membro
A partir de Julho de 2025

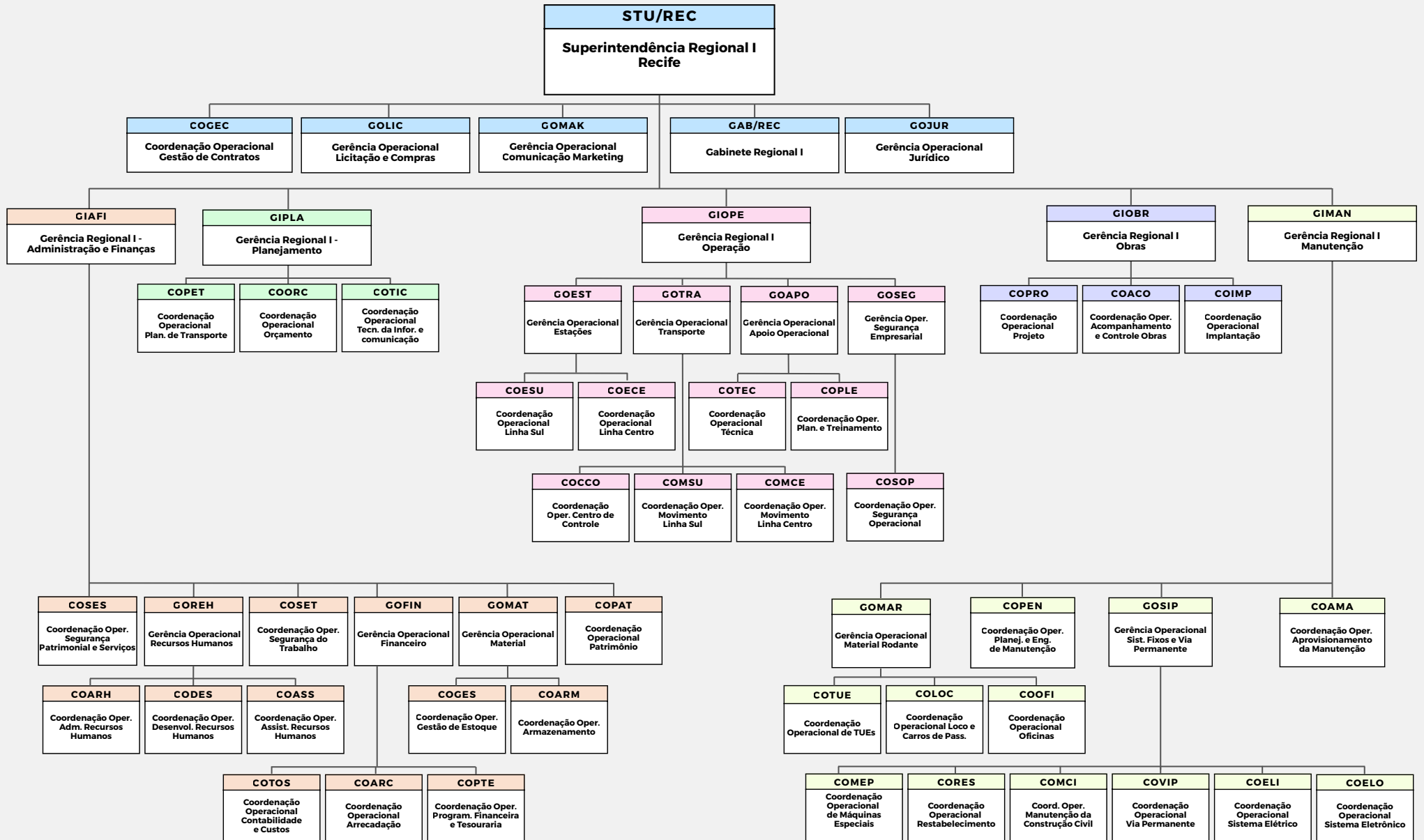
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

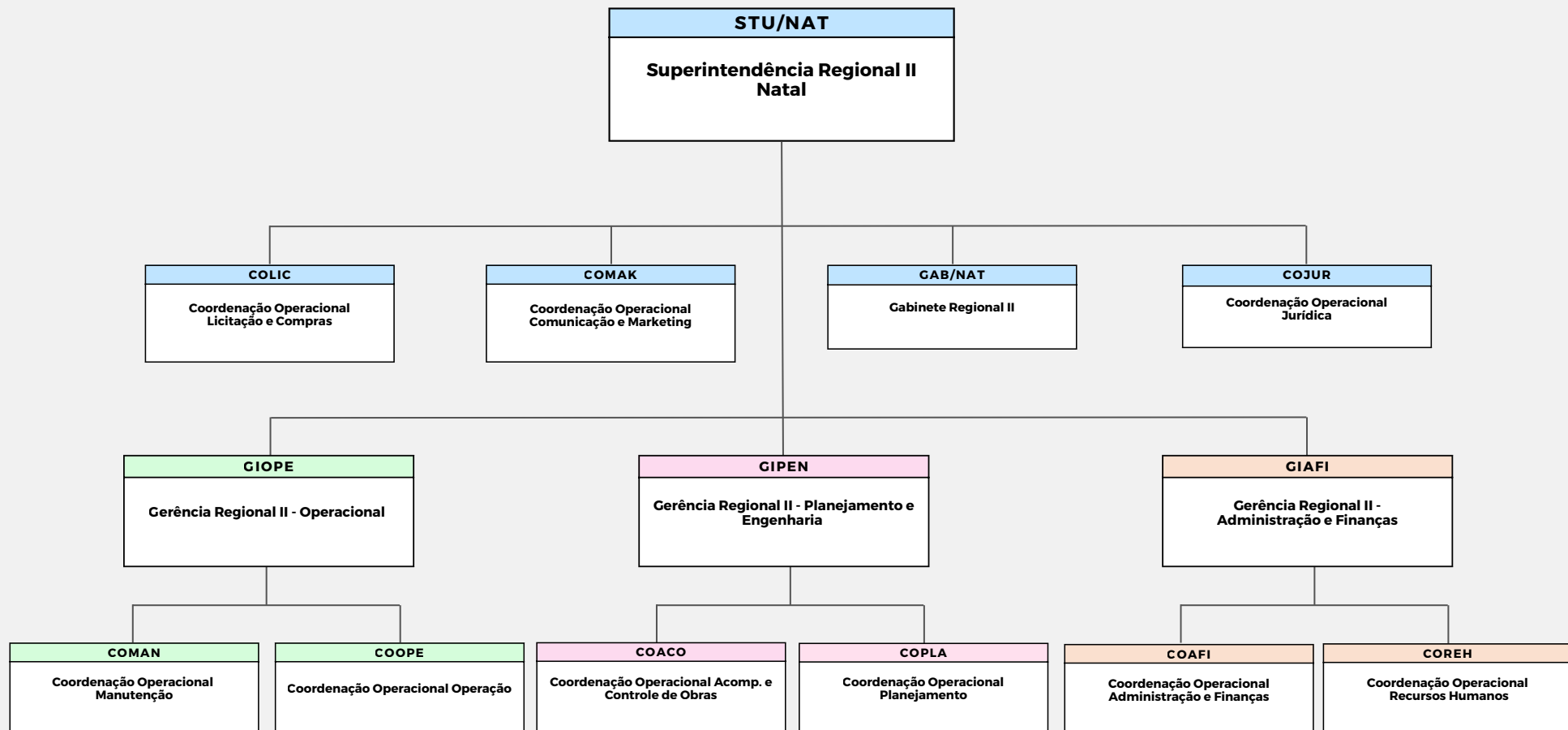


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

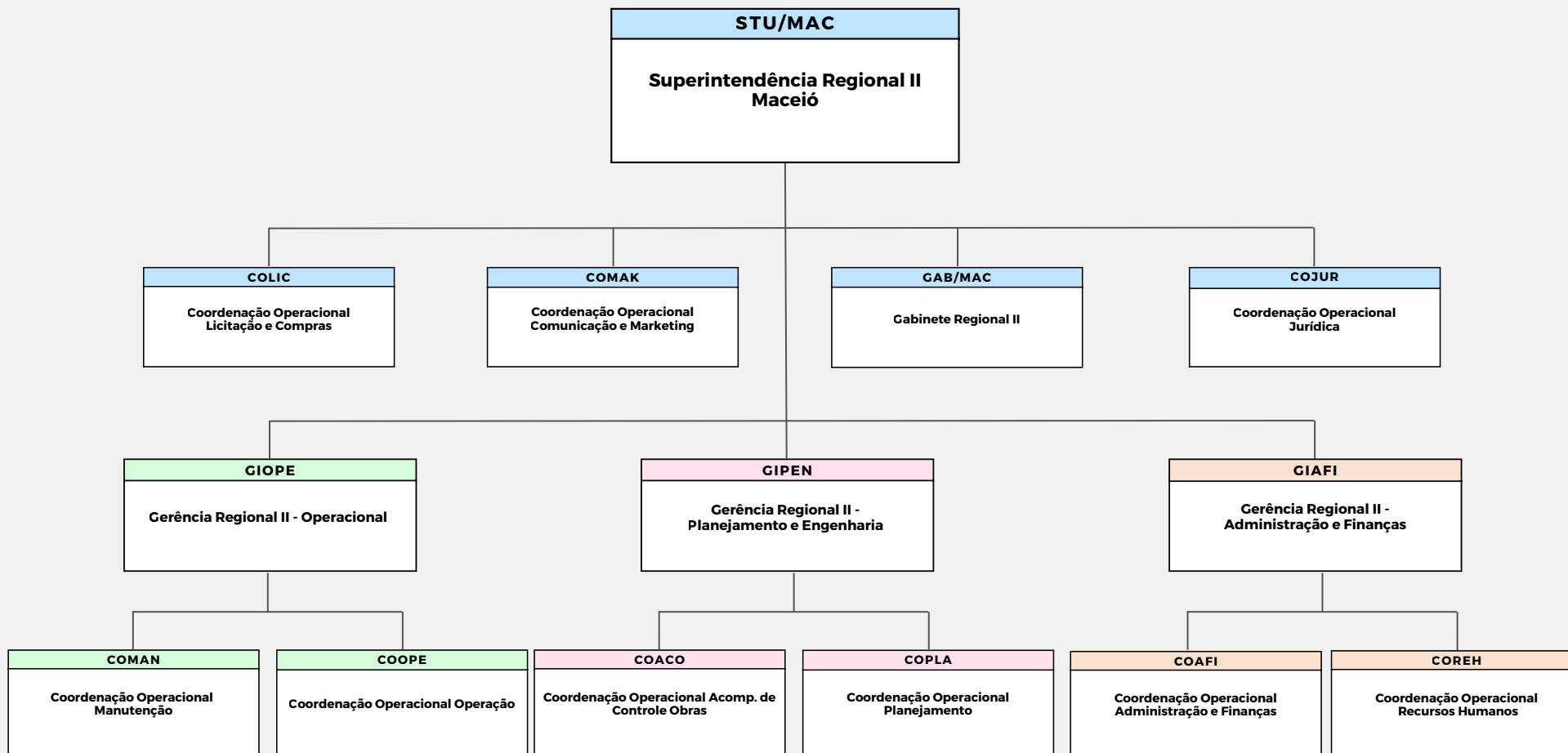
RECIFE



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL NATAL

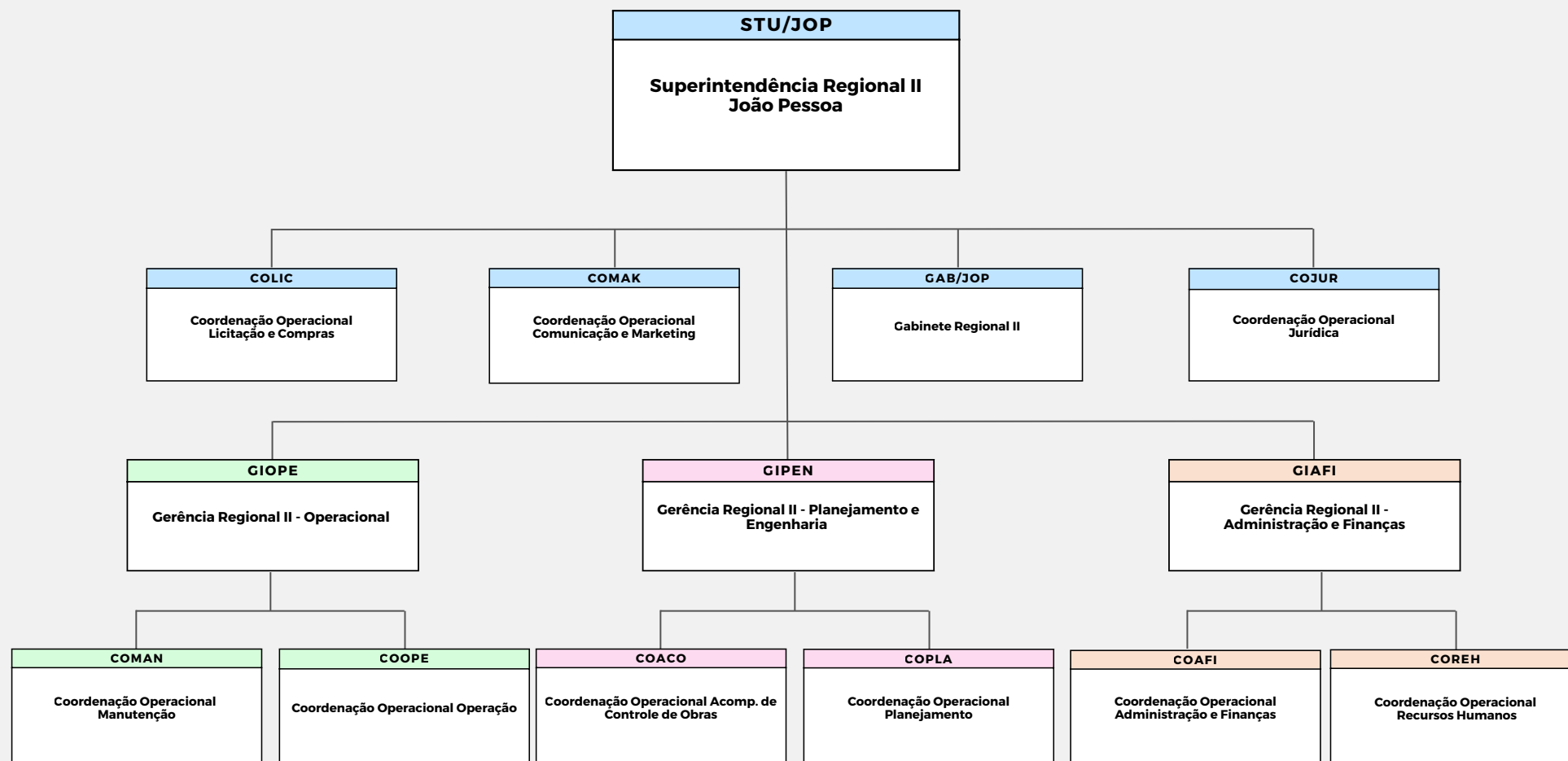


ESTRUTURA ORGANIZACIONAL MACEIÓ



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

JOÃO PESSOA



MODELO DE NEGÓCIO

MACROPROCESSOS DE APOIO

Gestão de TIC
Gestão Financeira
Gestão de Pessoas
Gestão Patrimonial
Compras e Licitação
Gestão de Contratos
Projetos Estratégicos
Operações Contábeis
Gestão Orçamentária
Gestão de Serviços Jurídicos
Gestão documental e processos
Conservação e Serviços de Apoio
Gestão Ambiental e Sustentabilidade

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Operação Metroferroviária
Negócios não operacionais
Manutenção da Infraestrutura
Fomento à Mobilidade Urbana

MACROPROCESSOS INSTITUCIONAIS

Auditoria
Ouvidoria
Corregedoria
Ética e Integridade
Governança Corporativa
Comunicação Institucional
Gestão de Riscos e Controles

RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

A CBTU, comprometida com a transparência e o compromisso com a consecução de seus objetivos, disponibiliza instrumentos que permitem a publicação de suas atividades e canais de comunicação direta com a sociedade.



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreveu a Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2025.

Disponível em:

[CARTA ANUAL](#)



CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Guia direcionado aos passageiros da CBTU, que visa facilitar e permitir o compartilhamento de informações sobre a estrutura geral e a operação dos trens urbanos nas regiões onde atua. No documento é possível consultar horários de funcionamento, telefones úteis, mapas de estações e linhas, itens de acessibilidade, achados e perdidos e muito mais.

Disponível em:

[CARTA DE SERVIÇOS](#)



OUIDORIA

Outros canais de comunicação, e-mail, telefone e endereço para comunicações presenciais poderão ser acessados pela informações disponíveis na página oficial da CBTU, pelo link:

[PÁGINA DA OUIDORIA](#)

RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

Em 2025 foram recebidas 1.271 manifestações de ouvidoria. Recife foi a superintendência com maior número de requisições, com 601 manifestações.

Das 1.271 manifestações registradas no Fala.BR, 99,1% foram respondidas dentro do prazo legal, com o tempo médio de resposta de 14,6 dias.



imprensa@cbtu.gov.br

<https://www.gov.br/cbtu/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social-1/ouvidoria>

86,7% reclamações

6,6% solicitações

4,5% denúncias

1,6% sugestões

0,9% elogios



@cbtuac
@cbturecife
@cbtumaceio
@cbtuojaopessoa
@cbtunatal



/cbtuoficial
/cbturecife
/cbtu.maceio
/cbtuojaopessoa
/cbtunatal

VALOR PÚBLICO GERADO

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é responsável pela operação de sistemas de transporte de passageiros em várias capitais brasileiras.

A CBTU desempenha um papel estratégico na mobilidade urbana sustentável, promovendo:

Redução de desigualdades

com tarifas acessíveis e políticas de gratuidade

Eficiência urbana

reduzindo o tempo de deslocamento em grandes centros

Sustentabilidade ambiental

ao substituir o transporte individual motorizado

Geração de emprego e renda

com forte presença regional

Mesmo diante de severas restrições orçamentárias, a CBTU manteve seu empenho na prestação do serviço público essencial de transporte ferroviário urbano de passageiros



38 milhões

de passageiros transportados
aproximadamente

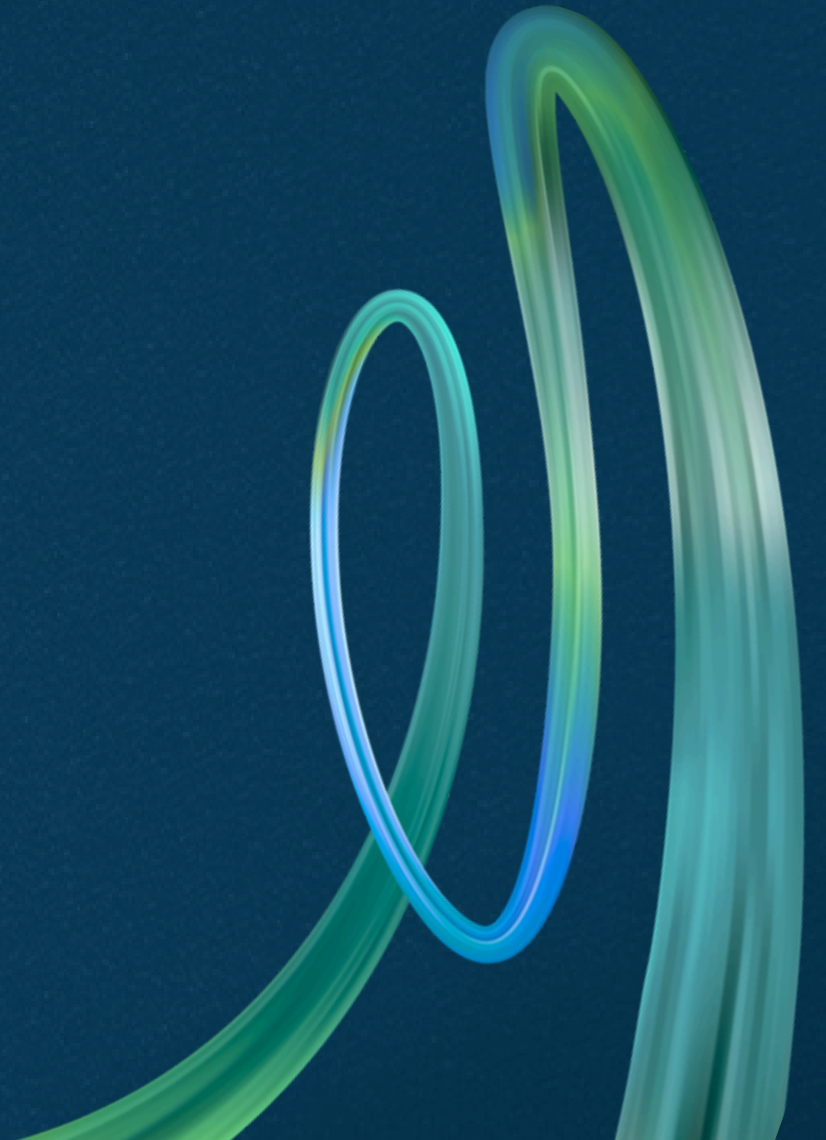


139,3 mil

usuários em dias úteis em média

No campo institucional, a CBTU destacou-se na agenda de sustentabilidade ao receber, pela segunda vez, o Certificado Verde, concedido pela Wise Plásticos, em reconhecimento às práticas ambientais adotadas pela Companhia.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E GOVERNANÇA



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Sistema de Governança da CBTU é a estrutura existente na Companhia que garante a organização, a participação e as diretrizes necessárias à interação de todos os atores, a fim de que sejam obtidos e aprimorados mecanismos adequados à boa governança corporativa, como segregação de funções estratégicas, balanceamento de poder, transparência e responsabilização.

Em 2023, com o objetivo de atualizar o plano estratégico para os próximos cinco anos, a Diretoria Executiva formou um grupo de trabalho encarregado de elaborar um estudo e apresentar uma proposta de planejamento estratégico. O objetivo era fornecer à direção instrumentos mensuráveis capazes de orientar as decisões necessárias para o cumprimento de nosso objetivo social.

Durante o segundo semestre de 2024, foi aprovado o Planejamento Estratégico. Ao final do ano foi instituído o Comitê Nacional de Planejamento Estratégico da CBTU, que tem como finalidade assessorar a alta administração na implementação e monitoramento do Planejamento Estratégico.

Ao longo de 2025, o Comitê Nacional de Planejamento Estratégico, composto por representantes de todas as diretorias e superintendências, realizou o monitoramento trimestral do desempenho, avaliando a execução dos projetos e o cumprimento de metas, de forma a apoiar a direção da companhia no alinhamento dos projetos prioritários aos objetivos estratégicos.

A seguir, os objetivos estratégicos vigentes e o mapa estratégico que foi desenvolvido para o período 2024-2028:

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Promover a gestão de pessoas por competência;
- Promover a gestão do conhecimento;
- Revisar a estrutura organizacional e o quadro de lotação de pessoal;
- Promover e prover soluções de TICs integradas e seguras.

PERSPECTIVA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

- Elevar as receitas operacional e extraoperacional;
- Otimizar os custos operacional e administrativo;
- Reduzir ações judiciais.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Promover a eficiência operacional do sistema;
- Padronizar procedimentos operacionais e administrativos;
- Aperfeiçoar a gestão de riscos corporativos e os controles internos associados;
- Implantar banco de dados de custos metroferroviários.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

- Aumentar o número de clientes transportados;
- Aumentar a satisfação dos clientes;
- Promover a captação e o desenvolvimento de estudos e projetos externos à companhia pelo corpo técnico da CBTU;
- Desenvolver projetos e operar sistemas com responsabilidade socioambiental;
- Promover a imagem institucional.



MAPA ESTRATÉGICO CBTU 2024-2028

MISSÃO: Promover e prover soluções de mobilidade urbana, para o desenvolvimento sustentável das cidades, por meio do transporte de pessoas sobre trilhos, como agente do Governo Federal, com qualidade e inclusão social.

VISÃO: Ser reconhecida como referência na oferta de soluções, planejamento, implantação e operação de transporte de pessoas sobre trilhos.

VALORES:

Excelência, Inclusão social, Integridade, Reconhecimento e Sustentabilidade.

SOCIEDADE

Aperfeiçoar a integração com outros modais

Melhorar a experiência e a satisfação dos usuários

Promover o engajamento da sociedade para melhoria dos serviços ofertados e imagem da Companhia

Aumentar o público atendido

Expandir a oferta de soluções em mobilidade

Ampliar a participação no planejamento urbano

FINANCEIRA

Reduzir o ônus com ações judiciais

Elevar as receitas operacional e acessórias

Otimizar os custos operacional e administrativo

PROCESSOS INTERNOS

Garantir a eficiência operacional do sistema

Desenvolver ações e contratações sustentáveis

Aprimorar procedimentos operacionais e administrativos

Impantar/Integrar sistemas para automatizar os processos internos

Fortalecer práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Fortalecer e valorizar a gestão de pessoas

Promover a aprendizagem contínua e gestão do conhecimento

Fomentar a cultura da inovação e criatividade

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Instâncias Internas

Conselho de Administração
Diretoria Executiva

Instâncias Internas de Apoio à Governança

Auditoria Interna
Conselho Fiscal
Comitê de Auditoria
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão
e Remuneração
Gerência Geral de Governança



COMPOSIÇÃO DE **GOVERNANÇA** DA CBTU

Instâncias Externas

Órgãos responsáveis pela fiscalização, pelo controle externo e pela regulação das atividades desempenhadas pela Companhia, com atuação independente, como o Tribunal de Contas da União e demais órgãos que exerçam controle externo

Instâncias Externas de Apoio à Governança

Auditoria Independente

A CBTU adota o modelo proposto pelo Tribunal de Contas da União em seu Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (BRASIL, 2014), dividindo-se as estruturas internas, as externas e as de apoio à governança (internas e externas)

CONTRIBUIÇÃO DA GOVERNANÇA PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA COMPANHIA

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos, empresa pública federal, experimenta um processo contínuo de implementação e fortalecimento da governança. A edificação da governança corporativa da CBTU conta com colaboradores internos e externos que buscam o atendimento dos objetivos de Governo e dos fins sociais da Companhia, que é o transporte público de passageiros sobre trilhos.

A Governança corporativa é um sistema formado por:



PRINCÍPIOS
PROCESSOS
REGRAS
ESTRUTURAS

Pelo qual a Companhia é dirigida e, através desse conjunto de valores e práticas, a Governança da CBTU tem por objetivo a implementação dos princípios:



INTEGRIDADE
TRANSPARÊNCIA
EQUIDADE
RESPONSABILIDADE
SUSTENTABILIDADE

A estrutura de governança da CBTU é composta por agentes, órgãos e as relações entre eles. Sua dimensão deve ser compatível com o estágio de maturidade organizacional e proporcional aos investimentos destinados à sua implementação.



**MARCOS IMPORTANTES
NA JORNADA EVOLUTIVA
DA GOVERNANÇA
NA CBTU**

POLÍTICA DE COMBATE À
DISCRIMINAÇÃO E AO
ASSÉDIO DA CBTU

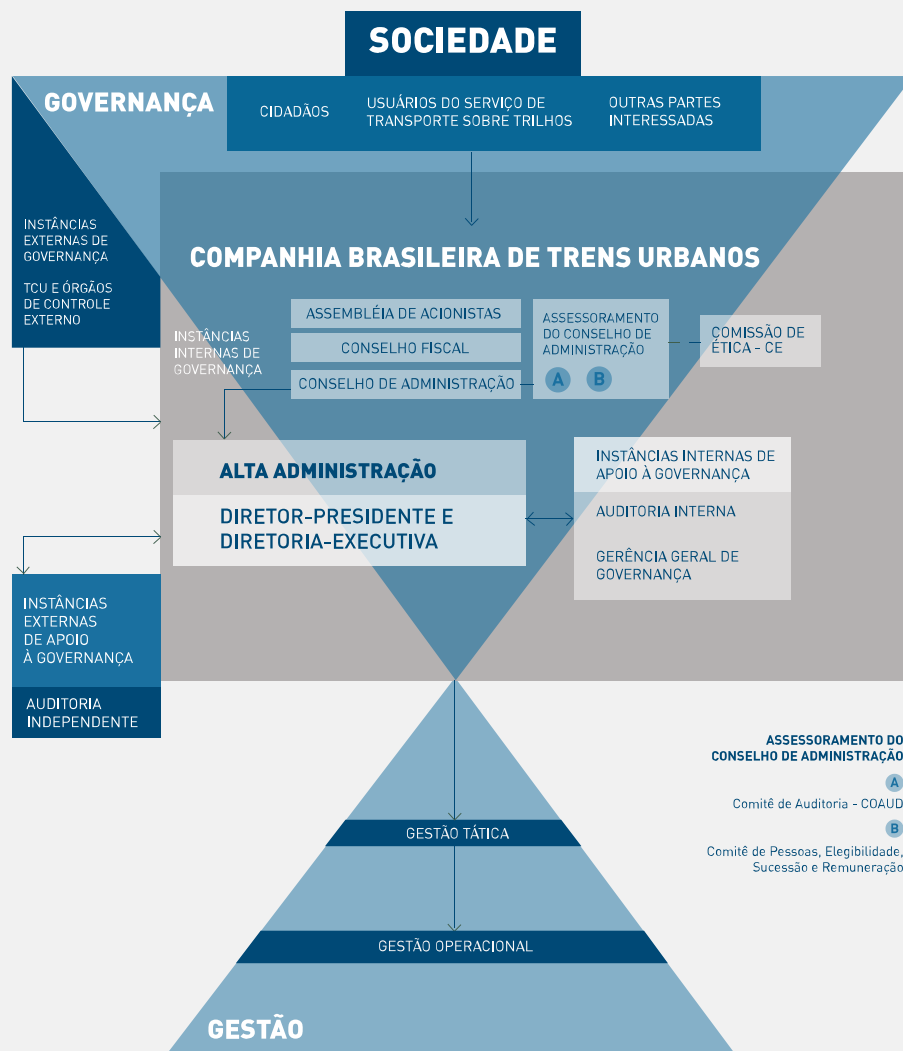
COMITÊ NACIONAL DE
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DA CBTU

A Política de Combate à Discriminação e ao Assédio da CBTU está alinhada às diretrizes do Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024, e tem como objetivo promover a igualdade, prevenir e enfrentar situações de assédio, discriminação e demais formas de violência no ambiente organizacional, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional pautada no respeito, na dignidade, na inclusão e na valorização da diversidade.

O comitê nacional de planejamento estratégico tem por missão garantir o assessoramento e a diversidade de perspectivas no processo decisório da Companhia, trata-se de um marco importante na jornada evolutiva da Governança na CBTU.

O lançamento da 3ª fase do projeto de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos na Companhia, que contempla o monitoramento dos riscos, ocorrências, planos de tratamento, controles internos e indicadores, incrementou o fortalecimento da cultura de governança e de controle de riscos em todas as unidades da CBTU.

MODELO DE GOVERNANÇA



IG – SEST

O IG-Sest é um instrumento que avalia a governança das empresas estatais federais. No 7º ciclo do Indicador de Governança Sest (IG-Sest), que analisou o desempenho da Companhia até julho de 2025, foram obtidos os seguintes resultados:

- Dimensão 1 – Governança Corporativa: nível intermediário;
- Dimensão 2 – Políticas Públicas: nível avançado;
- Dimensão 3 – Boas Práticas e Inovação: nível básico.

AUDITORIA INTERNA



A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) é vinculada ao Conselho de Administração (CA), em conformidade ao Decreto nº 3.595/2002 e com as Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental (MOT).

RESPONSABILIDADES

- Aumentar e proteger o valor organizacional da CBTU, fornecendo avaliação, assessoria e consultoria baseados em risco;
- Aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações consideradas relevantes da Companhia;
- Identificar potenciais riscos de fraude e realizar o adequado e tempestivo encaminhamento das informações às instâncias competentes, quando houver indícios suficientes de fraudes ou de ilegalidades;
- Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Conselho de Administração da CBTU (CA) e pela Controladoria Geral da União (CGU), bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), a ser encaminhado anualmente à CGU, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na legislação pertinente;
- Monitorar a execução do PAINT e comunicar, periodicamente, ao CA sobre o andamento dos trabalhos e as possíveis intercorrências ou situações relevantes ocorridas que possam impactar o resultado dos trabalhos;
- Apoiar o CA no desempenho de suas atribuições, assim como o Conselho Fiscal da CBTU (CF) e o Diretor-Presidente da CBTU, quando solicitado;
- Apoiar o Comitê de Auditoria da CBTU (COAUD) no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- Apoiar os Órgãos de Controle Interno (CGU) e Externo (TCU) do Poder Executivo Federal no desempenho de suas atribuições, quando solicitado;
- Apoiar a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), do Ministério das Cidades (MCID), quando solicitado;
- Garantir que os princípios de integridade, objetividade, confidencialidade e competência sejam aplicados e cumpridos;
- Garantir que os empregados membros da UAIG obtenham os conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para atender aos requisitos para realização das tarefas de auditoria;
- Estabelecer e garantir a aderência às políticas e procedimentos desenvolvidos para orientar a atividade de auditoria interna;

AUDITORIA PERIÓDICA DO FUNDO DE PENSÃO - REFER

A CBTU patrocina plano de benefícios administrado pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, entidade fechada de previdência complementar.

Em atendimento à Resolução CGPAR nº 38/2022 e às boas práticas de governança, supervisão e controle, é realizada auditoria periódica sobre as atividades da REFER, com o objetivo de avaliar aspectos relacionados à gestão, à conformidade e aos controles aplicáveis ao plano de benefícios patrocinado pela Companhia.

A auditoria periódica foi conduzida pela Russell Bedford Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/MF nº 13.098.174/0001-80, e seus resultados subsidiam o acompanhamento institucional pela Administração da CBTU e pelas instâncias competentes de governança.



AUDITORIA INDEPENDENTE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da CBTU são submetidas à auditoria independente, em atendimento à Lei nº 6.404/1976, à legislação aplicável às empresas estatais federais e às boas práticas de governança corporativa.

A auditoria tem por objetivo avaliar se as demonstrações financeiras apresentam, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do exercício, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

No exercício de 2025, os trabalhos contemplaram a análise de riscos de distorções relevantes, a compreensão dos controles internos para fins de planejamento da auditoria, a avaliação das políticas e estimativas contábeis e a verificação de aspectos relacionados à continuidade operacional da CBTU.



ANÁLISE DE RISCOS

Avaliaram riscos de distorções relevantes, por fraude ou erro, e realizaram auditoria com base nesses riscos, independente da causa fraude ou erro. O risco de não detectar fraudes é maior que o de erros, pois fraudes envolvem manipulações intencionais. Planejou e executou procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem se obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente.

CONTROLES INTERNOS

Obtiveram entendimento dos controles internos apenas para planejar a auditoria, não para avaliá-los.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

Avaliaram a adequação das políticas e estimativas contábeis adotadas pela administração.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Verificaram se há incertezas relevantes sobre a continuidade da CBTU, e se constatou que apenas eventos alheios ao poder da administração poderiam inviabilizar sua operação.

As demonstrações contábeis são claras, estruturadas e fiéis às transações realizadas.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2025, foi encaminhado um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) contendo recomendação à CBTU:

PROCESSO	ACÓRDÃO	OBJETO	TIPO
TC 009.980/2024-5	Acórdão nº 1372/2025 – Plenário	Fiscalização sobre a implementação dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) na União.	Determinação/Recomendação

Recomendação recebidas em 2025, considerando o status de atendimento:

PROCESSO	ATENDIDAS	EM ATENDIMENTO	NÃO ATENDIDAS	NÃO SE APLICA	Observação
TC 009.980/2024-5	0	7	0	0	Aguardando o recebimento das medidas adotadas para atendimento das recomendações e determinações
TOTAL	0	7	0	0	

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA CGU

Nº DO RELATÓRIO	OBJETO	UNIDADE AUDITADA
Relatório de Avaliação nº 1593873	Avaliar o processo de gestão de licitações e contratos no âmbito da Administração Central da CBTU, considerando os critérios de avaliação estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações da CBTU e jurisprudência afim do Tribunal de Contas da União.	Administração Central

estavam em análise pela CGU.

Ademais, constam na base de dados da CGU todos os relatórios de auditoria anual de contas.

CORREGEDORIA

A Corregedoria segue atuando de forma pragmática e objetiva, na medida em que faz parte de um dos pilares de integridade da empresa, bem como aplica as diretrizes e entendimentos da CRG/CGU na consecução dos seus trabalhos.



NESSA PERSPECTIVA, NO ANO DE 2025, A UNIDADE DE CORREGEDORIA TEVE DOIS FOCOS PRINCIPAIS DE ATUAÇÃO:

Em março do ano corrente, a CBTU instaurou processo seletivo interno para o provimento do cargo de Corregedor-Geral, em virtude do término do mandato anterior. Essa transição é fundamental para garantir a continuidade administrativa e o fortalecimento da governança corporativa.

A seleção assegura que a Corregedoria permaneça como um órgão técnico, autônomo e focado na integridade e transparência. Para a CBTU, o processo valoriza o público interno e reforça o compromisso com a ética, prevenindo irregularidades e promovendo a eficiência na gestão pública.

COMISSÃO DE ÉTICA

A gestão de Ética na CBTU é conduzida pela Comissão de Ética, designada atualmente pela Resolução RPR nº 111/2025. Sua sede está localizada na Administração Central, em Brasília, e ela possui membros e representantes locais na Administração Central e nas Superintendências, além de uma Secretária Executiva.

A Comissão de Ética integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (SisÉtica), obedecendo às disposições da Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, e demais normativos aplicáveis.

OBJETIVOS

Orientar e aconselhar sobre o tema conduta ética profissional

A Comissão de Ética também investiga condutas inadequadas que interfiram no relacionamento interpessoal entre os empregados, com o público externo ou que afetem o interesse da atividade pública. Quando cabível, pode aplicar a sanção de censura.

A mediação em situações de conflitos no âmbito da Companhia também é uma atribuição da Comissão de Ética.



Fortalecimento da ética no serviço público
Ações de orientação e capacitação dos servidores
Mediação de conflitos no ambiente de trabalho
Promoção de eventos e atividades educativas
Incentivo a boas práticas organizacionais
Melhoria da comunicação interna

DENÚNCIA E ORIENTAÇÕES A RESPEITO DE CONDUTAS

E-mail e plataforma FalaBr
Presencial
Contato telefônico e correspondência

EXERCÍCIO DE 2025

9

sessões ordinárias através do ambiente virtual

Foram discutidos: a execução do Plano de Ação, suas atividades típicas e as deliberações processuais, além do debate sobre ações e a implementação de melhorias na atuação da Comissão.

Foram realizadas 05 Campanhas informativas com os temas:

Conflitos de Interesses;

O que fazer quando quero participar de Conselho Deliberativo;

Palestrar em público;

Concessão de Licença e Possibilidade de prestar Consultoria;

Nas Campanhas também foram apresentados os canais de denúncia.

MANIFESTAÇÕES/ DENÚNCIAS

15

Manifestações/ denúncias

4

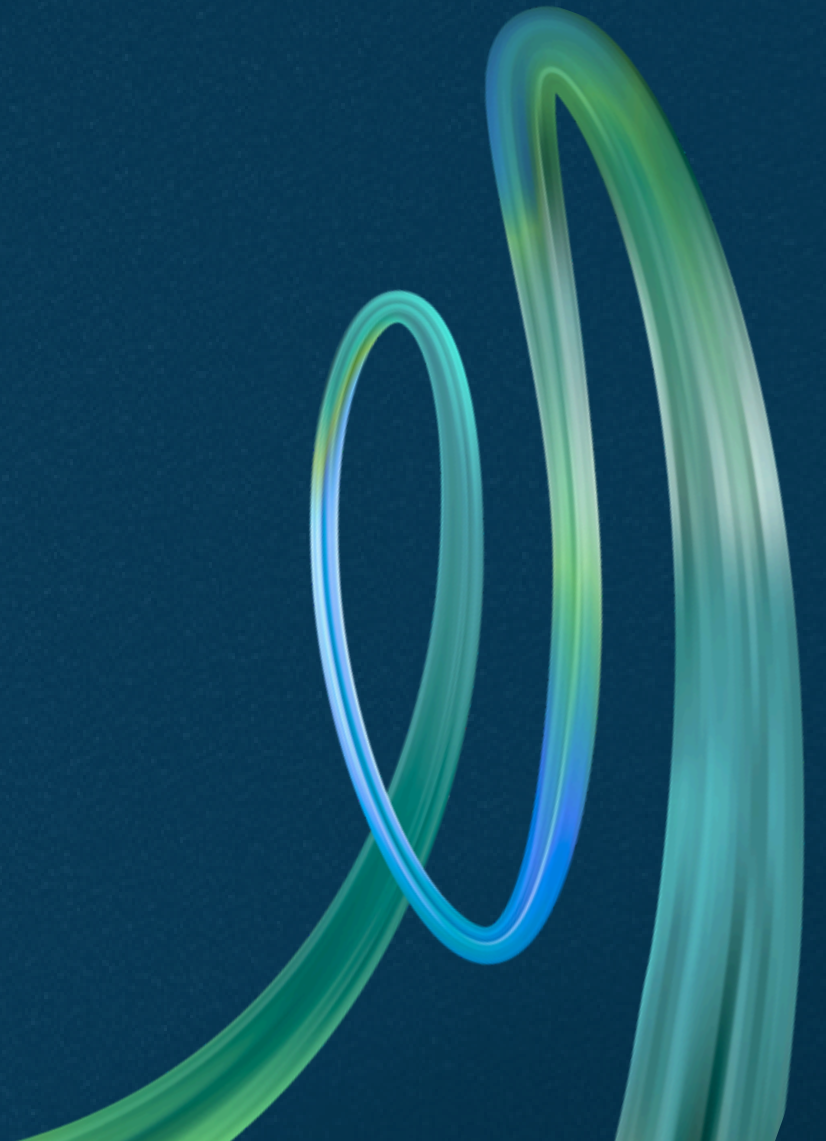
anônimas

09 - Arquivamentos

04 - Conciliação/ Mediação;

02 - Enviado para Corregedoria;

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



ANÁLISE DE AMBIENTES

Em 2025, a Companhia fortaleceu a gestão de riscos e controles internos como instrumento de apoio à governança, ao desempenho institucional e à transparência. O modelo adotado está alinhado à Lei nº 13.303/2016, à ISO 31000 e ao COSO ERM, estruturando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos.

Foram classificados riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade, permitindo análise integrada dos fatores que impactam os objetivos institucionais. No período, houve aprimoramento normativo, com atualização da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, da Declaração de Apetite de Riscos e de normativos complementares.

Destaca-se a criação do Comitê de Gestão de Riscos e Controles (GRC), responsável por apoiar a Alta Administração no acompanhamento dos riscos e na avaliação dos controles internos. Também foram intensificadas ações de comunicação e orientação, promovendo a disseminação da cultura de riscos.

As iniciativas contribuíram para o aumento da maturidade institucional, o fortalecimento da governança e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.



MACRORRISCOS

Para fortalecer a gestão de riscos e controles internos, a CBTU identificou macrorriscos capazes de impactar o desempenho institucional e o alcance dos objetivos estratégicos. Esses riscos possuem caráter abrangente e transversal, podendo afetar diferentes áreas organizacionais e macroprocessos institucionais.

Os macrorriscos orientam a identificação e o monitoramento dos riscos específicos mapeados nas unidades organizacionais. Também contribuem para a compreensão do contexto institucional, permitindo visão consolidada das exposições mais relevantes e apoiando a priorização gerencial na gestão de riscos corporativos.

FATORES DE RISCOS

ESTRATÉGICOS

Essa categoria compreende aspectos relacionados às estratégias institucionais e ao modelo de gestão da Companhia, incluindo fatores que podem influenciar o alcance dos objetivos estratégicos e a sustentabilidade das operações. Engloba aspectos associados à governança corporativa, ao planejamento estratégico e às relações institucionais, bem como fatores externos de natureza política, econômica, social ou de mercado que possam afetar o ambiente de atuação da Companhia.

1. Insuficiência ou descontinuidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor metroferroviário, bem como limitações na disponibilização de recursos governamentais compatíveis com as necessidades institucionais, podendo comprometer a sustentabilidade das operações e a capacidade de investimento da Companhia.
2. Desempenho abaixo do esperado na estruturação de projetos com entes da Administração Pública ou no aproveitamento de oportunidades institucionais e de mercado que possam contribuir para a ampliação de receitas, expansão das atividades ou inovação.



3. Redução da competitividade em decorrência de mudanças no ambiente de mobilidade urbana, incluindo a expansão de modais alternativos ou limitações na integração intermodal, com potenciais impactos na demanda e na sustentabilidade econômica da operação.
4. Fragilidades na comunicação institucional, com potenciais impactos na relação com a sociedade, órgãos governamentais e parceiros estratégicos, podendo afetar a reputação e a confiança institucional.
5. Incertezas relacionadas à perenidade institucional da Companhia, com reflexos na definição de diretrizes estratégicas de longo prazo e no alinhamento organizacional.

MACRORRISCOS

FATORES DE RISCOS

FINANCEIRO

Essa categoria compreende aspectos associados à gestão orçamentária, financeira e contábil da Companhia, abrangendo fatores relacionados à disponibilidade de recursos, à sustentabilidade econômica das operações e à capacidade de investimento.

1. Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a realização de investimentos essenciais, manutenção da infraestrutura ou expansão das atividades, com reflexos na eficiência operacional e na qualidade dos serviços prestados.
2. Baixa geração de receitas próprias ou redução de fontes de arrecadação, limitando a capacidade de autofinanciamento e podendo afetar a credibilidade institucional perante órgãos governamentais, parceiros e a sociedade.



CONFORMIDADE

Essa categoria compreende aspectos relacionados ao cumprimento de leis, regulamentos, normas internas e externas, bem como aos princípios de integridade, ética e transparência que orientam a atuação da Companhia.

1. Descumprimento de normas, procedimentos ou instruções operacionais e administrativas, podendo resultar em falhas na execução das atividades, prejuízos à qualidade das entregas e exposição a sanções administrativas ou judiciais
2. Passivos trabalhistas decorrentes da inobservância de regulamentações aplicáveis, com potenciais impactos financeiros e reputacionais.
3. Fragilidades na prevenção, detecção ou tratamento de condutas incompatíveis com princípios éticos e padrões de integridade institucional.
4. Deficiências na identificação ou tratamento de operações com partes relacionadas, com possíveis repercussões em litígios administrativos ou judiciais e em perdas financeiras.

MACRORRISCOS

FATORES DE RISCOS

OPERACIONAIS

Essa categoria compreende fatores relacionados à execução das atividades institucionais da Companhia, incluindo aspectos vinculados à infraestrutura, à operação metroferroviária, à gestão de pessoas, à tecnologia da informação e ao suporte às atividades finalísticas. Esses riscos podem impactar diretamente a continuidade, a eficiência e a segurança das operações.

1. Deficiência na infraestrutura operacional, decorrente de obsolescência e do sucateamento de equipamentos e instalações, com impactos na eficiência do serviço e na segurança das operações.
2. Insuficiência de material rodante para atendimento adequado da demanda de passageiros, afetando a regularidade e a qualidade do serviço.
3. Fragilidades relacionadas à segurança pública e patrimonial, expondo empregados, usuários e ativos da Companhia a riscos.
4. Ausência ou inadequação de sistemas de informação integrados, com impactos na eficiência dos processos, na confiabilidade das informações e na segurança da informação.



5. Insuficiência na implementação de iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental e à eficiência no uso de recursos.
6. Fragilidades nas práticas de saúde e segurança do trabalho, com potenciais impactos operacionais, administrativos e jurídicos.
7. Deficiências nos processos de planejamento, contratação e aquisição de bens e serviços, podendo comprometer a continuidade das operações.
8. Fragilidades na integração e padronização de processos organizacionais, associadas a desafios na gestão do conhecimento e de pessoas, com impactos na eficiência operacional e na qualidade das entregas.
9. Vulnerabilidades nos mecanismos de proteção da informação e de segurança cibernética.

MACRORRISCOS

Os macrorriscos identificados refletem fatores estruturais que podem influenciar a capacidade da Companhia de alcançar seus objetivos estratégicos e assegurar a prestação adequada do serviço público de transporte urbano.

Nesse contexto, a CBTU busca consolidar os avanços obtidos na gestão de riscos e controles internos, com foco no fortalecimento da governança corporativa e no aprimoramento da maturidade institucional nesse tema.

Entre as principais iniciativas destacam-se:



Fortalecimento da participação das áreas de negócio no processo de gestão de riscos;

Ampliação do uso de ferramentas e sistemas de apoio ao monitoramento de riscos;

Intensificação das ações de capacitação e disseminação de conceitos relacionados à gestão de riscos e controles internos.

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da cultura de riscos na organização e para a incorporação progressiva da gestão de riscos aos processos decisórios e operacionais.

PERSPECTIVAS PARA 2026



Com vistas ao exercício de 2026, a CBTU pretende consolidar os avanços obtidos na gestão de riscos e controles internos, priorizando iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança corporativa e ao aprimoramento dos mecanismos de monitoramento das exposições institucionais. Nesse contexto, destaca-se a ampliação do uso de ferramentas e sistemas de apoio ao acompanhamento dos riscos e da efetividade dos controles internos.

Entre as prioridades previstas, destaca-se o fortalecimento do envolvimento das áreas de negócio no processo de gestão de riscos, com o objetivo de ampliar a integração entre as unidades organizacionais e promover a disseminação de uma cultura institucional orientada à identificação, avaliação e tratamento de riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

Adicionalmente, está prevista a intensificação de ações de capacitação e comunicação institucional voltadas às equipes envolvidas no processo de gestão de riscos e controles internos, buscando ampliar a compreensão sobre conceitos, metodologias e responsabilidades associadas ao modelo de gestão adotado pela Companhia.

Com essas iniciativas, a CBTU busca aprimorar a confiabilidade de seus processos organizacionais, fortalecer a capacidade de monitoramento das exposições a riscos e contribuir para a sustentabilidade das operações e para a transparência na prestação de contas à sociedade.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS E OPORTUNIDADES

Entre os riscos avaliados, ganham relevância aqueles diretamente ligados à operação ferroviária, dada a natureza e a missão da CBTU enquanto prestadora de serviço público essencial.



Continuidade da operação

Disponibilidade da frota

Integridade da via permanente

Confiabilidade dos sistemas de sinalização

A gestão eficaz desses riscos é essencial para garantir:

SEGURANÇA das operações ✓

QUALIDADE DO ATENDIMENTO aos usuários ✓

USO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS ✓

Esse processo fortalece a governança institucional e sustenta o papel da CBTU como agente de política pública de mobilidade urbana.

A metodologia adotada pela Companhia considera a análise integrada da probabilidade de ocorrência e do potencial impacto dos eventos identificados, bem como a efetividade dos controles existentes.

Com o apoio da área responsável pela gestão de riscos e controles internos, os riscos são avaliados considerando o nível residual após a aplicação dos controles, permitindo identificar situações que demandam ações de tratamento ou monitoramento adicional, em consonância com os limites estabelecidos no apetite por riscos institucional.

As informações são registradas no sistema de GRCI, possibilitando rastreabilidade, monitoramento contínuo e priorização dos riscos mais relevantes para a Companhia.

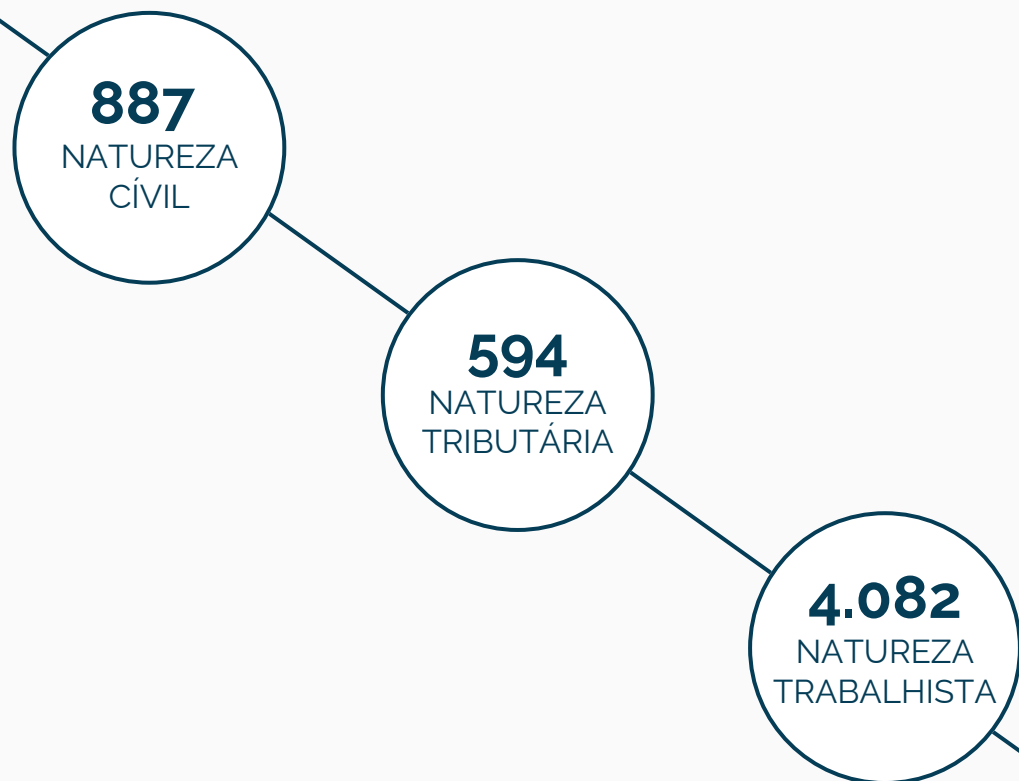


CONTROLE DAS DEMANDAS JUDICIAIS

Até 31 de dezembro de 2025, a CBTU configurava como parte, tramitando nos tribunais de justiça em todo território nacional:

Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são os locais com o maior quantitativo de ações.

QUANTITATIVO DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO EM 2025



5.563
processos ativos



QUANTITATIVO DE SETENÇAS INGRESSADAS POR MÊS EM 2025

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AC	101	79	35	41	46	53	204	33	27	33	52	26
BH	9	24	28	13	45	48	85	28	31	33	20	30
JOP	13	15	44	14	23	5	13	11	5	9	9	12
MAC	18	16	8	10	22	26	24	15	8	16	6	7
NAT	2	10	3	16	18	17	10	6	6	9	9	13
REC	67	107	113	73	140	157	128	133	169	291	195	164
TOTAL	210	251	231	167	294	306	464	226	246	391	291	252

CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS

Durante o ano de 2025, foram pagos R\$111.962.619,00 em sentenças judiciais.

R\$94.536.512,00

em sentenças trabalhistas

R\$17.426.108,00

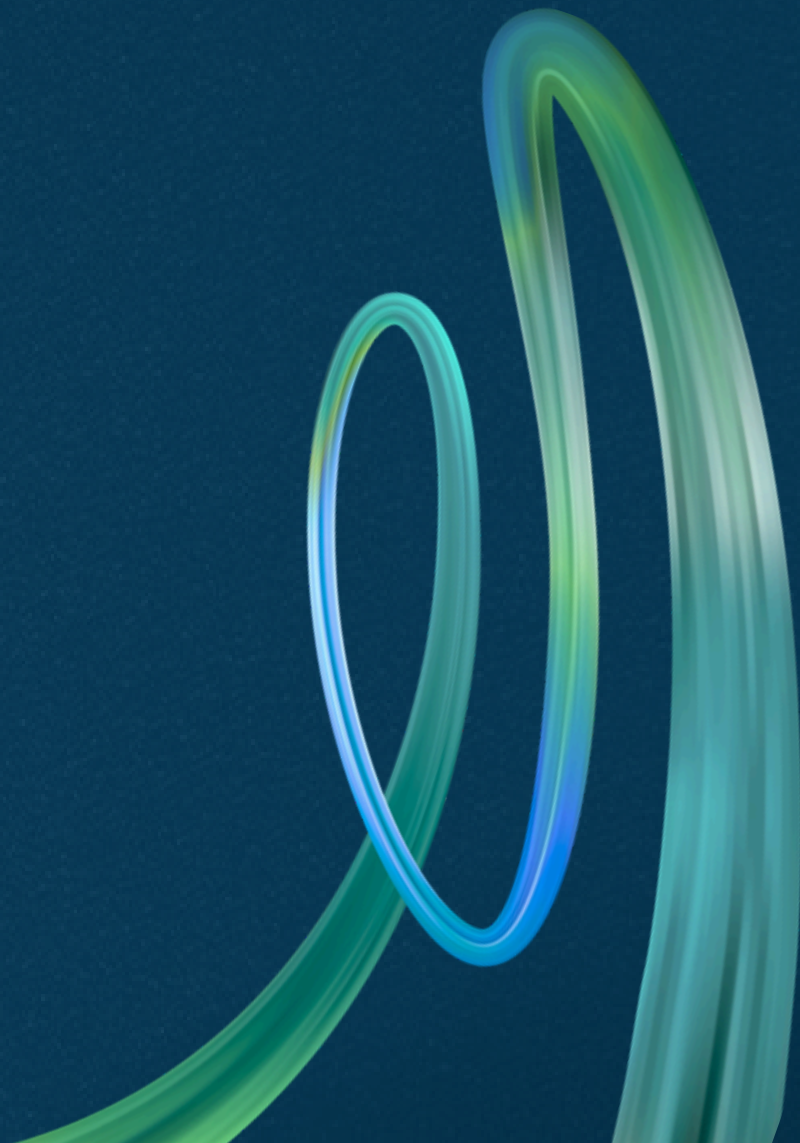
em ações cíveis, fiscais e tributárias

PENSÕES E INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE FERROVIÁRIO

Em processos judiciais oriundos de acidente ferroviário, em que a CBTU é condenada a pagamento de indenizações e benefícios mensais e/ou periódicos por período específico ou vitaliciamente, o autor se torna pensionista da Companhia e recebe as prestações devidas em folha de pagamento de pensões e indenizações por acidente ferroviário. Em 2025, o valor pago foi de R\$ 21.210.640,05.

Registra-se que, além dos pagamentos realizados no exercício de 2025, Houve R\$ 200 milhões em provisões relacionadas a pensões e indenizações por acidentes ferroviários, conforme detalhado nas demonstrações financeiras.

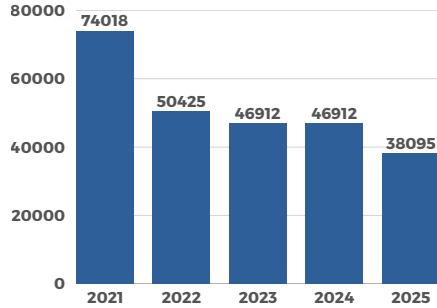
RESULTADOS DA GESTÃO



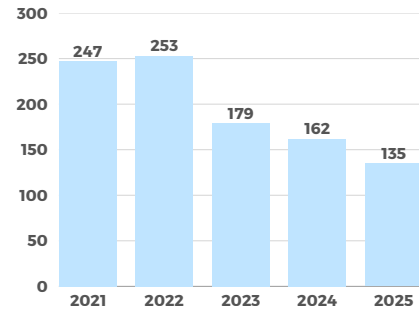
INDICADORES DE DESEMPENHO

CBTU

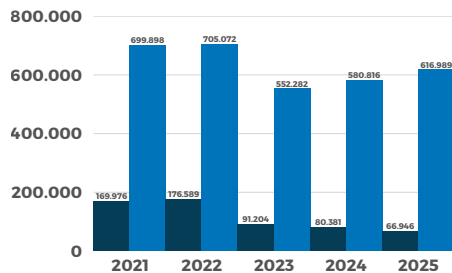
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



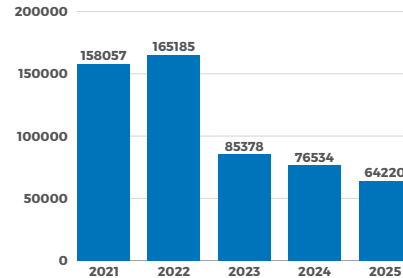
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



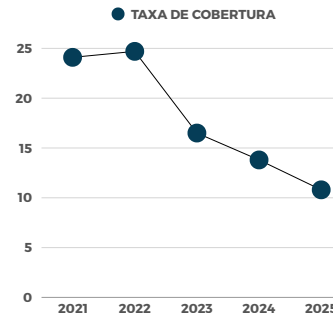
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



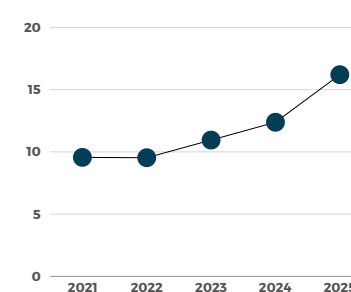
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



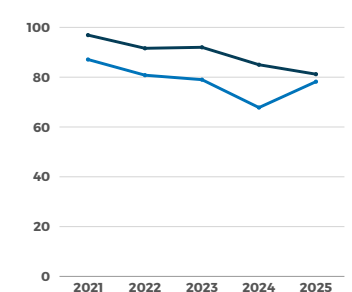
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

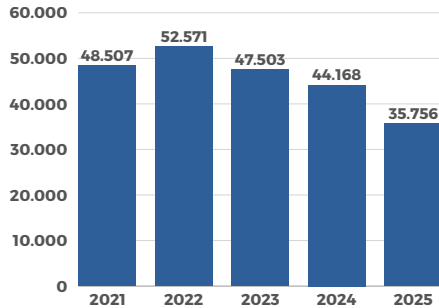


INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025	VARIÇÃO (%) 2024/2025
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	14,3	17,1	17,7	18,01	28,00	55,47
Custo por Km (R\$)	136,46	162,46	194,29	222,98	283,87	14,76
Tarifa Efetiva Média (R\$)	2,15	2,23	1,69	1,63	1,70	3,59
Integração Tarifária (%)	28,0	43,8	44,9	45,2	38,2	-15,4
Índice de receita extraoperacional (%)	6,0	5,1	6,3	4,6	4,2	-9,3
Índice de Segurança do Passageiro	1,9	2,1	1,9	2,0	0,8	-60,0
Índice de Confiabilidade do Sistema	694	590	598	612	509	-16,8

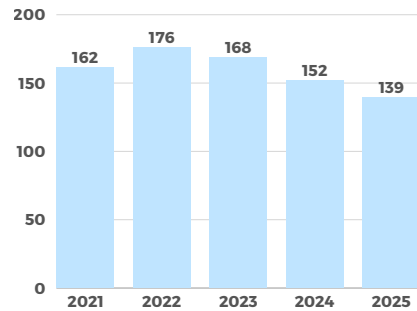
INDICADORES DE DESEMPENHO

RECIFE

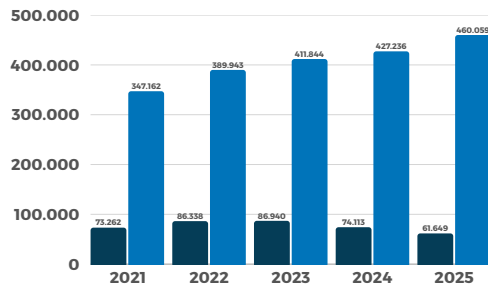
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



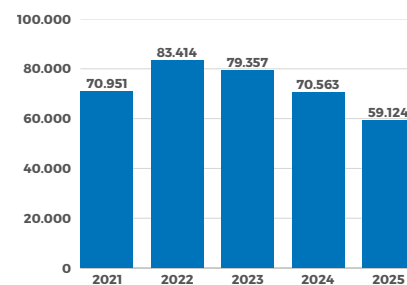
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



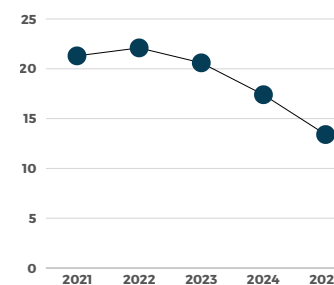
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



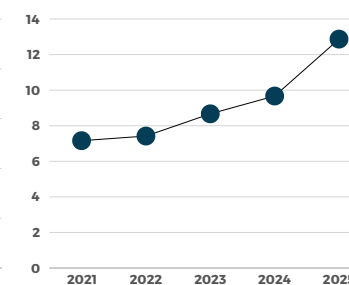
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



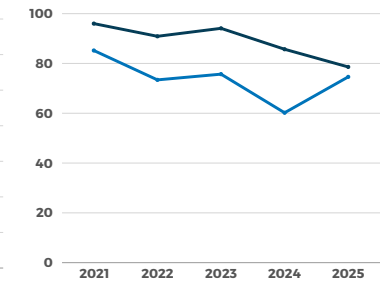
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

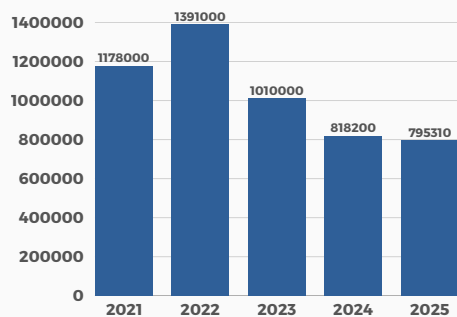


INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025	VARIAÇÃO (%) 2024/2025
Índice de Visibilidade (%)	15,79	14,1	12,6	10,0	8,9	-11,40
Índice de passageiros por Km	19,6	23,0	21,8	22,9	14,2	-37,86
Custo por Km (R\$)	140,50	170,76	188,84	221,80	292,61	31,93
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,46	1,59	1,67	1,60	1,65	3,12
Integração Tarifária (%)	56,5	52,4	47,6	48,0	55,0	14,58
Índice de receita extraoperacional (%)	3,2	3,4	6,6	4,8	4,3	-10,42
Índice de Segurança do Passageiro - LE	1,8	1,8	1,4	2,1	0,8	-61,90
Índice de Confiabilidade do Sistema - LE	1029	1.127	962	792	830	4,85

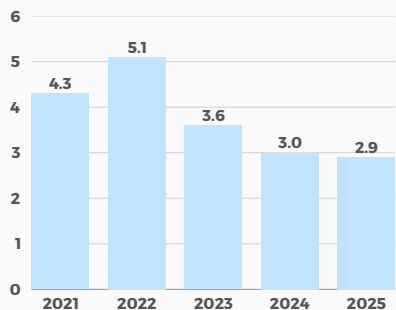
INDICADORES DE DESEMPENHO

JOÃO PESSOA

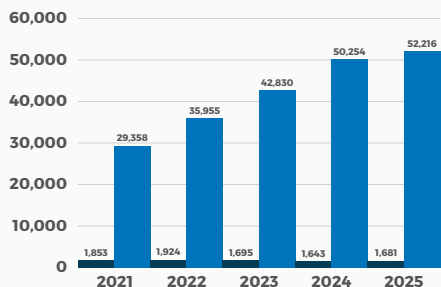
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



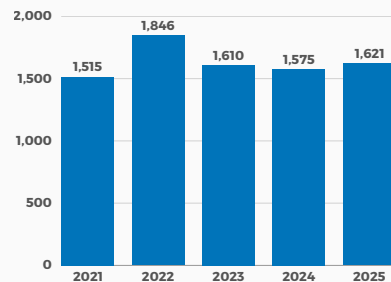
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



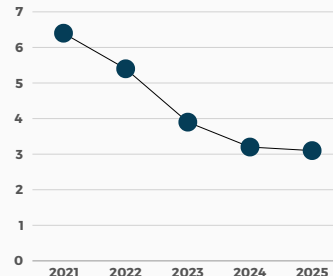
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



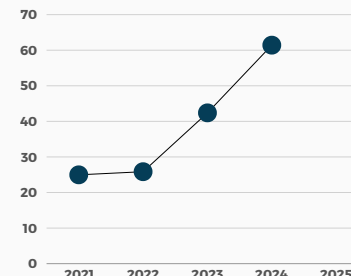
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



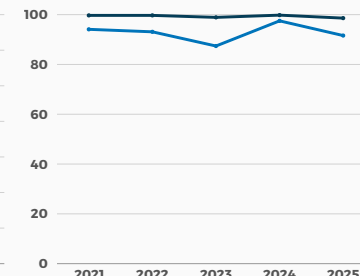
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

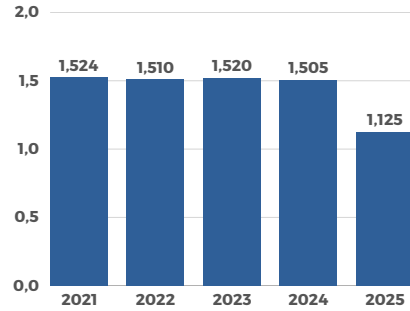


INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025	VARIÇÃO (%) 2024/2025
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	6,0	6,9	5,0	3,8	4,8	27,67
Custo por Km (R\$)	149,29	179,18	211,04	230,9	254,4	10,17
Tarifa Efetiva Média (R\$)	1,28	1,33	1,59	1,9	2,3	16,87
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	0,0	-
Índice de receita extraoperacional (%)	18,3	4,1	3,6	2,8	3,6	29,29
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,0	31,7	0,0	6,2	0,00
Índice de Confiabilidade do Sistema	357	309	303	345,5	599,0	73,40

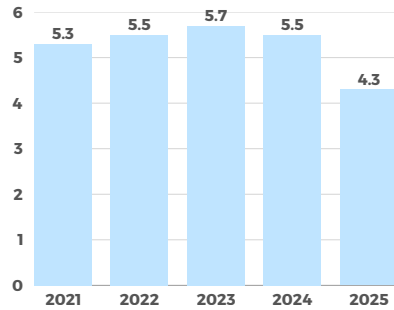
INDICADORES DE DESEMPENHO

NATAL

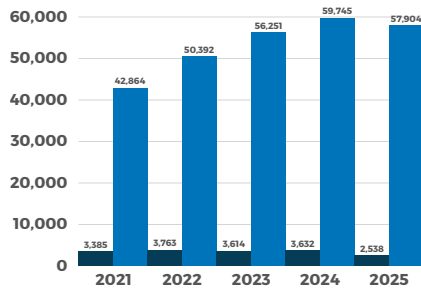
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



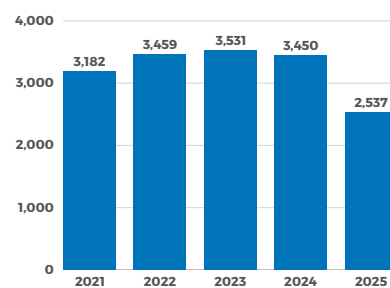
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



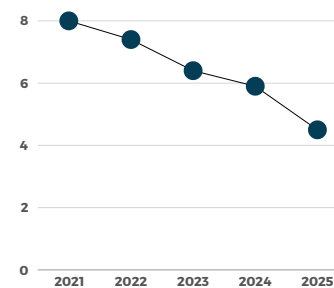
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



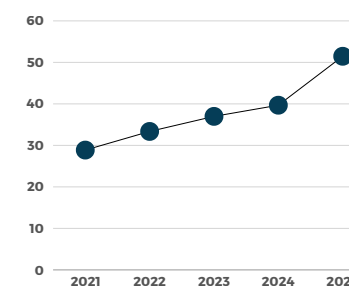
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



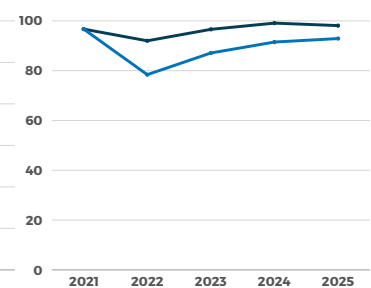
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE

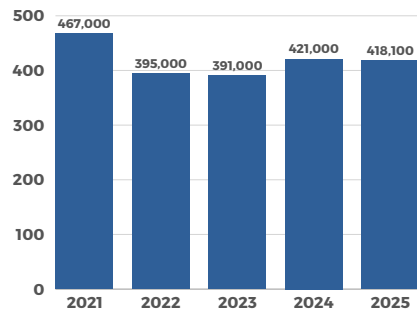


INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025	VARIÇÃO (%) 2024/2025
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	5,8	5,8	5,9	5,6	4,7	-16,07
Custo por Km (R\$)	164,20	194,13	219,55	221,55	254,35	14,80
Tarifa Efetiva Média (R\$)	2,09	2,29	2,32	2,29	2,25	-1,82
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	0,0	-
Índice de receita extraoperacional (%)	5,9	7,8	1,8	2,2	3,5	57,76
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,0	0,0	2,0	6,2	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	1,442	163	321	466	599	28,61

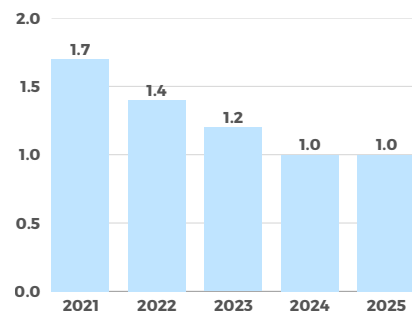
INDICADORES DE DESEMPENHO

MACEIO

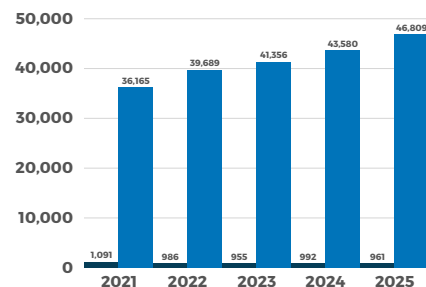
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS (MIL)



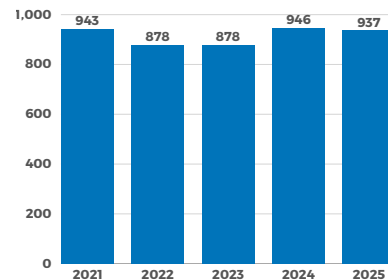
MÉDIA POR DIA ÚTIL (MIL)



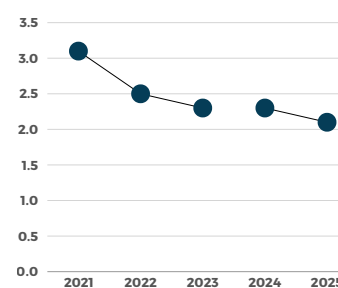
RECEITA TOTAL X CUSTO TOTAL (R\$ MIL)



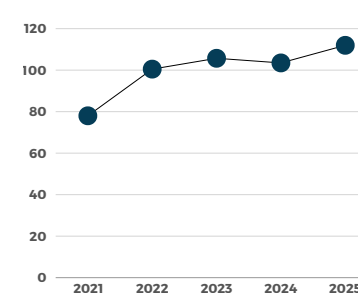
RECEITA OPERACIONAL (R\$ MIL)



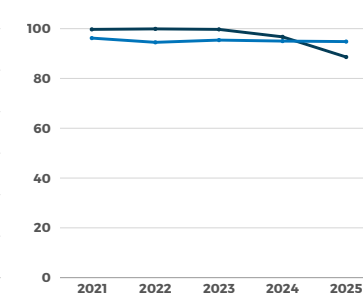
TAXA DE COBERTURA PLENA (%)



CUSTO POR PASSAGEIRO (R\$)



REGULARIDADE X PONTUALIDADE



INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025	VARIÇÃO (%) 2024/2025
Índice de Visibilidade (%)	-	-	-	-	-	-
Índice de passageiros por Km	2,6	2,2	1,9	2,4	2,6	9,13
Custo por Km (R\$)	203,61	222,39	204,31	246,53	289,08	17,26
Tarifa Efetiva Média (R\$)	2,02	2,22	2,25	2,25	2,24	-0,24
Integração Tarifária (%)	-	-	-	-	0,0	-
Índice de receita extraoperacional (%)	13,5	11,0	8,0	4,7	2,5	-46,61
Índice de Segurança do Passageiro	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	-
Índice de Confiabilidade do Sistema	517	299	371	288	418	44,95

DESTAQUES 2025

MELHORAR A EXPERIÊNCIA E SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Ações de Requalificação de Estações e Edificações:



NATAL

Início da **construção de seis novas estações na Superintendência de Natal**, fruto de uma parceria com o Estado do Rio Grande do Norte para melhorar a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Natal, com previsão de conclusão em 2026.



RECIFE

Licitação da reforma das coberturas de quatro estações da Superintendência de Recife. Processo apto para contratação e início das obras mediante liberação orçamentária.

EXPANDIR A OFERTA DE SOLUÇÕES EM MOBILIDADE

Desenvolvimento de estudos e projetos de transporte:

- Assinatura do **Termo de Cooperação Técnica com o município de Valparaíso de Goiás/GO** para estudo do trem de passageiros conectando o município à Brasília/DF.



RECIFE

Inclusão do estudo do VLT PAZ - BRUM no Relatório de Redes Estruturais Planejadas do BNDES.

IMPLANTAR/INTEGRAR SISTEMAS PARA AUTOMATIZAR OS PROCESSOS INTERNOS

Ações de melhoria dos Processos Internos:

- Finalização do mapeamento macro dos processos para futura implantação do sistema ERP - **Projeto Conecta CBTU**
- Conecta CBU - Implantação, na CBTU, dos módulos do ERP PROTHEUS atualmente em uso pela Superintendência de Trens Urbanos de Recife.
- Projeto de Implantação dos Módulos de Recursos Humanos do ERP RM TOTVS com conclusão de 100% do previsto para 2025.

PROMOVER A APRENDIZAGEM CONTÍNUA E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Ações de expansão da gestão do conhecimento:

- **A Companhia contabilizou 3.381 participações em ações de treinamento e capacitação**, ante 2.596 participações em 2024, evidenciando crescimento 30% no volume de participações.

REDUZIR ÔNUS COM AÇÕES JUDICIAIS

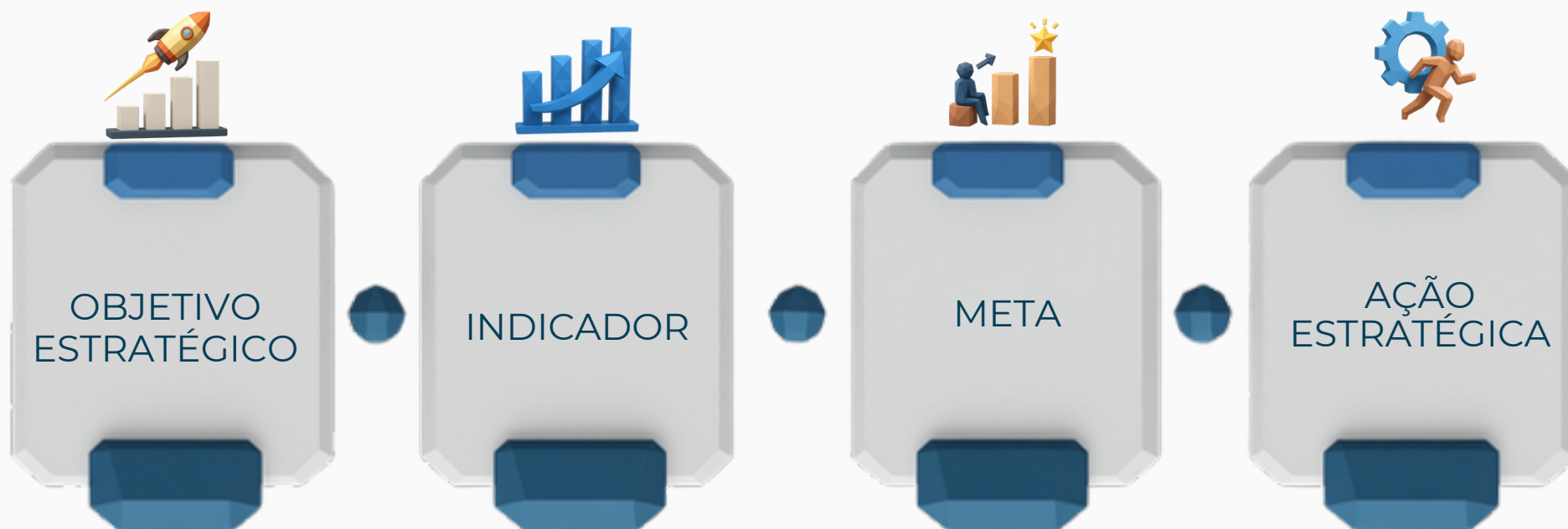
- Ações da GAJUR acompanhadas no Plano de Negócios 2025

METAS

O Planejamento Estratégico foi aprovado pela Diretoria Executiva na 705ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA, em 30/11/2023, e, posteriormente, pelo Conselho de Administração na REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, em 29/08/2024. Após aprovação foi instituído o Comitê Nacional de Planejamento Estratégico da CBTU pela Resolução da Diretoria Executiva nº 29, de 30 de outubro de 2024.

Em 2025, em continuidade às ações desenvolvidas no ano anterior, o Comitê Nacional de Planejamento Estratégico concentrou seus esforços na implementação e monitoramento das diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico 2024-2028, desenvolvendo e aprimorando as metodologias utilizadas.

Ao longo do ano, o Comitê atuou no acompanhamento dos resultados dos indicadores estratégicos, reportando a avaliação do desempenho institucional com objetivo de se identificar riscos e propor medidas corretivas para manter o alinhamento dos projetos aos objetivos estratégicos



METAS

SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR CHAVE	META	PROGRAMA/PROJETO	RESPONSÁVEL
AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO	Nº PROPOSTAS INSERIDAS NOS PLANOS DE MOBILIDADE E DIRETORES	1 POR STU	MOBILIDADE POR PARCERIAS	SUPERINTENDÊNCIAS
APERFEIÇOAR A INTEGRAÇÃO COM OUTROS MODAIS	UNIDADES COM INTEGRAÇÃO	100%	INTEGRAÇÃO MULTIMODAL	SUPERINTENDÊNCIAS
AUMENTAR O PÚBLICO ATENDIDO	DEMANDA MÉDIA POR DIA ÚTIL (MDU)	240.000 (AUMENTO DE 30% EM RELAÇÃO A 2022, QUE REPRESENTA 70% DO Nº PRÉ-PANDEMIA)	PROGRAMA DE EXPANSÃO FERROVIÁRIA EM SISTEMAS EXISTENTES	DIRETORIA TÉCNICA / SUPERINTENDÊNCIAS
EXPANDIR A OFERTA DE SOLUÇÕES EM MOBILIDADE	Nº DE INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS	10 (2 POR ANO)	CBTU CONSULTANCY	DIRETORIA TÉCNICA
MELHORAR A EXPERIÊNCIA E A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	Nº DE RECLAMAÇÕES	800 (REDUÇÃO DE 20%)	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE ESTAÇÕES E EDIFICAÇÕES	DIRETORIA TÉCNICA / SUPERINTENDÊNCIAS
PROMOVER O ENGAJAMENTO DA SOCIEDADE PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS OFERTADOS E IMAGEM DA COMPANHIA	Nº DE CAMPANHAS REALIZADAS	10 (2 POR ANO)	SEGURANÇA NOS TRILHOS: CAMPANHA DE SEGURANÇA	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

METAS FINANCEIRA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	PROGRAMA/PROJETO	RESPONSÁVEL
ELEVAR AS RECEITAS OPERACIONAL E ACESSÓRIAS	ÍNDICE DE RECEITA ACESSÓRIA (IRA)	8%	EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E SUPERINTENDÊNCIAS
OTIMIZAR OS CUSTOS OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO	CUSTO POR PASSAGEIRO (CPP)	R\$ 8 (REDUÇÃO DE 20%)	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM, FORMAS DE PAGAMENTO E ACESSO	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E SUPERINTENDÊNCIAS
REDUZIR O ÔNUS COM AÇÕES JUDICIAIS	ESTOQUE DE AÇÕES JUDICIAIS	3500 (REDUÇÃO DE 30%)	PRÁTICAS E PREVENÇÃO DE RISCOS TRABALHISTAS	PRESIDÊNCIA E DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

METAS

PROCESSOS INTERNOS

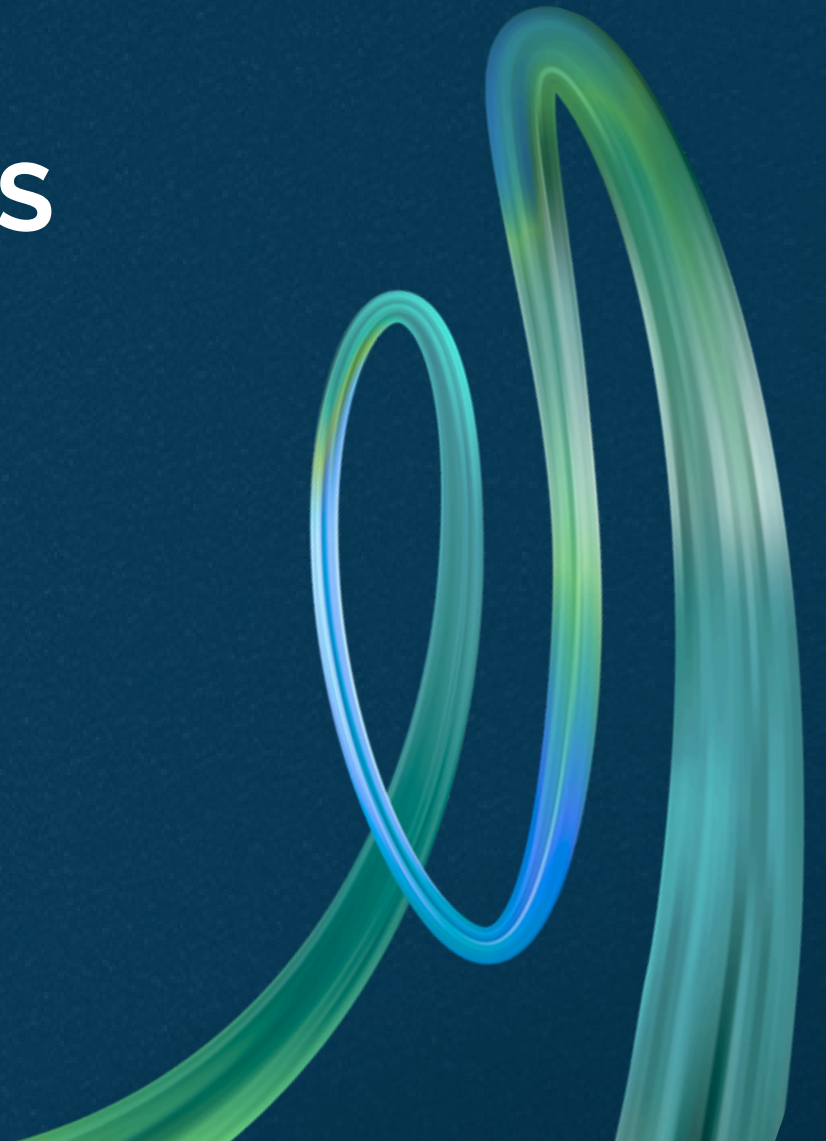
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	PROGRAMA/PROJETO	RESPONSÁVEL
APRIMORAR PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS	% DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO	100%	SIGA-CBTU	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
DESENVOLVER AÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL	10%	PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	SUPERINTENDÊNCIAS
FORTALECER PRÁTICAS DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	ÍNDICE DE MATURIDADE DA GOVERNANÇA DE TI (IGOVTI) E AVALIAÇÃO DO IG-SEST	IGOVTI 0,51 (SAIR DO ESTÁGIO INICIAL PARA O INTERMEDIÁRIO) IG-SEST 9,3	GOVERNANÇA DE TIC NA CBTU	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
GARANTIR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO SISTEMA	ÍNDICE DE CONFIABILIDADE DO SISTEMA (ICS/MKBF)	700 (AUMENTO DE 15%)	PROGRAMA INTEGRADO DE REQUALIFICAÇÃO DOS SISTEMAS	DIRETORIA TÉCNICA
INTEGRAR / IMPLANTAR SISTEMAS PARA AUTOMATIZAR OS PROCESSOS INTERNOS	% DE IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO	100%	CONECTA CBTU	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E STU/REC

METAS

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	META	PROGRAMA/PROJETO	RESPONSÁVEL
FOMENTAR A CULTURA DA INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	NÚMERO DE AÇÕES/PROJETOS IMPLEMENTADAS	2 AÇÕES/PROJETOS POR ANO	PROGRAMA INOVA CBTU	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
FORTALECER E VALORIZAR A GESTÃO DE PESSOAS	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS EMPREGADOS	80% (AUMENTO DE 15%)	PROGRAMA DE GESTÃO DE TALENTOS	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROMOVER A APRENDIZAGEM CONTÍNUA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	TAXA DE EMPREGADOS TREINADOS	75%	PROGRAMA DE MULTIPLICAÇÃO DE CONHECIMENTO	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O exercício de 2025 foi marcado por um cenário orçamentário desafiador. A publicação tardia da Lei Orçamentária Anual (LOA), em abril, somada à redução de 42% nas despesas discricionárias (de R\$ 308 milhões em 2024 para R\$ 175 milhões em 2025), exigiu uma postura austera da Companhia na gestão dos empenhos e desembolsos mensais para assegurar a prestação dos serviços.

Diante dessa restrição, as Superintendências implementaram um rigoroso plano de adequação, que incluiu a revisão de escopos contratuais e a adequação de processos operacionais. Paralelamente, a CBTU atuou proativamente junto aos órgãos competentes em todas as janelas de alteração orçamentária.

Destaca-se, no segundo semestre, a **suplementação de R\$ 40 milhões destinada à STU Recife**, aporte decisivo para a manutenção de contratos essenciais até o encerramento do exercício.

Dessa forma, os esforços da gestão têm garantido a sobrevivência dos sistemas, que são estruturantes para a mobilidade urbana nas regiões atendidas, reforçando o papel do Governo Federal como indutor do desenvolvimento regional.

No que tange aos investimentos, a dotação de R\$ 9,5 milhões limitou-se ao atendimento de contratos já em execução. O montante mostrou-se insuficiente para cobrir a totalidade das repactuações necessárias e inviabilizou novas contratações estruturantes, essenciais para reverter o avançado estado de degradação dos sistemas e garantir a confiabilidade dos ativos.

TED – Novo PAC

Do montante de **R\$ 136.000.000,00** referentes ao **Termo de Execução Descentralizada (TED)** para recuperação da superestrutura do sistema da STU/Recife, foram recebidos **R\$ 42.738.295,85** e pagos **R\$ 15.961.517,90** até o fim de 2025.



RESULTADO PRIMÁRIO LEI

	RESULTADO PRIMÁRIO LEI	PROPOSTA CBTU 2025	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
0	SEM IMPACTO - RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
1	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	2.650.588.749	1.143.595.136	1.144.595.136	1.220.312.635	1.177.643.447,57	1.177.614.749,93	1.164.656.542,01	1.142.200.552,17
2	PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	425.258.321	180.000.000	175.218.724	215.218.632	215.211.424,38	215.375.310,46	293.086.317,19	288.286.267,98
3	PRIMÁRIO SEM IMPACTO FISCAL (TED - NOVO PAC)						27.366.627,81	16.364.794,21	16.132.894,42
7	DESP. DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE EMENDA DIR. GERAL PLOA, EXC. ORDEM TEC			19.396.330				4.917.766,78	5.079.729,49
TOTAL		3.075.847.070	1.323.595.136	1.339.210.190	1.435.531.267	1.392.854.871,95	1.420.356.688,20	1.479.025.420,19	1.451.699.444,06

GRUPO DE DESPESA

	GRUPO DE DESPESA	PROPOSTA CBTU 2025	PLOA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.650.588.749	1.022.410.561	1.023.410.561	1.110.309.065	1.074.698.805,88	1.074.670.863,44	1.060.056.251,46	1.039.350.965,22
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.415.883	291.184.574	286.883.214	315.702.117	308.636.146,07	308.972.529,37	320.460.185,06	318.421.646,63
4	INVESTIMENTOS	155.842.438	10.000.001	28.916.415	9.520.085,00	9.519.920,00	36.713.295,39	98.508.983,67	93.926.832,21
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
TOTAL		3.075.847.070,00	1.323.595.136,00	1.339.210.190,00	1.435.531.267,00	1.392.854.871,95	1.420.356.688,00	1.479.025.420,00	1.451.699.444,00

FONTES DE RECURSOS

	PROPOSTA CBTU 2025	PLQA	LOA	LOA + ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (ANO VIGENTE + RAP)	DESPESAS PAGAS (ANO VIGENTE + RAP)
1000	2.650.588,749	1.241.004.313,00	1.257.659.312,00	1.365.306.031,00	1.322.636.679,57	1.330.464.272,44	1.388.068.482,94	1.360.593.380,83
1033						163.886,08	59.927,07	60.989,62
1050	97.840,612	82.093.022,00	81.053.077,00	66.053.077,00	66.047.475,56	66.047.475,56	73.943.828,01	74.053.195,87
1051		271.666,00	271.666,00	271.666,00	271.666,00	271.666,00	1.767.910,89	1.767.910,89
1081	263,223	226.135,00	226.135,00	226.135,00	224.693,82	224.693,82	246.398,83	234.227,45
1444								57.000,00
1499	327.154,486							
3000							13.547.409,93	13.547.409,93
3051				1.038,00	1.037,00	1.037,00		
3129				3.673.320,00	3.673.320,00	23.183.657,30	1.391.462,52	1.385.329,47
TOTAL	3.075.847,070	1.323.595.136,00	1.339.210.190,00	1.435.531.267,00	1.392.854.871,95	1.420.356.688,20	1.479.025.420,19	1.451.699.444,06

FONTES:

1000 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente, Recursos Livres da União

1033 - Recursos Arrecadados PROAP - Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União

1050 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente, Recursos Próprios Livres da UO

1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital

1081 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente, Convênios

1444 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente, Demais Aplicações Autorizadas para Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro Nacional, excetuado o Refinanciamento da Dívida Pública

1499 - Fonte a definir

3000 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores, Recursos Livres da União

3051 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores, Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital

3129 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores, Recursos Abandonados dos Patrimônios Acumulados do PIS/PASEP Apropriados pelo Tesouro e Destinados a Despesas de Investimentos

GESTÃO PATRIMONIAL

A RDA nº 166/2021 instituiu um Grupo de Trabalho para estudar e promover a regularização dos imóveis da CBTU. A CBTU elaborou uma planilha consolidando a situação dos imóveis nas UAs de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife e no escritório regional de São Paulo.



UA/ANO	2024
RIO DE JANEIRO	20
STU-BH	52
STU-JOP	18
STU-MAC	21
STU-NAT	29
STU-REC	1472
ER-SP	13

No exercício de 2025, a gestão dos imóveis manteve foco na regularização, organização e consolidação das informações patrimoniais da Companhia. As ações envolveram processos complexos, com análise documental, articulação institucional e dependência, em alguns casos, de providências externas. Em razão dessa complexidade, os quantitativos de imóveis pendentes de regularização permaneceram estáveis em relação ao exercício anterior. O cenário reflete os desafios inerentes aos processos em andamento.

Durante o período, foram mantidas as tratativas institucionais, o acompanhamento dos processos em curso e a organização das informações patrimoniais disponíveis, bem como as providências necessárias à continuidade das ações de regularização, destacando-se:

- Elaboração de estudos técnicos para identificação de imóveis via CNPJ no RGI Digital, visando plano de regularização;
- Levantamento de imóveis operacionais em unidades regionais;
 - Análise de documentos técnicos e jurídicos relativos à sucessão patrimonial e gestão do patrimônio público;
- Articulação institucional com organismos nacionais e internacionais, com encaminhamento ao setor jurídico;
- Diligências junto a órgãos e entidades para regularização e transferência de titularidade de imóveis;
 - Interação com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para levantamento de valores de imóveis;
 - Comunicação com órgãos como CPTM e DNIT para regularização administrativa e mitigação de passivos tributários;
 - Planejamento de ações com previsão orçamentária para levantamento, avaliação e regularização de bens imóveis.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal regente das relações de trabalho, no âmbito da CBTU, é o Decreto 5.452/1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas. A Companhia também está submetida à Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e observa as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO

2.746

Empregados ativos



28

Empregado(a)s PCD

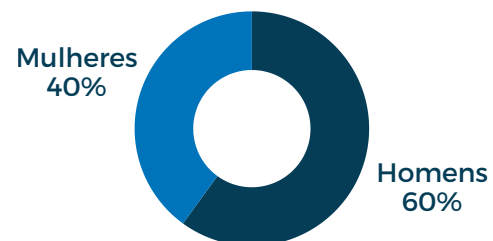
606

Empregado(a)s aposentado(a)s em atividade (24% do total)

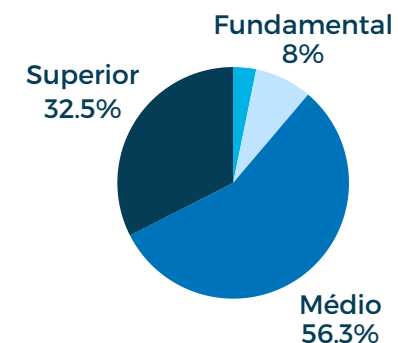
373

Empregado(a)s movimentado(a)s para outros órgãos

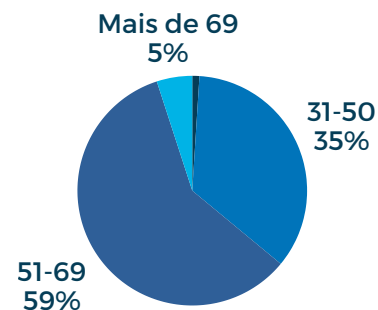
OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS



ESCOLARIDADE



EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA



GESTÃO DE PESSOAS

SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO AÇÕES DA CBTU



Exames Médicos Ocupacionais

Atendimento nutricional.
Palestra e rodas de conversa sobre alimentação saudável, atividade física, saúde mental e qualidade de vida.
Ginástica laboral
Semana da Saúde do Ferroviário



Campanhas Preventivas

Saúde Bucal e Prevenção ao Câncer de Boca
Janeiro Branco
Comabete ao Álcool e Drogas ilícitas.
Março Lilás
Abril Verde
Outubro Rosa
Novembro Azul



Monitoramento da Saúde Ocupacional

Realização de exames laboratoriais
Exames Periódicos
Acompanhamento de empregados afastados pelo INSS
Saúde da Mulher
Parceria com o SESC/MULHER – Carreta da Saúde



Indicadores Qualitativos

Fortalecimento das ações de prevenção e promoção à saúde
Incentivo ao autocuidado e à qualidade de vida
Estímulo à participação coletivas
campanhas institucionais

GESTÃO DE PESSOAS

DIVERSIDADE, EQUIDADE E AMBIENTE DE TRABALHO AÇÕES DA CBTU

No exercício, a Companhia avançou no fortalecimento de iniciativas voltadas à promoção de um ambiente de trabalho respeitoso, inclusivo e livre de discriminação, em consonância com as diretrizes de governança, integridade e gestão de pessoas.

Nesse contexto, foi aprovada a Política de Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio, instrumento institucional que estabelece princípios, diretrizes e mecanismos voltados à promoção do respeito à diversidade, à prevenção de condutas inadequadas no ambiente de trabalho e ao fortalecimento de canais institucionais de acolhimento e tratamento de denúncias.

Como parte dessas iniciativas, a Companhia realizou levantamento do perfil sociodemográfico de seu público interno por meio de formulário de autodeclaração voluntária e anônima, com o objetivo de subsidiar o aprimoramento das políticas de diversidade, equidade e inclusão.



PRINCIPAIS INICIATIVAS NO EXERCÍCIO - 2025



Aprovação da Política de Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio



Realização do Mapeamento Institucional de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)



Levantamento do perfil de diversidade da alta administração

GESTÃO DE PESSOAS

DIVERSIDADE, EQUIDADE E AMBIENTE DE TRABALHO AÇÕES DA CBTU



PERFIL AGREGADO DOS RESPONDENTES DO LEVANTAMENTO DE DIVERSIDADE

Indicador	Quantidade
Empregados da Companhia	2.746
Respondentes do levantamento	317
Taxa de participação	11,50%

NOTA METODOLÓGICA

As informações decorrem de levantamento institucional realizado mediante autodeclaração voluntária e anônima, sendo divulgadas exclusivamente de forma agregada, sem identificação de indivíduos. Os resultados representam o universo de respondentes e têm caráter indicativo para subsidiar o desenvolvimento de políticas institucionais de diversidade, equidade e inclusão.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS RESPONDENTES

Categoria	Quantidade
Branca	103
Parda	144
Preta	20
Indígena	3
Amarela	3
Prefiro não responder	12

IDENTIDADE DE GÊNERO

Categoria	Quantidade
Homem cis	174
Mulher cis	114
Prefiro não informar	17
Sem resposta	12

GESTÃO DE PESSOAS - DESTAQUES 2025

DIVERSIDADE, EQUIDADE E AMBIENTE DE TRABALHO AÇÕES DA CBTU

PERFIL DE DIVERSIDADE DA ALTA ADMINISTRAÇÃO (2025)

A Companhia também realizou levantamento por autodeclaração com membros de seus órgãos estatutários, com o objetivo de conhecer, de forma agregada, o perfil sociodemográfico da alta administração.

As informações são tratadas exclusivamente em nível estatístico, sem identificação individual, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.



Indicador	Quantidade
Total de declarantes	9
Mulheres	1
Homens	8
Pessoas negras (pretas ou pardas)	4
Pessoas brancas	5
Pessoas com deficiência	0

GESTÃO DE PESSOAS

PERSPECTIVAS FUTURAS E DESAFIOS

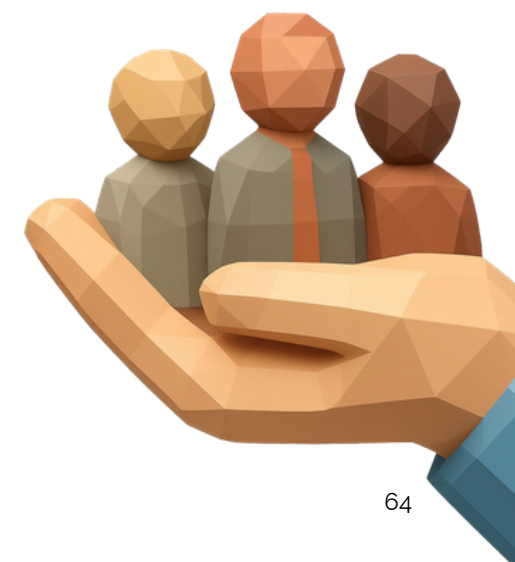
- Renovação da força de trabalho especializada;
- Promoção da diversidade e equidade, com ênfase no aumento da representatividade feminina e na inclusão de pessoas com deficiência (PcDs);
- Fortalecimento da educação corporativa;
- Atração e retenção de novos talentos;
- Modernização dos processos de gestão de pessoas;
- Fortalecimento da cultura organizacional;
- Promoção contínua da saúde ocupacional e segurança do trabalho.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

A CBTU enfrenta desafios estratégicos na educação corporativa, como a preservação e transferência do conhecimento técnico diante do envelhecimento do quadro funcional e do número crescente de aposentados em atividade.

Esse cenário reforça a importância de programas de sucessão técnica e gestão do conhecimento.

Também é fundamental alinhar a capacitação aos objetivos estratégicos da Companhia, com ações baseadas em diagnósticos precisos e uso de indicadores de desempenho, garantindo maior efetividade dos investimentos.



GESTÃO DE PESSOAS

TREINAMENTOS/CAPACITAÇÃO
REALIZADOS EM 2025

TREINAMENTO

2.723

EMPREGADOS - **25.869** HOMEM/HORA

INVESTIMENTO

R\$ 608.098,99

INSTRUTORIA INTERNA

2.139



CAPACITAÇÃO SEM DESTAQUE

Congresso de Direito do Trabalho

II. Fórum de Combate ao Trabalho Infantil e Aprendizagem

III. Gestão de Conflitos

IV. 19º Pregão Week

V. Ética e Serviço Público

VI. Letramento Racial Aplicado ao Setor Público

VII. Prevenção e Enfrentamento de Assédio Sexual e Moral

VIII. Jornada da Diversidade: Inclusão em Ação

IX. Diversidade e Inclusão no Ambiente de Trabalho



POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A política de remuneração dos administradores e membros de colegiados na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é praticada conforme os seguintes dispositivos legais balizadores do tema: Lei 6.404/1976; Lei 13.303/2016; Decreto 8.945/2016; Decreto 89.039/1984 e Decreto 9.035/2017, manifestação e supervisão anual da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), e aprovação da Assembleia Geral.



A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da CBTU é composta pelas rubricas aprovadas em Assembleia Geral dos Acionistas, compreendendo honorário fixo, adicional de férias, gratificação natalina, auxílio-alimentação, plano de saúde, auxílio-moradia, previdência complementar — na hipótese de adesão do(a) dirigente ao plano patrocinado pela Companhia — e quarentena, quando cabível, nos termos da legislação e do Estatuto Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria também segue a legislação mencionada, com o valor das gratificações mensais calculada sob 10% da média da remuneração dos Diretores (incluindo a Gratificação Natalina).



REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA

REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA (VALORES EM R\$)	EXERCÍCIO 2025
Quantidade de membros	3
Remuneração Fixa	-
i. Honorários	954.344,19
ii. Auxílio Alimentação	36.000,00
iii. Participação em Conselho	-
iv. Plano de Saúde	54.000,00
v. Outros (Gratificação Natalina; previdência complementar; Gratificação de Férias; Auxílio Moradia; Quarentena)	192.743,21
TOTAL	1.237.087,40

GRATIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS

GRATIFICAÇÃO DE CONSELHOS E COMITÊS (VALORES EM R\$)		EXERCÍCIO 2025
GRUPOS COLEGIADOS	Nº DE MEMBROS	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)	7	230.862,36
CONSELHO FISCAL (CF)	3	99.581,33
COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)	2	71.310,63
TOTAL	12	401.754,32

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2025, o Regulamento Interno de Licitações, Contratações e Convênios da CBTU (RILC), baseado na Lei 13.303/2016, passou por sua quarta atualização. As mudanças atenderam às demandas das áreas jurídicas, de licitação e da alta direção. Em 03/02/2025 teve início a vigência da atualização supracitada do RILC/CBTU, divulgada em 26/11/2024, através da Resolução da Presidência nº 417 de 26 de novembro de 2024.

LICITAÇÕES E CONTRATOS EM NÚMEROS

RESUMO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 2025		
TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
LICITAÇÕES	11	PROCESSOS INICIADOS EM 2025
CONTRATAÇÕES DIRETAS	21	PROCESSOS INICIADOS EM 2025
TOTAL	32	APENAS PROCESSOS INICIADOS EM 2025

QUANTIDADE DE PROCESSOS POR SUPERINTENDÊNCIAS - 2025	
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	QUANTIDADE DE PROCESSOS
RECIFE	97
JOÃO PESSOA	41
MACEIÓ	35
NATAL	39
TOTAL	212

ECONOMIA DAS CONTRATAÇÕES POR SUPERINTENDÊNCIA

A análise dos processos finalizados nas unidades da Administração Central, Natal, Recife, Maceió e João Pessoa evidencia a capacidade da CBTU em realizar contratações por valores inferiores aos inicialmente estimados. A diferença entre o valor orçado e o valor efetivamente contratado representa economia gerada, possibilitando o remanejamento de recursos para outras demandas estratégicas e áreas prioritárias da Companhia.

Entre as unidades avaliadas, destaca-se Maceió, que apresentou o melhor desempenho, com economia de 84,88% em relação ao valor estimado, resultado altamente expressivo e indicativo de elevada eficiência na condução dos processos de contratação. Na sequência, Recife registrou economia de 18,43%, demonstrando desempenho relevante e consistente.

A unidade de João Pessoa obteve economia de 10,98%, enquanto Natal apresentou redução de 6,47% sobre os valores inicialmente previstos, mantendo o padrão de contratações vantajosas, ainda que em percentuais mais moderados.

De forma geral, os resultados reforçam o compromisso da CBTU e de suas unidades com a economicidade, a eficiência administrativa e a boa gestão dos recursos públicos, por meio da realização de contratações mais vantajosas para a Administração.

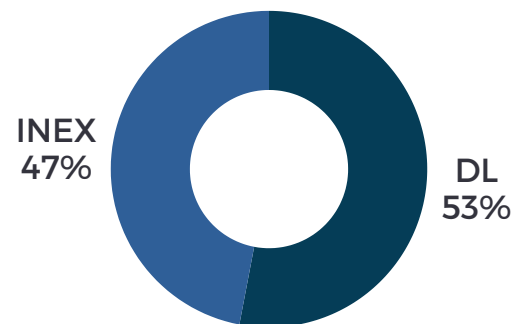
GESTÃO CONTRATUAL

Ao longo do exercício de 2025, a Gerência Técnica de Gestão de Contratos (GECON) manteve atuação estratégica no monitoramento contínuo e na gestão dos Contratos firmados pela CBTU.

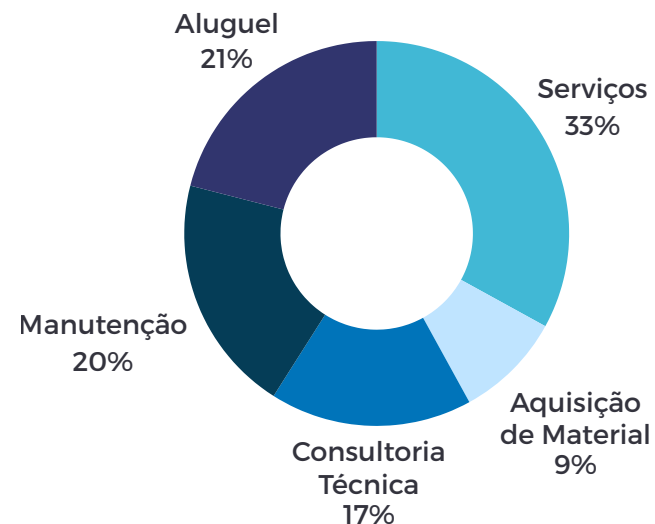
Como parte de suas atribuições, a GECON emite reportes mensais à Administração Central e às Superintendências (STUs), permitindo o acompanhamento tempestivo de aspectos fundamentais da execução contratual, tais como:

- Ampliação da transparência ativa, com publicação integral dos Contratos vigentes e respectivas Notas de Empenho (originais e de reforço) no portal institucional Gov/CBTU, em atendimento às recomendações da CGU;
- Estruturação e padronização de procedimentos de gestão contratual entre Administração Central e as STUs, com uniformização de rotinas;
- Implementação de controles automatizados aos gestores de Contratos, incluindo sistema de alertas de vencimento contratual com antecedência escalonada de até 150 dias, mitigando riscos de descontinuidade;
- Integração e atualização das informações contratuais por meio de documentos de contratos no CIC e portal institucional Gov/CBTU, assegurando maior rastreabilidade e transparência;
- Otimização do fluxo de pagamento contratual, com simplificação processual por meio da nova Norma de PROPAG e adoção de Formulário Único de tramitação;
- Avanço na atualização de normativos estruturantes (PROPAG, Garantias Contratuais e Gestão de Contratos), com foco em padronização, controle e segurança jurídica;
- Planejamento de capacitação institucional continuada para gestores e fiscais, alinhado às normas internas atualizadas e recomendações de auditoria.

CONTRATAÇÃO



TIPOS DE CONTRATO



A **GECON** elaborou um check list específico de análise das garantias apresentadas pelos Gestores. Esse instrumento tem como objetivo padronizar a verificação dos requisitos legais e contratuais, bem como facilitar o retorno didático aos gestores quanto às adequações necessárias para aceitação ou regularização das garantias apresentadas.

CONTRATOS DIRETORIA TÉCNICA

CONTRATO	OBJETO
029-22 DT	Aquisição de 06 Núcleos Inversores IGBT, 04 Conjuntos Ventilador e 04 Fontes de alimentação FAID, para uso em Conversores de Tração de fabricação CAF (código de referência C.F7.76.101.00), bem como de 18 (dezoito) unidades da Caixa Redutora montadas com Biela e Acoplamento, 18 (dezoito) unidades da Biela de Reação, 6 (seis) unidades do Acoplamento, e 18 (dezoito) unidades do Eixo Motor
038-22 DT	Prestação de serviços e modernização com o fornecimento dos equipamentos de projeção dos painéis mímicos do Centro de Controle Operacional na SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE
040-22 DT	Aquisição e instalação de 06 (seis) unidades de Conversor Auxiliar 182 kVA / 8 kW - 3000 Vcc / 380 Vca, 60 Hz / 72 Vcc de forma a aplicar tais equipamentos na frota de TUE CAF
044-22 DT	Revisão geral e restabelecimento de 02 (dois) Railpacks completos, incluindo os motores de tração a Diesel e 4 (quatro) Redutores de velocidade
002-23 DT	Fornecimento de 04 truques reboque e 02 truques tração e serviço de adequação do estrado do VLT para instalação dos novos truques em um VLT de 03 carros
011-23 DT	Aquisição de dormentes de polímero reciclado, necessários para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura das vias permanentes das STU - Natal/RN, STU - João Pessoa/PB, STU - Recife/PE e STU - Maceió/AL
013-23 DT	Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de engenharia para substituição de lastro, de recomposição de solo, de limpeza de faixa de domínio e de limpeza de infraestrutura de drenagem na Superintendência de Trens Urbanos de Recife – STU-REC
015-23 DT	Contratação de empresa para fornecimento e Instalação de chave seccionadora 3kVdc para uso em sistemas de linhas aéreas metroviárias para CBTU/STURecife
028-23 DT	Aquisição e instalação de uma remota de potência para subestação, completa e cujas funcionalidades consistem em monitorar e comandar os equipamentos tanto da subestação quanto da rede aérea para CBTU/STU- Recife

CONTRATOS DIRETORIA TÉCNICA

CONTRATO	OBJETO
002-24 DT	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de 01 (um) Painel Elétrico com conjunto de proteção, manobra e controle de Tração de 3,3 kVcc completo para CBTU/STU- Recife
013-24 DT	Aquisição de dormentes de polímero reciclado, necessários para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva da superestrutura das vias permanentes das STU - Natal/RN, STU - Maceió/AL
015-24 DT	Contratação de empresa especializada em mapeamento geológico por georadar de penetração de solo (GPR) para investigação das condições geotécnicas do lastro ferroviário e das possíveis repercussões que podem estar ocorrendo na sua infraestrutura no âmbito da CBTU/STU-REC
016-24 DT	Aquisição de Fixações quais sejam: 9.339 Placas de Apoio e 52.958 Parafusos tipo Trefão novos, fabricados e ensaiados de acordo com a norma ABNT 15.497:2007 para as placas e ABNT 8.497:2009 para os parafuso
025-24 DT	Contratação de profissional especializado para prestação de serviço de laudo técnico de engenharia em relação aos eventos relacionados às fortes chuvas ocorridas em 2023 na região e entorno da ferrovia denominada Linha Roxa
027-24 DT	Aquisição de 939,53 toneladas de Trilhos TR-45 (massa nominal de 44,64 kg/m), novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 7590:2012
029-24 DT	Aquisição de 19.858 DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO novos, fabricados e ensaiados de acordo coma ABNT NBR 117090:2015, ABNT NBR-1993, ABNT NBR 17033-2022
032-24 DT	Contratação de serviço de obra para a recuperação do talude entre as estacas 1+220m e 1+240m da via férrea da Linha Roxa da CBTU-STU-NATAL
033-24 DT	Contratação de empresa especializada no fornecimento de trilhos ferroviários para aquisição 1.365,6 toneladas de trilhos TR-57 (massa nominal de 56,90 kg/m), novos, fabricados e ensaiados de acordo com ABNT NBR 7590:2012
034-24 DT	Aquisição de 1 (um) caminhão rodoferroviário, para manutenção e inspeção de rede aérea (item 1), e do 2 (dois) veículos rebocadores rodoferroviários (item 2), para a superintendência regional de Recife
035-24 DT	Aquisição de 15.968 Dormentes Monobloco de Concreto para Trilhos TR-57 novos, fabricados e ensaiados de acordo com a ABNT NBR 117090:2015, ABNT NBR 12787-1993, ABNT NBT 17033-2:2022
108-24 REC	Contatação dos serviços de substituição de trilhos na Linha Centro da STU-RECIFE

CONTRATOS DIRETORIA TÉCNICA

CONTRATO	OBJETO
001-25 DT	Contratação De Empresa Especializada Em Serviço De Requalificação De Material Rodante, Para Requalificação De Sistemas Dos Trens Unidade Elétrico (Tues) Das Frotas Cism E Caf, E Do Veículo Leve Sobre Trilhos (Vlt) Da Frota Bom Sinal, Da Stu Recife Com Fornecimento E Instalação De Componentes
005-25 DT	AQUISIÇÃO DE 44.259 DORMENTES MONOBLOCO DE CONCRETO PARA TRILHOS TR-57 NOVOS, FABRICADOS E ENSAIADOS DE ACORDO COM A ABNT NBR 117090:2015, ABNT NBR 12787-1993, ABNT NBT 17033-2:2022
034-25 REC	Serviços de limpeza e regularização de áreas remanescentes operacionais pertencentes ao sistema ferroviário da linha sul e linha centro da cbtu/stu-rec.
045-25 REC	Aquisição de veículo rodoferroviário trator multiuso, para atendimento da demanda da cbtu-stu/rec.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESULTADOS 2025

O Programa Conecta tem como objetivo modernizar e integrar os sistemas de gestão empresarial, por meio da customização e implantação das soluções TOTVS. É um dos principais projetos da área de TI.



PRIMEIRA ETAPA DO PROGRAMA

Em andamento com foco na colaboração entre TI e áreas de negócio. 75% concluído em 2025.



AÇÕES

Realização de reuniões e entrevistas para garantir que as soluções estejam alinhadas às necessidades da organização, promovendo eficiência operacional e otimização de processos. Transferência de dados do Sistema atual para o modulo RM de Recursos Humanos.

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETPS)

11

ETPs iniciados, base para decisões estratégicas de aquisição e implantação de tecnologias.

6

ETPs já concluídos, resultando na contratação de serviços e soluções específicas.



Aquisição de Desktops e Notebooks
Contratação Link Internet para Brasília
Atualização do Parque de Firewalls
Contratação de Auditoria Eleitoral
Licitação software Assurance Microsoft
Contratação de Sistema de Ponto Eletrônico

Os cinco estudos técnicos preliminares restantes encontram-se em andamento e possuem previsão de conclusão nos exercícios de 2025 e 2026: Serviço de Segurança de EndPoints; Substituição do E-mail Corporativo; Sustentação do Sistema UPS; Suporte Técnico e Atualização da Oracle; Contratação Software ARPO.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RESULTADOS 2025

PROJETOS DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO

Acompanhamento e consultoria para implantação do Sistema SEI;

Implantação da base RM - Protheus- RH;

Implantação da rede de comunicação, link de internet e dispositivos de tecnologia da informação no escritório do Rio de Janeiro;

Acompanhamento e consultoria para implantação de Sistema de bilhetagem nas STUs.



A ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TAMBÉM ATUOU APOIANDO OUTRAS ÁREAS EM PROJETOS IMPORTANTES, COMO:

Suporte nas ações voltadas para o novo Portal Corporativo;

Consultoria às áreas para Elaboração do Termo de Referência de projetos específicos.

Consultoria técnica para Contratação do Sistema de Suporte ao Patrimônio;

Consultoria para Elaboração do Estudo Técnico Preliminar para o Sistema de Gestão de Riscos;

Acompanhamento no processo de contratação do Sistema de Gestão de Documentação;

GESTÃO AMBIENTAL

A CBTU prioriza ações que associam o desenvolvimento econômico e social à preservação do meio ambiente.

“SER ECONOMICAMENTE VIÁVEL,
SOCIALMENTE JUSTA E
AMBIENTALMENTE CORRETA.”



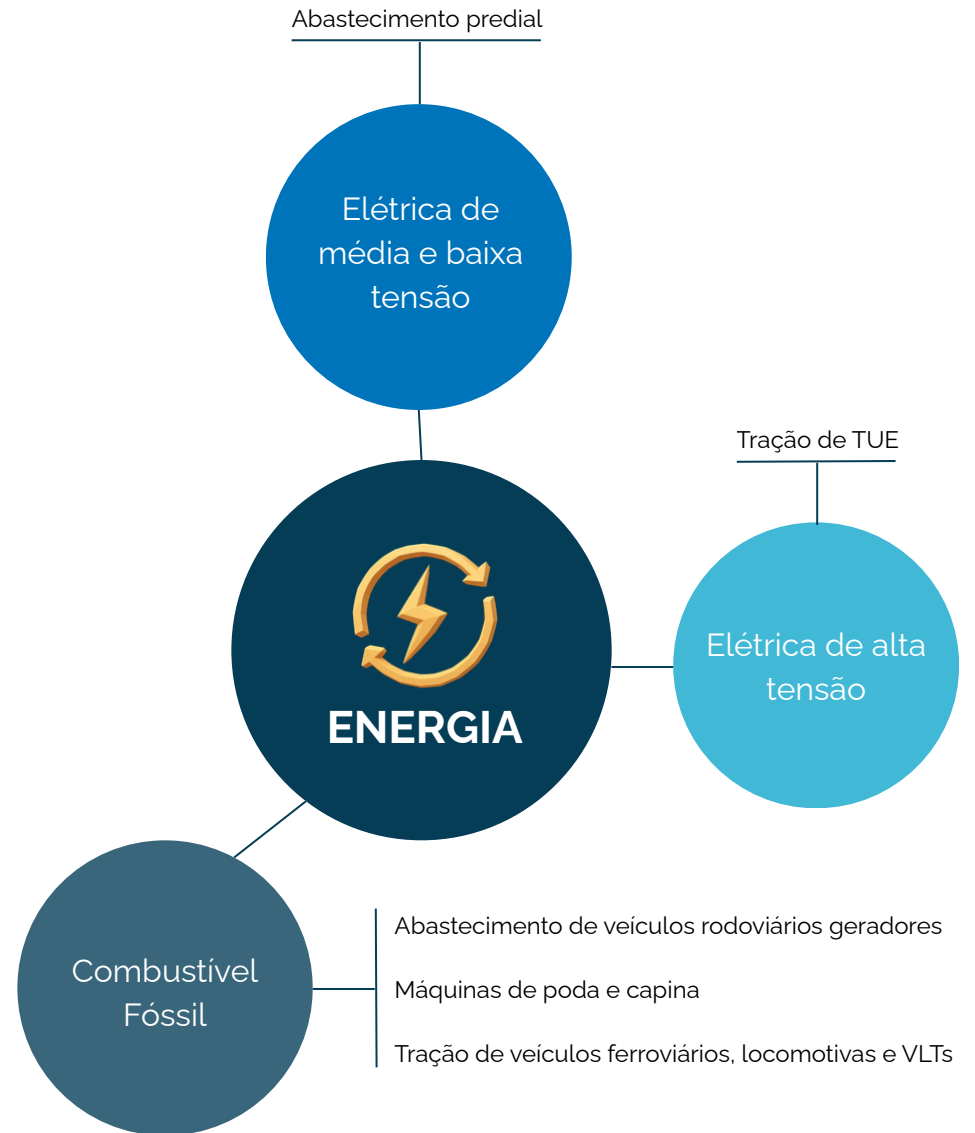
ÁGUA

A CBTU continua empenhada em reduzir seu consumo de água; no entanto, em 2025, as equipes de meio ambiente identificaram alguns pontos de melhoria. Esses casos estão sendo tratados em conjunto com as operadoras responsáveis pelo fornecimento de água e esgoto, mas resultaram em um aumento de 5% no consumo em comparação com o ano anterior.



ENERGIA

Em se tratando do transporte de passageiros e mobilidade urbana a energia é um elemento fundamental. As fontes principais de energia utilizadas pela CBTU são:



GESTÃO AMBIENTAL

Apesar da importância inquestionável da energia para o desenvolvimento das atividades da Companhia, os Comitês de Sustentabilidade presentes na Administração Central e nas Superintendências adotam ações que visam mitigar os impactos ambientais associados ao consumo.



CONSUMO DE ENERGIA EM 2025

6.261.559

ENERGIA ELÉTRICA – MÉDIA E BAIXA TENSÃO (KWH)

29.365.436

ENERGIA ELÉTRICA TRAÇÃO (KWH)

162.241

COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO (GASOLINA + DIESEL POR LITRO)

1.325.392

COMBUSTÍVEL FERROVIÁRIO (DIESEL PARA TRAÇÃO POR LITRO)

1.596.859

Combustível Ferroviário (Diesel para tração por Litro)

Houve uma diminuição do consumo de energia elétrica estimada, em comparação com 2025, na casa de 20%, principalmente pela menor oferta de transporte de passageiros ao longo do ano na STU-REC.

GESTÃO AMBIENTAL

RESÍDUOS SÓLIDOS

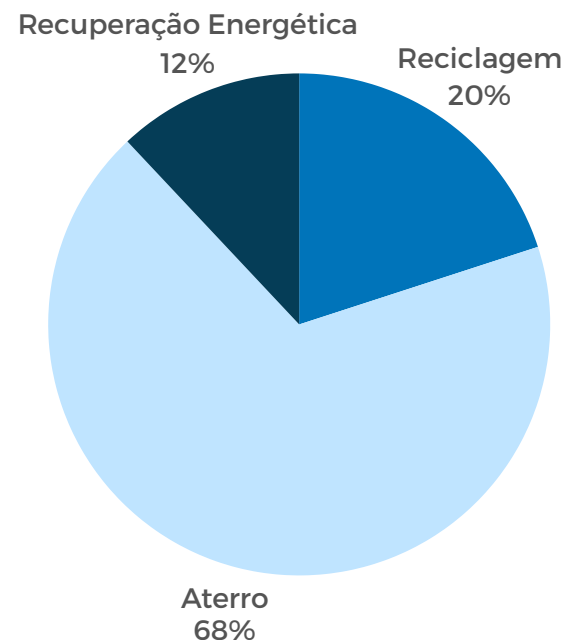
A CBTU realiza a gestão de resíduos por meio dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), implementados em cada STUs, com bases nas exigências da Lei 12.305 de 2010, o Decreto Regulamentador 7.404 de 2010 e as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a respeito de cada categoria.



RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS PELA CBTU:

Quantidade 2023	Destinação Final
5,7 toneladas	Reaproveitamento, rerrefino, coprocessamento, incineração, aterro Classe I
1335 unidades	Reciclagem (Baterias alcalinas (Ni/Cd) e Chumbo Ácido)
9,4 toneladas	Reciclagem (Eletroeletrônicos)
1901 unidades	Descontaminação/reciclagem, logística reversa, aterro classe I
2,3 toneladas	Aterro sanitário
26 toneladas	Aterro Inerte/Compostagem/Reciclagem
3,5 toneladas	Cooperativa de reciclagem

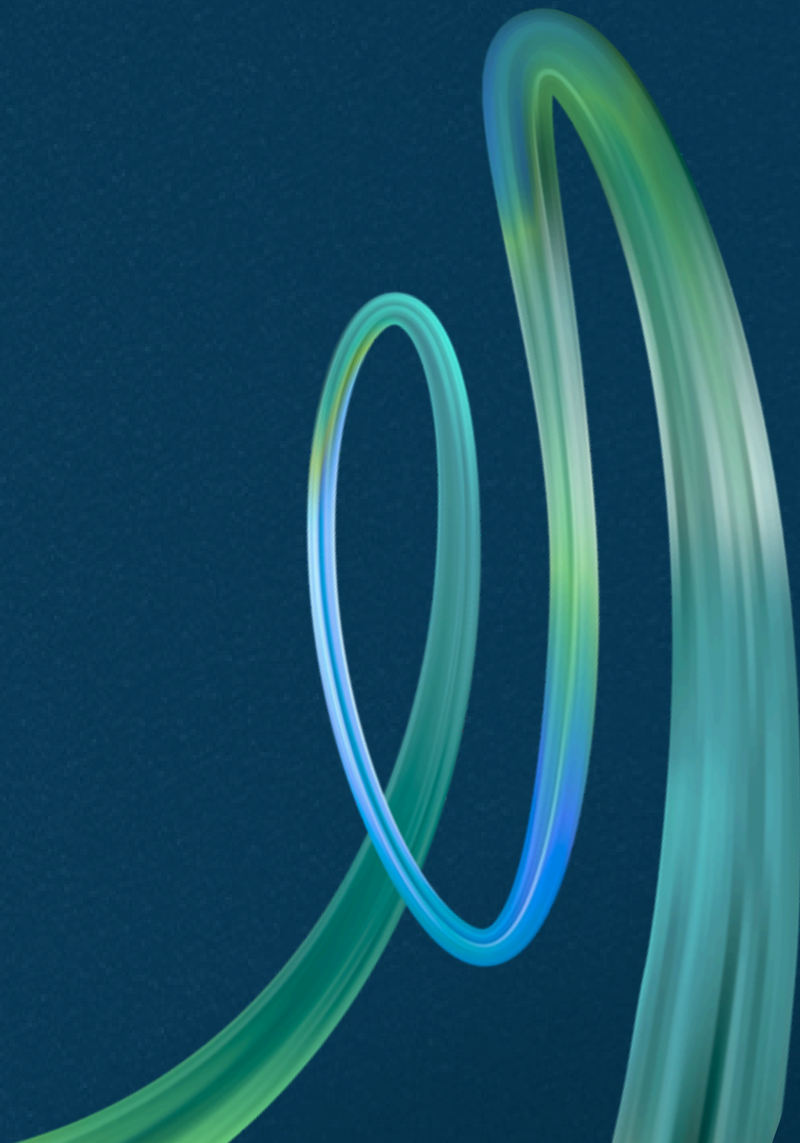
TIPO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS:



MATERIAL DESCARTADO

Houve uma diminuição projetada de **92%** no descarte correto dos resíduos em comparação ao ano passado, em virtude da melhoria contínua realizada nos últimos anos. Portanto, para fins de análise, considerou-se os benefícios da questão de sustentabilidade o quantitativo na ordem de **47 toneladas** de resíduos ambientalmente descartados ao longo do ano de 2025.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



ATIVO

Os valores estão descritos em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> REAPRESENTADO	<u>01/01/2024</u> REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - Nota 04	52.389	58.299	71.173
Contas a Receber - Nota 05	9.259	8.292	4.753
Adiantamento de Férias	-	4.185	3.819
Almoxarifados	47.009	41.885	37.451
	<u>108.657</u>	<u>112.661</u>	<u>117.196</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Nota 06	52.929	47.212	36.225
Impostos a Recuperar - Nota 07	3.205	2.872	2.552
	<u>56.134</u>	<u>50.084</u>	<u>38.777</u>
IMOBILIZADO - Nota 08	1.667.833	1.644.850	1.642.924
INTANGÍVEL - Nota 09	21.802	21.802	19.329
	<u>1.689.635</u>	<u>1.666.652</u>	<u>1.662.253</u>
	<u>1.745.769</u>	<u>1.716.736</u>	<u>1.701.030</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.854.426</u>	<u>1.829.397</u>	<u>1.818.226</u>



PASSIVO

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Fornecedores e Empreiteiros	7.355	1.816	1.633
Provisão para Férias	30.915	35.938	36.555
Provisão para Contingências - Nota 10		-	434.668
Salários a Pagar - Nota 11	35.460	28.638	26.735
Depósitos e Consignações	7.284	6.700	6.291
Recursos Fiscais e Previdenciários	14.364	729	14.549
Obrigações a Pagar - Nota 12	115.771	64.064	47.782
Fundação REFER Nota 19.3	392.538	377.811	360.618
	603.687	515.696	928.831
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	2.390.072	2.212.133	676.700
Obrigações a Pagar - Nota 12	180.414	-	-
Recursos para Aumento de Capital - Nota 12	-	-	152
Fundação REFER - Nota 19.3	2.706.775	2.793.189	2.840.313
	5.277.261	5.005.322	3.517.165
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 13			
Capital Social Realizado - Nota 13.1	6.548.725	6.456.613	6.325.714
Reserva de Reavaliação de Bens - Nota 13.2	-	193	688
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13.3	99.078	99.678	166.957
Prejuízos Acumulados Nota 13.4	(10.674.325)	(10.248.105)	(9.121.129)
	(4.026.522)	(3.691.621)	(2.627.770)
TOTAL DO PASSIVO	1.854.426	1.829.397	1.818.226



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14		
Transportes Ferroviários	64.219	76.534
Aluguéis e Arrendamentos	3.692	3.690
	67.911	80.224
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços	(366)	(366)
	67.545	79.858
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(657.328)	(621.282)
	(589.783)	(541.424)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e Administrativas - Nota 16	(437.902)	(188.620)
Depreciações e Amortizações	(64.898)	(65.650)
Provisão para Contingências	(2.916)	(1.200.938)
Reversão da Provisão ao Valor Recuperável de Bens	-	8.241
	(505.716)	(1.446.967)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(1.095.499)	(1.988.391)
Subvenções para Custeio - Nota 17	1.285.346	1.227.513
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	189.847	(760.878)
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18		
Receita Financeira	3.686	3.797
Despesa Financeira	(609.407)	(369.194)
	(605.721)	(365.397)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(415.874)	(1.126.275)
Resultado da Baixa de Bens	(10.539)	(1.196)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)
Outros Resultados Abrangentes	-	(495)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.966)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Os valores estão descritos em milhares de reais

	Capital Social Realizado	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Recursos para Aumento de Capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024- Reapresentado	6.325.714	688	(8.302.361)	166.957	(1.809.002)
Ajustes de exercícios anteriores - Nota 3	-	-	(818.768)	-	(818.768)
Saldos em 01 de janeiro de 2024 - Reapresentado	6.325.714	688	(9.121.129)	166.957	(2.627.770)
Integralização de Capital Social	130.899	-	-	(130.742)	157
Realização de Reservas	-	(495)	495	-	-
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	63.463	63.463
Prejuízos do Exercício	-	-	(1.127.471)	-	(1.127.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2024- Reapresentado	6.456.613	193	(10.248.105)	99.678	(3.691.621)
Integralização de Capital Social	92.111	-	-	(92.111)	-
Realização de Reservas	-	(193)	193	-	-
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	91.511	91.511
Prejuízos do Exercício	-	-	(426.413)	-	(426.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.548.725	-	(10.674.325)	99.078	(4.026.522)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

Os valores estão descritos em milhares de reais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(426.413)	(1.127.471)
AJUSTES POR:	765.724	1.494.897
Variação Monetária	280.103	26.276
Depreciações e Amortizações	64.898	65.650
Encargos - REFER	315.324	339.047
Baixa de Bens	10.539	1.196
Provisão ao Valor Recuperável	-	(8.241)
Provisão pensões vitalícias	200.214	-
Provisão para Contingências	(105.336)	1.070.979
Créditos a Recuperar	(18)	(12)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	(4.766)	(16.120)
Cortas a Receber	(967)	(3.539)
Almoxarifados	(5.124)	(4.435)
Depósitos Judiciais	(2.861)	(7.779)
Adiantamentos de Férias	4.186	(367)
(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	333.546	364.637
Fornecedores e Empreiteiros	(5.539)	(183)
Salários a Pagar	(6.821)	(1.903)
Provisão para Férias	5.021	618
Amortização da REFER	387.011	368.977
Outras Contas a Pagar	(46.126)	(2.872)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	999	(13.331)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(98.420)	(63.006)
Aquisição de Imobilizado	(98.420)	(62.970)
Aquisição de Intangível	-	(36)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	91.511	63.463
Recursos para Aumento de Capital	91.511	63.463
VARIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	(5.910)	(12.874)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.910)	(12.874)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	58.299	71.173
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	52.389	58.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO (DVA)

Os valores estão descritos em milhares de reais

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
Receita de Prestação de Serviços	64.219	76.534
Receita de Aluguéis, Arrendamentos e Concessões	3.692	3.690
Provisão pensões vitalícias	(200.214)	-
Provisão para Contingências	(2.916)	(1.200.938)
	(135.219)	(1.120.714)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais Consumidos	20.897	23.306
Energia, Serv.de Terceiros, Outras Desp.Operacionais	243.678	221.407
Perda na Realização de Ativos	10.539	1.196
	275.114	245.909
VALOR ADICIONADO BRUTO	(410.333)	(1.366.623)
Depreciação e Amortização	(64.898)	(65.650)
	(64.898)	(65.650)
VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZ. PELA ENTIDADE	(475.231)	(1.432.273)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas de Subvenções	1.285.346	1.227.513
Receitas financeiras	3.686	3.797
	1.289.032	1.231.310
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	813.801	(200.963)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	813.801	(200.963)
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	414.990	336.310
Benefícios	73.547	117.491
FGTS	37.051	33.836
	525.588	487.637
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	104.947	69.478
Estaduais	244	36
Municipais	28	163
	105.219	69.677
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	609.407	369.189
	609.407	369.189
Juros sobre adiantamento de capital		5
RESULTADO RETIDO	(426.413)	(1.127.471)



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU) é uma Companhia pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela União Federal. A Companhia está vinculada ao Ministério das Cidades (MCID), desde janeiro de 2023.

A CBTU foi constituída com base no art. 5º da Lei 3.115/1957, nos Decretos 74.242/1974 e Decreto 89.396/1984, é regida pela Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), pela Lei 13.303/2016, (Lei das Estatais) pelo Decreto 8.945/2016, além de seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

A Companhia tem por objeto:

- a) executar os planos e programas aprovados pelo MCID, em consonância com o Plano Nacional de Viação, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, conforme previsto no Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) planejar, estudar, projetar e construir a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em consonância com as políticas de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) operar e explorar comercialmente os serviços de passageiros sobre trilhos;
- d) gerenciar as participações societárias da União em Companhias de transporte de passageiros sobre trilhos; e
- e) a exploração econômica da sua marca, patentes, denominação, insígnia, bem como de todos os recursos potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico, bens móveis e imóveis, áreas, espaços e, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros de forma direta ou consorciada.

A CBTU é responsável pela operação de sistemas ferroviários de transporte de passageiros em regiões metropolitanas como Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Sua atuação promove a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público através da adoção de diretrizes que consolidam os Metrô e os Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) como principais modais estratégicos para as grandes e médias cidades brasileiras.

Situação econômica-financeira:

A CBTU vem apresentando com recorrência nos últimos exercícios findos em 31 de dezembro Patrimônio Líquido Negativo, conforme detalhado na Nota 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto). Apesar disso, a continuidade operacional da Companhia não está comprometida, uma vez que a União, como única acionista, realiza aportes regulares de recursos por meio do Orçamento Geral da União (OGU). Esses recursos são alocados anualmente por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) e são utilizados para o pagamento de despesas de custeio e investimentos.

Continuidade Operacional:

As atividades da Companhia são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional, assegurando a manutenção das operações, apesar dos prejuízos acumulados e geração de caixa operacional negativa. A execução financeira é realizada conforme os sistemas estruturantes do orçamento federal, garantindo a viabilidade econômica-financeira e operacional da CBTU.

A CBTU está estruturada no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI como um órgão com quatro Unidades Gestoras operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Execução Orçamentária e situação dos repasses financeiros:

No exercício findo em 31 de dezembro 2025 o Governo Federal adotou medidas de bloqueio e contingenciamento das despesas discricionárias, bem como o faseamento dos limites de empenho, nos termos da Lei Complementar nº 210/2024. O art. 12 da referida lei autoriza o contingenciamento das dotações, inclusive de emendas parlamentares, na mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias, observadas as prioridades definidas pelo Poder Legislativo. Essas medidas impactaram o ritmo de execução orçamentária dos órgãos federais, incluindo o Ministério das Cidades, resultando em atrasos temporários nos repasses financeiros destinados à CBTU nesse exercício.

Como consequência desse cenário fiscal, a Companhia enfrentou restrições momentâneas de caixa e liquidez durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que ocasionaram adiamentos no pagamento de determinadas obrigações operacionais e tributárias. A Administração ressalta que tais efeitos decorrem exclusivamente do cronograma de liberação orçamentária e não representam risco à continuidade das operações, considerando a obrigatoriedade legal e constitucional de aporte de recursos pela União.

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CBTU em 20/03/2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade e Continuidade

2.1.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis previstas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

2.1.2 Declaração de Continuidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, conforme explicado na nota 01 – Contexto Operacional.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os elementos apresentados nas Demonstrações Contábeis são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera. Dessa forma, a “moeda funcional” da Companhia é “o Real”, que também é utilizada como a moeda corrente nacional e de apresentação.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas e julgamentos por parte da administração, baseados nas informações disponíveis. Essas estimativas são revisadas de forma contínua e incluem áreas de maior incerteza, conforme detalhado nas notas explicativas a seguir:

Nota 5 – Contas a Receber: Constituída PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) adotando os critérios: tempo de decurso superior a cinco anos sem recuperação efetiva e baixa probabilidade de realização dos créditos registrados.

Nota 8.3 – Imobilizações em Andamento: Refere-se à contabilização dos ativos imobilizados que ainda estão em fase de construção ou instalação, o que exige a aplicação de estimativas sobre os custos totais e o tempo de conclusão;

Nota 8.4 – Depreciações: é calculada sobre os ativos imobilizados pelo Método Linear, considerando o tempo estimado de vida útil dos bens e aplicando as taxas estabelecidas pelo Regulamento do Imposto de Renda – RIR/2018 (Decreto nº 9,580/2018) e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017.

Nota 9 – Intangíveis: são submetidos anualmente a testes de recuperabilidade, conforme o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para garantir que o valor contábil não exceda o valor recuperável dos ativos. Caso seja identificado um valor contábil superior ao recuperável, é constituída uma provisão para perda por Impairment.

Nota 10 – Provisão para Contingências: Envolve o reconhecimento de provisões para litígios e outras obrigações contingentes, cujo resultado é incerto e depende de julgamentos baseados na probabilidade de perdas e montantes envolvidos conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

Nota 12 – Obrigações a pagar: As premissas atuariais utilizadas para cálculo do valor presente das obrigações atuariais estão de acordo com as técnicas e modelagens usualmente utilizadas para cálculo de provisionamento atuarial de pensões concedidas tanto na modalidade vitalícia quanto na forma temporária.

Nota 19.3 – Dívida da REFER: é o reconhecimento da dívida através das provisões a curto e longo prazo; e

Nota 23 – Programa Nacional de Desestatização: Trata-se da participação da Companhia no programa governamental, com estimativas relacionadas ao impacto financeiro de eventuais mudanças na estrutura de controle e gestão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4 Base de Mensuração

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando aplicável o valor justo conforme divulgado na nota explicativa 2.4.11) e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de Escrituração das Transações:

A Companhia adota o regime de competência para o registro de suas operações.

2.4.2. Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários:

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, utilizando-se os respectivos índices aplicáveis.

2.4.3. Aplicações Financeiras:

As Aplicações Financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros e em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.986 de 17 de fevereiro de 2022.

2.4.4. Estoques:

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo que este não excede o seu valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado não excedendo seu valor de reposição.

2.4.5. Ativo Imobilizado e Intangível:

Os ativos imobilizados e intangíveis são demonstrados pelos custos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados conforme os seguintes aspectos:

- Depreciação: O ativo imobilizado é depreciado pelo método linear, considerando-se o tempo de vida útil dos bens e as taxas de depreciação estabelecidas pelo RIR 2018 (Decreto nº 9.580/2018) e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- Teste de Impairment: A CBTU realiza o Teste de Impairment ao final de cada exercício para avaliar a recuperabilidade dos ativos não circulantes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o teste de Impairment não apresentou redução do imobilizado.
- Intangível: Composto basicamente por direitos de uso e programas de softwares, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, devendo ser amortizados pelos respectivos prazos de vida útil definida. A Administração encontra-se efetuando uma análise pormenorizada desses ativos visando a definição de sua vida útil definida e por consequência o início do cálculo de sua amortização. O efeito da amortização do intangível não calculada em 2025 e 2024 são consideradas irrelevantes pela Administração da CBTU.

2.4.6. Provisões:

Uma provisão é reconhecida quando, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.4.7. Ativos e Passivos contingenciais:

Ativos e Passivos contingenciais são direitos ou obrigações possíveis que resultam de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade.

São contabilizados no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtido futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, como segue:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo. A CBTU não tem ativos contingentes registrados contabilmente em 31 de dezembro (nota explicativa 22).

Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais ou administrativos, envolvendo ações cíveis, trabalhistas, tributárias e previdenciárias entre outros riscos mensuráveis. São contabilizados se classificados como "prováveis" e mensuráveis de forma confiável, conforme avaliado por assessores legais. As demandas classificadas como possíveis (sem provisão contábil) são divulgadas na nota explicativa 10, e aquelas classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas, salvo quando a divulgação for necessária para adequada compreensão dos usuários das demonstrações financeiras.

Quando aplicável, a Companhia considera, na avaliação de risco e mensuração, a existência de garantias, depósitos judiciais, decisões que suspendam a exigibilidade e a fase processual da demanda.

2.4.8. Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência, refletindo os eventos econômicos nos respectivos períodos em que ocorrem.

2.4.9. Determinação do Valor Justo:

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. É realizada por meio de técnicas de avaliação, como fluxos de caixa descontados, com base em taxas de mercado observáveis na data de mensuração. A política de valor justo visa assegurar que as transações representem uma troca entre partes não relacionadas em condições normais de mercado.

2.4.9.10 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, especialmente a Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada conforme as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como essas riquezas foram distribuídas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2024 e o saldo de abertura em 01/01/2024, para fins de comparação, de acordo com NBC TG 23(R4) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Esses ajustes decorrentes de erros identificados pela Administração em determinadas transações e grupos de contas estão referenciados nas notas explicativas abaixo:

- Nota 6.2 – Depósitos Judiciais: Ajuste no saldo de variação monetária em 31/12/2024, na STU-Recife, de R\$ 27;
- Nota 8 – Imobilizado: Provisão ao valor recuperável de bens de Belo Horizonte no valor R\$ 566.636, em 01/01/2024;
- Nota 10 – Provisão para Contingências: Ajuste na provisão do processo cível, nº 0002534-90.2005.8.17.0001 referente Descumprimento Contratual por parte da Construções e Comercio Camargo Correa S/A, categorizado como risco provável em exercício anterior, no valor R\$ 252.272, em 01/01/2024;
- Nota 11 – Salários a pagar: Regularização de registros contábeis indevidos na provisão de salários a pagar, em 01/01/2024, no valor de R\$ 32;
- Nota 12 – Obrigações a pagar: Regularização de lançamentos contábeis indevidos no valor de R\$ 107, em 01/01/2024;
- Nota 14.3 – Recursos para Aumento de Capital: Reclassificação de recursos que não foram reconhecidos e registrados como aumento de capital, em 31/12/2024, no valor de R\$ 7.567.

Para efeito de comparabilidade, a Companhia retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 31 de dezembro de 2024 (01/01/2024) quando aplicáveis a efeitos retroativos aos exercícios anteriores a 01 de janeiro de 2024, conforme preconizado na NBC GT 23.

Segue a composição dos demonstrativos contábeis sujeito a reapresentação em 31 de dezembro de 2024 e 01 de janeiro de 2024:

BALANÇO PATRIMONIAL						
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO	01/01/2024 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	01/01/2024 REAPRESENTADO
ATIVO						
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
DEPÓSITOS JUDICIAIS	47.238	(27)	47.212			
IMOBILIZADO	2.211.486	(566.636)	1.644.850	2.209.560	(566.636)	1.642.924
TOTAL DO ATIVO	2.396.060	(566.663)	1.829.396	2.384.863	(566.636)	1.818.226
PASSIVO						
CIRCULANTE						
SALÁRIOS A PAGAR	28.671	(32)	28.638	26.768	(32)	26.735
OBRIGAÇÕES A PAGAR	64.171	(107)	64.064	47.890	(107)	47.782
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	1.959.861	252.272	2.212.133	424.428	252.272	676.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	92.112	7.567	99.678			
PREJUÍZO ACUMULADOS	(9.421.743)	(826.362)	(10.248.105)	(8.302.361)	(818.766)	(9.121.127)
TOTAL DO PASSIVO	2.396.060	(566.663)	1.829.396	2.384.863	(566.636)	1.818.226

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	1.235.080	(7.567)	1.227.513
RECEITA FINANCEIRA	3.824	(27)	3.797
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	92.112	7.567	99.678
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(9.421.743)	(826.362)	(10.248.105)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	(2.872.825)	(818.768)	(3.691.621)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)
VARIAÇÃO MONETÁRIA	26.250	27	26.276
RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	55.897	7.567	63.463

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA			
	31/12/24 ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/24 REAPRESENTADO
RECEITA DE SUBVENÇÕES	1.235.080	(7.567)	1.227.513
RECEITA FINANCEIRA	3.824	(27)	3.797
RESULTADO RETIDO	(1.119.877)	(7.594)	(1.127.471)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES

Este grupo de contas é composto por valores disponíveis em caixa, valores em trânsito oriundos da arrecadação de receitas, aplicações financeiras de liquidez imediata e os saldos mantidos na Conta única do Tesouro Nacional, que incluem repasses do Tesouro Nacional e recursos próprios da Companhia. Estes recursos são destinados a cobrir as despesas previstas no orçamento da CBTU, conforme autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	34	34
Conta Única do Tesouro Nacional - 4.1	46.153	54.044
Valores em Trânsito - 4.2	4.001	2.252
Aplicações Financeiras - 4.3	2.201	1.969
Total:	52.389	58.299

4.1. Conta Única do Tesouro Nacional

Os valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional derivam de repasses do **Orçamento Geral da União (OGU)** previstos na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Esses valores são destinados exclusivamente ao pagamento de despesas operacionais e investimentos previstos no orçamento da Companhia.

4.2. Valores em Trânsito

Valores em Trânsito são receitas de bilhetes e serviços ainda não creditadas em conta, mas já contabilizadas como receita do período tendo em vista sua identificação contábil e regime de competência.

4.3. Aplicações Financeiras

As Aplicações Financeiras correspondem a investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e são registradas ao custo acrescido dos rendimentos financeiros apropriados até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro. Tais aplicações seguem os critérios estabelecidos no **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**, e visam à manutenção da liquidez da Companhia com segurança e eficiência na rentabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
RFFSA - 5.1	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	454
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	158	98
Garantias	2.145	1.893
Créditos em Liquidação - 5.2	101.787	101.055
OUTRAS	146	223
	119.558	118.591
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - 5.3	(110.299)	(110.299)
Total:	9.259	8.292

5.1. RFFSA

Esta conta refere-se a desembolsos realizados pela CBTU, anteriormente de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são provenientes de **desapropriações e obras de expansão** da extinta Superintendência de Trens Urbanos (STU) de Belo Horizonte, executadas em áreas de influência tanto da CBTU quanto da RFFSA. Para apuração desses custos, foi aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos.

A extinta RFFSA, no entanto, está questionando diversos aspectos do critério de rateio aplicado. Conservadoramente, a CBTU constituiu uma provisão para **créditos de liquidação duvidosa** relativa aos valores contestados no montante de R\$ 14.136 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Considerando que não houve acordo entre as partes, com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a Advocacia Geral da União (AGU) para mediação. Foram realizadas várias reuniões com a participação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/AGU) na qual a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos.

Contudo, em 20/03/2025 a CBTU recebeu o OFÍCIO SEI nº 14731/2025/MF da PGFN informando que a RFFSA inscreveu a dívida – Certidão de Dívida Ativa nº 10625004381-08.

5.2. Créditos em Liquidação – Consórcio Grande Recife:

Esta rubrica refere-se a valores devidos pelo Consórcio Grande Recife, relacionada à parcela da CBTU na partilha tarifária da integração ônibus-metrô, contestados pelo Consórcio em relação aos cálculos apresentados pela CBTU. Atualmente, existem três processos judiciais em curso para cobrar o débito, sendo que a CBTU procedeu com a inscrição do Consórcio no **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)**.

Além disso, foi protocolada uma representação no Ministério Público Federal contra os Presidentes do Consórcio e do **Sindicato das Companhias de Transportes de Passageiros (Urbana)**.

Desse saldo, a CBTU constituiu PCLD em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 95.441. O valor residual não coberto por PCLD no melhor julgamento da CBTU é realizável.

5.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

Em função da incerteza quanto à recuperação dos créditos registrados relacionados à RFFSA, ao Consórcio Grande Recife e aos precatórios decorrentes da ação contra a Prefeitura de São Paulo, no montante de R\$ 723 em 31 de dezembro de 2025, a CBTU constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com os critérios aplicáveis do CPC 01 (R1).

Para constituição da provisão, durante os exercícios findos em 31 de dezembro, a Companhia adota como critérios:

- período superior a cinco anos sem recuperação ou avanço efetivo de cobrança; e
- baixa probabilidade de realização dos créditos registrados.

Não estão sendo apresentados as movimentações de PCLD considerando que os saldos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são iguais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	01/01/2024 Reapresentado
Penhoras judiciais 6.1	3.169	5.480	6.273
Depósitos Judiciais 6.2	49.760	41.732	29.953
Saldo do Período	52.929	47.212	36.226

Os Depósitos Judiciais refletem valores retidos pela CBTU em virtude de disputas judiciais, incluindo penhoras e depósitos recursais. A seguir, detalhamos os principais componentes deste grupo

6.1. Penhoras Judiciais

As penhoras judiciais referem-se a penhoras nas receitas de bilheteria, principalmente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife. Esses bloqueios decorrem de processos judiciais nos quais a Companhia é parte conforme divulgado na nota explicativa de contingências – **nota 10**. A composição detalhada dos valores relacionados às penhoras é apresentada abaixo:

	31/12/2025			31/12/2024		
	REC	OUTRAS	TOTAL	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	5.255	225	5.480	6.048	225	6.273
Penhoras do Período	-	-	-	501	-	501
Recuperação de Penhoras	(2.311)	-	(2.311)	(1.294)	-	(1.294)
Saldo do Período	2.944	225	3.169	5.255	225	5.480

6.2. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são constituídos principalmente por pagamentos de **depósitos recursais trabalhistas**, que visam à reforma de sentenças em ações em que a CBTU é parte. Em 2022, foi instituído um Grupo de Trabalho, com o propósito de **depuração e regularização das contas de depósitos judiciais**, com foco na correlação entre os depósitos e os processos judiciais em tramitação. O Grupo de trabalho finalizou em 12/2024.

Esse grupo também atuou no registro contábil adequado das atualizações monetárias dos depósitos judiciais.

A reapresentação conforme nota explicativa 03 foi devida a um ajuste no saldo de variação monetária do exercício findo, em 31 de dezembro de 2024 na STU-Recife no valor de R\$ 27;

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	41.732	29.953	19.975
Adições	13.633	17.258	15.266
Atualização Monetária	2.856	3.207	2.531
Baixas	(8.461)	(8.686)	(7.819)
Saldo do Período	49.760	41.732	29.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Os Impostos a Recuperar representam valores relacionados a processos de restituições de **tributos e contribuições federais**, principalmente relacionados ao **Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras** de disponibilidades da Companhia. Esses valores são corrigidos com base na taxa referencial do **Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC** e estão em processo de compensação junto à Receita Federal.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do Exercício Anterior	2.872	2.552
Adições	19	13
Baixas	(1)	-
Variação Monetária	<u>315</u>	<u>307</u>
Saldo do Período	<u><u>3.205</u></u>	<u><u>2.872</u></u>

NOTA 08 – IMOBILIZADO

8.1. Imobilizado Geral

O imobilizado geral corresponde aos bens móveis e imóveis utilizados na operação e administração da CBTU. Cabe destacar que a transferência dos bens imóveis da **Unidade de Belo Horizonte** para o **Estado de Minas Gerais**, cindida em setembro de 2022, ainda não foi concluída, porém efetuamos a provisão do saldo recuperável dos bens no valor de R\$ 566.634. As tratativas para regularização da documentação estão em andamento junto à Direção da CBTU. Os saldos referentes a unidade BH apresentam saldo de custo, líquido de depreciação e do valor recuperável igual a zero em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Em março/2025 foram baixados 2 VLTs da STU-Maceió (VLT MAC 02 e VLT MAC 05) conforme processo 286/2023, cujo montante líquido foi de R\$ 10.498, registrado na Demonstração de resultado na conta 365110100 Desincorporação de Ativos.

A reapresentação do Imobilizado foi devido a provisão ao valor recuperável de Bens de Belo Horizonte (R\$ 566.634) e São Paulo (R\$ 2);

Segue a movimentação do Imobilizado Geral:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> REAPRESENTADO	<u>01/01/2024</u> REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	1.644.850	1.642.924	2.237.823
Adições / Doação	98.420	62.969	37.889
Baixas	(10.539)	(1.194)	(10.724)
Provisão Valor recuperável de bens	-	-	(566.636)
Reversão / Impairment	-	8.227	-
Depreciações	(64.898)	(65.650)	(53.890)
Transferencia Intangível	-	(2.426)	(1.538)
Saldo do Período	<u><u>1.667.833</u></u>	<u><u>1.644.850</u></u>	<u><u>1.642.924</u></u>

8.2. Imobilizado Detalhado

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO (%)	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> REAPRESENTADO	<u>01/01/2024</u> REAPRESENTADO
Terrenos	-	228.508	228.508	228.508
Edificações	1,25 a 2,00	414.658	408.781	405.166
Instalações	2,00 a 3,33	793.448	761.302	742.565
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	912.991	905.365	885.443
Veículos	20	14.069	9.638	9.661
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	75.313	65.142	59.563
Outras Imobilizações Tangíveis	10	41.437	40.397	41.193
Imobilizações em Andamento	-	384.275	367.688	360.992
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	429.982	429.982	436.442
		<u><u>3.294.681</u></u>	<u><u>3.216.803</u></u>	<u><u>3.169.533</u></u>
Bens Imóveis Não Operacionais - BH		566.634	566.634	566.634
Depreciações Acumuladas		(1.265.531)	(1.210.636)	(1.157.058)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(927.951)	(927.951)	(936.185)
Total:		<u><u>1.667.833</u></u>	<u><u>1.644.850</u></u>	<u><u>1.642.924</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.3. Imobilizações em Andamento

As **Imobilizações em andamento** representam investimentos em **obras e aquisições** cujos contratos estão em execução.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de atualização celebrados com a **CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, do Estado de São Paulo, e para a Central Logística**, do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, não houve manifestação formal das partes quanto à aceitação ou contestação desses contratos.

Considerando que as tratativas relacionadas à cisão da filial de São Paulo não foram concluídas, desde 2019, está provisionado o valor total de **R\$ 327.696**, relativo aos investimentos em andamento nessas localidades, em conformidade com as exigências do **CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. A baixa desse valor ocorrerá após a conclusão formal das cisões com as Companhias beneficiárias.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Sistema de Recife	11.267	10.374
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	97.960
Sistema de São Paulo	227.515	227.515
Outras Obras	47.533	31.839
Subtotal:	384.275	367.688
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(327.696)	(327.696)
Total:	89.389	72.802

8.4. Depreciações

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo **Método Linear**, considerando o tempo estimado de **vida útil dos bens**, e em conjunto aplicando-se as taxas estabelecidas pelo **Decreto nº 9.580/2018 e pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017**.

NOTA 09 – ATIVO INTANGÍVEL

O Ativo Intangível da Companhia compreende, basicamente, **direitos de uso e aquisição de softwares** utilizados nas operações administrativas e operacionais da CBTU. Esses ativos são amortizados com base no prazo de **vida útil** definido, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo **CPC 04 (R1) – Ativo Intangível**.

Reconhecimento e Mensuração:

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao **custo de aquisição** ou desenvolvimento, quando é provável que trarão benefícios econômicos futuros e quando os custos podem ser mensurados de forma confiável. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao **custo**, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de eventuais perdas por **redução ao valor recuperável (Impairment)**.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

VIDA ÚTIL E AMORTIZAÇÃO:

A amortização dos softwares é calculada de forma sistemática pelo método linear ao longo da **vida útil estimada**. Essa estimativa reflete o tempo em que a CBTU espera obter os benefícios econômicos dos softwares e pode ser revisada periodicamente.

Atualmente a CBTU não amortiza seus Ativos Intangíveis, conforme descrito na nota explicativa 2.4.5.

Segue a composição do Intangível:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo do Exercício Anterior	21.802	19.329
Adições	-	36
Baixas	-	(3)
Transferência do Imobilizado	-	2.426
Reversão / Impairment	-	14
Saldo do Período	<u>21.802</u>	<u>21.802</u>

TESTES DE RECUPERABILIDADE (IMPAIRMENT):

Os ativos intangíveis são submetidos anualmente a **testes de recuperabilidade**, conforme o **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, para garantir que o valor contábil não exceda o valor recuperável dos ativos. Caso seja identificado um valor contábil superior ao recuperável, é constituída uma provisão para perda por Impairment. Não foram identificados pela Administração da CBTU evidências de necessidade de provisão para recuperação do saldo registrado em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 10 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Nota apresenta informações sobre provisões, passivos contingentes e decorrentes de demandas judiciais e administrativas, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Corresponde ao conjunto de exposições provenientes de litígios e obrigações de natureza trabalhista, cível e tributária que possam resultar desembolsos, abrangendo tanto os valores reconhecidos contabilmente (provisões) quanto os valores divulgados como passivos contingentes, conforme classificação de risco.

10.1 Critérios de reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia constitui **provisão** quando: (a) existe uma obrigação legal presente como resultado de evento passado; (b) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação; e (c) o valor pode ser estimado de forma confiável.

As demandas classificadas como **perda possível** não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em Nota Explicativa, com descrição da natureza.

As demandas classificadas como **perda remota** não são reconhecidas e, em regra, não são divulgadas.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data-base, considerando riscos e incertezas. As estimativas são revisadas periodicamente, com suporte de pareceres da assessoria jurídica da Companhia e, quando aplicável, de pareceres externos, refletindo a evolução processual, decisões judiciais relevantes e ajustes de premissas (índices de atualização, juros, multas, honorários e fase de execução).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.2 Estrutura do contencioso — quantitativo de processos por natureza e risco

As ações judiciais em que a Companhia figura como parte foram reavaliadas e classificadas por natureza e probabilidade de perda, conforme segue:

Natureza	31/12/2025				31/12/2024			
	Perda provável	Perda possível	Perda remota	Subtotal	Perda provável	Perda possível	Perda remota	Subtotal
Trabalhista	828	2.082	1.172	4.082	623	1.449	1.432	3504
Cível	159	332	396	887	189	682	690	1561
Tributária	82	326	186	594	233	64	232	529
Total	1.069	2.740	1.754	5.563	1.045	2.195	2.354	5.594

10.3 Provisões reconhecidas (perdas prováveis) — composição e movimentação

As provisões para contingências reconhecidas no passivo em 31 de dezembro refletem as melhores estimativas da Administração quanto às perdas classificadas como prováveis, com base em avaliação técnica da área jurídica e de seus advogados externos, quando aplicável, revisada de forma contínua.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.3.1 Movimentação das provisões por natureza (perdas prováveis)

Movimentação	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024 (Reapresentado)	388.221	1.781.363	42.548	2.212.133
(-) Pagamento de sentenças	(94.537)	(4.877)	(12.549)	(111.963)
(+/-) Provisão/Reversão do exercício	205.667	(176.631)	(22.407)	6.629
(+) Variação monetária	68.434	211.446	3.394	283.274
Saldo em 31/12/2025	567.785	1.811.301	10.986	2.390.072

10.4 Composição das Provisões e Passivos Contingentes

Natureza	31/12/2025				31/12/2024			
	Provisões (provável)		Passivos Contingentes (Possível)		Provisões (provável)		Passivos Contingentes (Possível)	
	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações	Valor	Quant. ações
Trabalhista	567.785	828	463.360	2.082	388.221	623	742.477	1.449
Cível	1.811.301	159	171.382	332	1.781.363	189	196.040	682
Tributário	10.985	82	40.061	326	42.548	233	3.097	64
Total	2.390.072	1069	674.803	2.740	2.212.133	1.045	941.614	2.195

Incertezas relevantes: as perdas possíveis estão sujeitas a alterações relevantes em função de mudanças de entendimento jurisprudencial, decisões em recursos, resultados de perícias, homologações de cálculos (especialmente em fase de execução) e eventuais redefinições de escopo de obrigações e parâmetros de correção/juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.5. Principais demandas e eventos relevantes nos exercícios findos

A Companhia divulga, a seguir, causas selecionadas por materialidade, criticidade, estágio processual ou volatilidade da estimativa.

10.5.1 Demandas Trabalhistas

Dentre as principais demandas das ações, destacam-se as que possuem o seguinte objeto:

- Readmissão de empregados anistiados;
- Reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES);
- Isonomia, horas extras, adicional de periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

(i) Ação Civil Coletiva — transferência da sede para Brasília (Processo nº 010007-78.2021.5.01.0044, 44ª VT/RJ)

No período, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos relacionados à nulidade de atos de transferência e indenização por dano moral coletivo, com revogação de medida liminar anteriormente concedida. Houve interposição de embargos de declaração, pendentes de julgamento ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia permanece acompanhando o feito. Classificado como perda possível no valor atualizado de R\$ 503.

(ii) Ação Coletiva SINDMETRO/MG (Processo nº 00009100-04.2009.5.03.0001, 18ª VT/BH) — fase de execução

A demanda permanece em fase de execução, com acompanhamento contínuo quanto a critérios de cálculo e obrigações correlatas. A Companhia acompanha e adota as medidas processuais cabíveis para mitigação de exposição e conformidade com decisões. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 116.599.

10.5.2 Demandas Cíveis

As principais demandas das ações cíveis possuem o seguinte objeto:

- Indenizações decorrentes de acidentes ferroviários;
- Desapropriações de imóveis; e
- Condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

(i) Ação de Desapropriação nº 0163194-18.1900.4.02.5101 — suspensão por Ação Rescisória nº 7967/DF (STJ)

O processo envolve a desapropriação de um terreno ocorrida em 1979, com um acordo inicial de pagamento já realizado pela CBTU. Porém, os autores alegam saldo remanescente devido, o que inclui correções monetárias e expurgos inflacionários.

No trimestre, ocorreram movimentações relacionadas à perícia e decisões em agravos. Posteriormente, houve comunicação de medida liminar em ação rescisória determinando a suspensão de execuções/cumprimentos de sentença correlatos, razão pela qual o feito permaneceu suspenso ao final do exercício. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 1.344.876.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

lii) Cumprimento de sentença — Contrato nº 20/1998 (TIP-TIMBI), PE (Processo nº 0002534-90.2005.8.17.0001)

A demanda refere-se ao ressarcimento de custos adicionais decorrentes de atrasos na execução do referido contrato, ajuizada pelas Construtoras Queiroz Galvão e Camargo Correa, encontra-se em fase de cumprimento de sentença, com discussões técnicas quanto a critérios de cálculo e atualização. A Administração acompanha a evolução processual e revisa as estimativas quando houver novos elementos que impactem o valor provável/possível de desembolso. Classificado como perda provável no valor atualizado de R\$ 362.248.

10.5.3 Demandas Tributárias

As ações tributárias envolvem execuções fiscais e tributárias, incluindo impostos, taxas e contribuições previdenciárias. Houve redução no valor de risco dos processos tributários devido à garantia integral dos valores em execução.

Execução Fiscal Previdenciária e de IRPJ (Processo nº 1023196-30.2022.4.01.3400)

A execução fiscal refere-se a competências de 2018 a 2021, com acompanhamento de medidas processuais cabíveis. A Companhia apresentou exceção de pré-executividade, pendente de decisão, e monitora os impactos do protesto e de alterações de competência processual. Classificado como perda possível no valor atualizado de R\$ 23.044.

NOTA 11 – SALÁRIOS A PAGAR

Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito.

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Salários a Pagar	35.460	28.638	26.735
Total:	35.460	28.638	26.735

Este grupo foi reapresentado devido a regularização de registros contábeis indevidos na provisão de salários a pagar no valor de R\$ 32.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar são compostas principalmente das Pensões Vitalícias decorrentes de acidentes ferroviários envolvendo terceiros e valores relacionados à descentralização orçamentária/financeira do MDR.

A descentralização mencionada refere-se à **Transferência de Execução Descentralizada (TED)**, um instrumento utilizado para transferir recursos entre órgãos e entidades da administração pública, visando a execução de atividades e projetos específicos, sem alterar o orçamento original. Esse mecanismo facilita a gestão financeira entre diferentes órgãos federais e é regulamentado pelo **Decreto 10.426/2020**.

Seguindo o **Decreto 10.426/2020**, o **TED nº 04/2022** referente a liberação financeira para recuperação das áreas da CBTU-RECIFE atingidas pelas chuvas no mês de maio/2022, Despacho DOF 5567130, processo 59000.010368/2022-42, será baixado mediante o relatório de cumprimento de objeto final previsto para 2026.

Este grupo foi reapresentado devido à regularização de registros lançamentos indevidos, no valor de R\$ 107.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.1. Pensão Vitalícia

Composição das Obrigações a Pagar Circulante:

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO	01/01/2024 REAPRESENTADO
Pensão Vitalícia	23.561	3.641	3.429
Integração Tarifária	232	232	233
Descentralização	88.301	57.327	43.253
Outras	3.677	2.864	868
Total:	115.771	64.064	47.783

Composição das Obrigações a Pagar Não Circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Pensão Vitalícia	180.414	-
Total:	180.414	-

As pensões vitalícias foram calculadas através de premissas atuariais e são decorrentes do compromisso da CBTU de pagamentos de indenizações a terceiros impostas por processos judiciais.

Base de dados das Pensões concedidas da CBTU em 31/12/2025. Pensionistas

Descrição	2025		
Frequência	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio
Frequência Total	1.286	67,43	R\$1.321,08
Pensão Vitalícia	871	67,54	R\$1.459,17
Pensão Temporária	415	67,2	R\$1.031,26

As premissas atuariais utilizadas para esta Avaliação Atuarial estão de acordo com as técnicas e modelagens usualmente utilizadas para cálculo de provisionamento atuarial de pensões concedidas tanto na modalidade vitalícia quanto na forma temporária.

Item	Premissas
Data referência	31/12/2025
Taxa Real Anual de Juros (adotada no desconto a valor presente)	6,00%
Inflação futura estimada (2025)	4,05% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	Sexo Masculino: IBGE 2023 M Sexo Feminino: IBGE 2023 F

O valor apurado das pensões vitalícias foi de R\$ 200.214 sendo que os valores com vencimento acima de 12 meses foram classificados no Passivo Não Circulante, no valor de R\$ 180.414.

Em observância à NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, item 50, o saldo da conta Pensão Vitalícia não está sendo reapresentado de forma retrospectiva devido à impossibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados a cada exercício. Dessa forma, caso fossem reapresentados, não estariam apresentando informações fidedignas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

13.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social Integralizado da CBTU é de R\$ 6.548.725, representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes integralmente à União (R\$ 6.456.613, representando por 18.642.346.766.155 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024).

Esta, como única acionista, realiza aportes através do Orçamento Geral da União (OGU) para custear as despesas operacionais e os investimentos da CBTU. Esses recursos, provenientes do Tesouro Nacional, são alocados anualmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e executados integralmente nos sistemas federais de orçamento.

13.2. Reserva de Reavaliação de Bens

Essa reserva foi constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. Sua realização ocorre gradualmente, por meio de depreciações, baixas e alienações desses bens, sendo registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Nos termos do CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, a Companhia optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até a sua completa realização. No exercício findo em 31/12/2025, o saldo remanescente da reserva (R\$ 193) foi integralmente realizado, com a correspondente transferência para prejuízos acumulados.

13.3. Recursos para Aumento de Capital

Em 30/04/2025, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (Atas AGO/E nº 01 e 02-2025) aprovou a subscrição de capital no valor de R\$ 92.112 na DMPL, correspondentes aos aportes referentes aos anos de 2024 (R\$ 55.897) e 2023 (R\$ 36.215).

Durante 2025, a Companhia recebeu recursos para aumento de capital no valor de R\$ 91.970, aplicados em despesas de capital, conforme Nota Técnica Conjunta GAPLO/GAFIN nº 830/2026.

Desse total, R\$ 91.511 referente ao próprio exercício e R\$ 459 como saldo vindo do exercício 2024 e não devolvido ao tesouro no encerramento deste ano. Acrescentado ao valor de R\$ 91.511 ao aporte remanescente recebido no exercício 2024, mas não classificado como AFAC na ocasião, no valor de R\$ 7.567, já incluído os R\$ 459.

Dessa forma, o montante total a ser integralizado ao capital social será de R\$ 99.078, composto por R\$ 91.511 do AFAC 2025 e R\$ 7.567 do AFAC 2024, regularizado em março/2025.

Com a transformação da CBTU, em 21/06/2018, de Sociedade de Economia Mista em Companhia Pública, deixou de ser aplicada a correção pela SELIC sobre os valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, passando tais valores a serem contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Manual SIAFI – Macro função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Companhias.

	31/12/2025	31/12/2024
	Reapresentado	
Saldo Anterior	99.678	166.957
Integralização de Capital Social	(92.111)	(130.742)
Recursos para Aumento de Capital	91.511	63.463
Saldo do Período	99.078	99.678

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13.4. Patrimônio Líquido Negativo

Em 31/12/2025, a CBTU apresentou **Patrimônio Líquido negativo de R\$ 4.026.522**, em razão dos prejuízos acumulados e recorrentes, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Todavia, por se tratar de Companhia Pública Federal **dependente do Tesouro Nacional**, a Companhia não está sujeita à Lei de Falências (Lei nº 11.101/2005), sendo garantida pelo Governo Federal em relação a eventuais necessidades de aporte, o que elimina riscos à sua continuidade operacional (nota explicativa 1).

NOTA 14 – RECEITA BRUTA

	31/12/2025		31/12/2024	
	TRANSPORTE	ALUGUEL	TRANSPORTE	ALUGUEL
REC	59.124	3.522	70.563	3.454
NAT	2.537	74	3.450	67
MAC	937	35	946	54
JOP	1.621	61	1.575	115
Total:	64.219	3.692	76.534	3.690

QUANTIDADE	2025	2024
USUÁRIOS PAGANTES	17.606.376	20.493.865

A Receita Bruta da Companhia inclui as receitas de arrecadação das bilheterias, de integração tarifária e de aluguéis, conforme demonstrado abaixo.

Em 31/12/2025, a Receita Bruta acumulada no período totalizou R\$ 67.911, antes R\$ 80.224 no mesmo exercício findo em 31/12/2024, representando variação negativa de 15%.

A redução decorre, principalmente, da suspensão da operação do Metrô de Recife aos domingos, a partir de setembro/2024, em razão de obras de manutenção.

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal, Encargos e Benefícios	468.632	430.488
Concessionárias	30.101	33.860
Serviços de Terceiros	137.755	133.671
Materiais	20.840	23.263
Total:	657.328	621.282

Os custos dos serviços prestados compreendem principalmente os gastos relacionados diretamente com a operação e a manutenção dos sistemas operacionais da CBTU.

NOTA 16 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
Pessoal, Encargos e Benefícios	161.537	126.226
Pensões indenizatórias	222.181	22.390
Serviços de Terceiros	19.418	18.996
Transferências Financeiras - TED	30.974	14.074
Outras	3.791	6.934
Total:	437.901	188.620

As despesas gerais e administrativas compreendem os gastos da Administração Central, as pensões decorrentes de acidentes ferroviários (principalmente das extintas unidades do RJ e SP) e demais despesas não relacionadas à operação direta dos sistemas metroferroviários registradas contabilmente como custo dos serviços prestados.

Houve aumento da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em razão da provisão a longo prazo das pensões vitalícias, conforme exposto na Nota 12.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

As subvenções para custeio correspondem a transferências financeiras da União à CBTU para complementar suas despesas operacionais, em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e o Decreto nº 93.872/86.

Esses aportes garantem a continuidade das atividades da Companhia, assegurando que ela consiga cumprir suas obrigações financeiras relacionadas à operação e manutenção dos sistemas de transporte público que administra. Tais recursos são essenciais para cobrir déficits operacionais e manter a prestação dos serviços de forma eficiente.

A previsão legal que regula a concessão de subvenções está disposta no art. 12 da **Lei nº 4.320/64**, que estabelece as normas gerais para a execução do orçamento público no Brasil. Além disso, o **Decreto nº 93.872/86** detalha os procedimentos para a liberação e controle desses recursos, reforçando a responsabilidade de sua utilização para os fins a que se destinam.

Segue a composição das Subvenções Recebidas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> <u>REAPRESENTADO</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	610.860	568.174
Despesas Decorrentes de Sentenças judiciais	533.304	530.423
Custeio	141.182	128.916
Total:	<u>1.285.346</u>	<u>1.227.513</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024 REAPRESENTADO
RECEITAS FINANCEIRAS		
Atualização Monetária de Tributos a Recuperar	315	307
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	2.857	3.207
Juros de Aplicações Financeiras	103	127
Outras	411	156
SUB-TOTAL	3.686	3.797
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	315.324	339.047
Atualização Monetária Rec. p/ Aumento de Capit	-	5
Atualização Monetária de Contingências	283.275	29.785
Juros e multas por atraso	10.808	357
SUB-TOTAL	609.407	369.194
TOTAL	(605.721)	(365.397)

O resultado financeiro decorre, principalmente, das atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e as provisões para contingências.

O aumento das despesas financeiras em 2025 quando comparado com 2024 é atribuído, sobretudo, a dois pontos:

a) R\$ 188.601 de variação monetária sobre o processo nº 0163194-18.1900.4.02.5101 (Desapropriação RJ), cujo valor de referência de R\$ 1 bilhão foi registrado contabilmente em dezembro/2024.

b) Pagamento de multa por atraso no valor de R\$ 9.404 referente a não entrega da ECF 2022/2023 por falta de sistema na CBTU para preparação da ECD.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas**, esta nota apresenta as transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, que incluem transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não contrapartida financeira ou valor monetário envolvido.

19.1. Partes Relacionadas

Segue a composição das Partes Relacionadas:

PARTE RELACIONADA	R\$ mil	
	Dez/2025	Dez/2024
EBCT-EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS ⁽¹⁾	62	82
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO ⁽²⁾	47	43
PETROBRÁS ⁽³⁾	4.930	7.983
REFER ⁽⁴⁾	387.011	368.977
BANCO DO BRASIL ⁽⁵⁾	1.194	1.068

(1) Serviço de malote.

(2) Serviço de publicação de materiais legais.

(3) Serviço de fornecimento de óleo diesel.

(4) Fundo de previdência privada.

(5) Aplicações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19.2. Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes.

O laudo atuarial emitido pela REFER em 31 de dezembro de 2025 conclui que as provisões matemáticas do plano estão integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura. De acordo com o estudo, foi apurado superávit técnico acumulado de R\$ 867.929, equivalente a 99,23% das provisões matemáticas de benefício definido, não sendo identificada necessidade de ajustes ou medidas para recomposição de equilíbrio atuarial.

Seguem os demonstrativos das Hipóteses Atuariais de 2025 e 2024:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2025	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuarial do Plano Plano CBTU	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido no regulamento do plano.
Crescimento Real de Salário Patrocinador CBTU	1,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial do patrocinador do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Patrocinador METRÔ - BH	0,00% ao ano	
Fator de Determinação do Valor Real de Salários	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da entidade, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade Patrocinador CBTU	0,00%	Reflete as taxas de desligamento do patrocinador, por causas diferentes: morte, invalidez ou aposentadoria. Inclusive daqueles que se desligam do plano, sem se desligarem do patrocinador.
Patrocinador METRÔ-BH	0,00%	
Tábua de Mortalidade Plano CBTU	AT-2000	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos Plano CBTU	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez Plano CBTU	Light Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses		
Percentual de casados	90%	Projeta o perfil familiar dos participantes.
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2024	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuarial do Plano Plano CBTU	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido no regulamento do plano.
Crescimento Real de Salário Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ - BH	1,00% ao ano 0,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial do patrocinador do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da entidade, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS, verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade Patrocinador CBTU Patrocinador METRÔ-BH	0,00% 0,00%	Reflete as taxas de desligamento do patrocinador, por causas diferentes: morte, invalidez ou aposentadoria. Inclui aqueles que se desligam do plano, sem se desligarem do patrocinador.
Tábua de Mortalidade Plano CBTU	AT-2000	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Invalidos Plano CBTU	Wirklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez Plano CBTU	Light Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses Percentual de casados Diferença de idade entre homem e mulher	90% 4 anos	Projeta o perfil familiar dos participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19.3. Dívida da REFER

Em 19 de abril de 2021, foi homologado judicialmente o acordo firmado entre a CBTU e a Fundação REFER, com anuência da União, para pagamento da dívida no montante de R\$ 2.780.411 (posição de 31/03/2020). O acordo prevê pagamento em até 18 anos, em parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% ao ano, corrigidas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Esse acordo tem por objetivo assegurar a cobertura do déficit previdenciário acumulado nos planos de benefícios da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, garantindo a continuidade das atividades da REFER e a segurança das aposentadorias dos (as) ferroviários (as) vinculados (as).

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 392.538 no passivo circulante e R\$ 2.706.775 no passivo não circulante:

	Dez/2025	Dez/2024
Saldo do Exercício Anterior	3.171.001	3.200.931
Juros e Encargos	315.324	339.047
Pagto do Acordo	(387.011)	(368.977)
Saldo do Exercício	3.099.313	3.171.001

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e dos demais órgãos estatutários da Companhia é fixada anualmente pela Assembleia Geral, em conformidade com o Estatuto Social e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI.

A estrutura remuneratória dos administradores observa as rubricas previstas na regulamentação aplicável às empresas estatais federais, sendo composta por honorários fixos e rubricas, tais como gratificação natalina, gratificação férias, auxílio-alimentação, plano de saúde, auxílio-moradia, previdência complementar e eventual remuneração compensatória decorrente de quarentena, quando aplicável.

Em consonância com o Estatuto Social, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria observa o limite de até 10% da remuneração mensal média dos diretores, excluídos benefícios e parcelas variáveis.

A composição da remuneração dos administradores e membros dos órgãos estatutários, no exercício de 2025, está apresentada no quadro a seguir, detalhada por principais rubricas remuneratórias e por órgão, conforme parâmetros aprovados em Assembleia Geral e diretrizes da SEST/MGI:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Órgão	Descrição	Valor anual (R\$)
Diretoria Executiva	Honorários Fixos	954.344,19
	Gratificação Natalina	80.455,42
	Gratificação de férias	5.414,37
	Auxílio alimentação	36.000,00
	Plano de Saúde	54.000,00
	Auxílio Moradia	106.174,22
	Previdência Complementar	699,2
	Quarentena	-
	Subtotal	1.237.087,40
Conselho de Administração	Honorário Fixo	230.862,36
	Previdência Complementar	-
	Subtotal	230.862,36
Conselho Fiscal	Honorário Fixo	99.581,33
	Previdência Complementar	-
	Subtotal	99.581,33
Comitê de Auditoria	Honorário Fixo	71.310,63
	Subtotal	71.310,63
Total		1.638.841,72

Os membros dos órgãos estatutários podem aderir ao plano de previdência complementar administrado pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, observadas as regras de elegibilidade e os limites de contribuição estabelecidos.

No que se refere aos empregados, a remuneração observa o Plano de Cargos e Salários da Companhia, bem como a legislação trabalhista aplicável e os instrumentos de negociação coletiva vigentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava a seguinte posição:

Quantidade de empregados ativos: R\$ 2.766

- Remuneração média global: R\$ 13.540,10
- Remuneração mínima: R\$ 2.458,21
- Remuneração máxima: R\$ 63.800,22
- Valor médio global dos benefícios oferecidos: R\$ 5.758

O valor médio global considera além do salário, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação/refeição, cesta básica, auxílio-creche, vale-transporte, previdência complementar e outros benefícios.

As remunerações que excedem o limite constitucional estão sujeitas ao teto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, de R\$ 46.366,19, vigente a partir de 01/02/2025, conforme Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 21 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 8 de maio de 2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada para inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). Essa qualificação foi ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

Posteriormente, a Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020, aprovou o processo de Reestruturação Societária da CBTU, com a criação de cinco subsidiárias integrais. Cada uma dessas subsidiárias irá incorporar parcelas específicas do patrimônio da Companhia, pertinentes às atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos de reestruturação societária para as Superintendências de Trens Urbanos (STUs) em Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados em 2023, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seguem em curso.

Em 25 de março de 2025, a Resolução CPPI nº 324 aprovou as condições iniciais para a transferência dos ativos da Superintendência Regional da CBTU em Recife (STU-REC) para o Estado de Pernambuco. O processo será conduzido mediante a concessão à iniciativa privada da gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da Região Metropolitana do Recife, sob coordenação do BNDES, por meio de procedimento licitatório único.

A operação envolverá a transferência de bens e instalações da União, a outorga da concessão pelo Estado de Pernambuco e a transferência da propriedade dos bens afetos ao serviço público. Também foi prevista a celebração de um acordo de cooperação técnica entre a União, o Estado de Pernambuco e o BNDES, com o objetivo de coordenar a execução das etapas necessárias à concretização da transferência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 22 – EVENTO GEOLÓGICO EM MACEIO/AL (BRASKEM) – SUSPENSÃO PARCIAL DA OPERAÇÃO, TERMOS DE COOPERAÇÃO E DEMANDA JUDICIAL AJUIZADA PELA CBTU

22.1 Contexto

Desde março de 2018, parcela do território do Município de Maceió passou a apresentar instabilidade no solo associada às atividades de extração de sal-gema pela Companhia Braskem, levando o Município a decretar estado de calamidade pública em áreas dos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Pinheiro e Farol. A situação também foi reconhecida pelo Governo Federal, conforme Portaria nº 1.311/2019 e posteriores, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A CBTU opera os serviços de transporte público coletivo intermunicipal de caráter urbano entre os municípios de Rio Largo e Maceió por meio de Veículos Leves sobre Trilhos (VLT). Parte do traçado, com aproximadamente 3,1 km, atravessa área que foi objeto de desocupação em razão da instabilidade do solo, com repercussão direta sobre a continuidade e segurança do tráfego ferroviário.

22.2 Suspensão parcial do tráfego e efeitos operacionais:

A Administração Pública Municipal recomendou, por meio do Ofício nº 201/2020-GP de 25/03/2020, a suspensão do tráfego de VLT na Região a partir de 28 de março de 2020, o que foi acatado pela CBTU. A suspensão parcial permanece até a presente data, atingindo o trecho entre as estações Bebedouro e Bom Parto ("Trecho Temporariamente Suspenso).

A Companhia realiza acompanhamento técnico e operacional do tema, avaliando riscos à segurança e as condições necessárias à retomada segura do tráfego no referido trecho.

22.3 Termos de Cooperação relacionados à continuidade do serviço

Desde a suspensão parcial em 2020, a CBTU e a BRASKEM vêm adotando medidas para mitigar impactos e preservar a continuidade dos serviços, o que culminou na celebração de instrumentos de cooperação, incluindo:

① transbordo dos passageiros da CBTU entre as estações Bebedouro e Bom Parto e vice-versa (vigente);

(ii) transporte de combustível entre o posto mantido pela CBTU na estação Maceió e as estações Satuba e Lourenço de Albuquerque; (vigente), e

22.4 Termo de Cooperação Técnica de 25/08/2025 – objeto, vigência e intervenções:

Em 25/08/2025, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre Braskem e CBTU, com vigência de 20 (vinte) meses, prorrogável por mais 6 (seis) meses, cujo objeto é estabelecer mútua cooperação para a realização de estudos, obras e serviços voltados à implementação de intervenções que possibilitem a retomada segura do tráfego no trecho temporariamente suspenso, ligando as estações Bebedouro e Bom Parto.

O objeto do referido Termo possui valor orçado de R\$ 82.968, e a Braskem comprometeu-se a contratar e pagar diretamente Companhias técnicas especializadas e habilitadas para a execução das intervenções previstas.

As intervenções contempladas incluem, entre outras:

(a) Remodelação do Trecho Temporariamente Suspenso: recomposição da via ferroviária entre as estações Bebedouro e Bom Parto, com extensão aproximada de 2,96 km, visando restituir o trecho à CBTU em condições aceitáveis de operação, em conformidade com requisitos mínimos normativos;

(b) Revitalização das passagens de nível: medidas destinadas a elevar a segurança de usuários e do material rodante, incluindo sinalização, diagnóstico das passagens existentes e melhorias necessárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

22.5 Demanda judicial ajuizada pela CBTU – andamento processual:

Em 28/01/2021, a CBTU ajuizou a ação nº 0800751-96.2021.4.05.8000 em face da Braskem, deduzindo pleitos relacionados aos impactos do evento geológico sobre a operação ferroviária, inclusive quanto à necessidade de intervenções estruturais para viabilizar a retomada segura do tráfego no trecho afetado.

No curso da demanda, houve suspensão do processo para tentativa de composição entre as partes, nos termos do art. 313, § 4º, do Código de Processo Civil, período em que foram firmados dois Memorandos de Entendimento, com previsões de entregas e etapas de negociação.

Após a conclusão das entregas previstas no 2º Memorando de Entendimento, foram encerradas as reuniões destinadas à negociação, com a retomada do curso do processo, tendo a Braskem apresentado contestação, seguida de réplica pela CBTU. A ação permanece pendente de julgamento na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

O Termo de Cooperação Técnica referido no item acima possui natureza técnico-operacional e não altera, por si, o estado processual da demanda judicial em curso.

22.6 Reflexos contábeis, julgamentos e estimativas relevantes

22.6.1 Provisões, contingências e ativos contingentes (CPC 25)

Por se tratar de demanda judicial ativa (ajuizada pela CBTU), eventuais benefícios econômicos esperados configuram, em regra, ativo contingente, não sendo reconhecidos contabilmente enquanto sua realização não for provável. Quando aplicável, a Companhia procede às divulgações pertinentes em notas explicativas, com base na avaliação jurídica acerca da probabilidade de êxito e nas informações disponíveis para mensuração.

22.6.2 Termo de Cooperação Técnica com contratação e pagamento direto pela Braskem

Considerando que a Braskem se comprometeu a contratar e pagar diretamente fornecedores para execução das intervenções, a CBTU avalia a substância econômico-jurídica do instrumento assinado em 2025 para fins de reconhecimento contábil e divulgações em suas notas explicativas. Em particular:

- a Companhia reconhecerá ativos imobilizados apenas quando houver evidência de que os bens/obras foram entregues/aceitos e passaram ao controle da CBTU, com mensuração confiável, conforme documentação de recebimento e demais elementos comprobatórios; e
- o valor orçado do Termo não representa em 31 de dezembro de 2025, por si só, ativo, receita ou direito creditório da CBTU, sendo a contabilização condicionada aos critérios de reconhecimento e mensuração aplicáveis.

22.7 Incertezas relevantes e fatores de risco

A retomada do tráfego no trecho temporariamente suspenso depende da evolução das condições geotécnicas, da execução e aceitação das intervenções previstas, de recomendações e autorizações das autoridades competentes. Em razão disso, permanecem incertezas quanto a prazos, escopo final e eventuais impactos adicionais, que são monitorados e reavaliados pela Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 23 – EVENTO SUBSEQUENTE

Programa de Desligamento Voluntário (PDV):

A Gerência de Desenvolvimento da CBTU encontra-se em fase de estudo pelas áreas competentes de Programa de Demissão Voluntária (PDV) iniciado em 2025, como instrumento de gestão de pessoas inserido no contexto de reconfiguração institucional, com definição de público elegível/alvo e estimativas de impacto em folha e indicadores (como *payback*), com referências a diretrizes de governança aplicáveis. Esse estudo ainda não foi concluído até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e sem deliberação do Conselho de Administração.

As tratativas e discussões do estudo do PDV continuarão em 2026, inclusive em instâncias previstas no Acordo Coletivo Especial (Comissão Paritária);

SIGLÁRIO

ACP AÇÃO CIVIL PÚBLICA	CCO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL	CPTM COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS
AECI ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	CECBTU COMISSÃO DE ÉTICA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CTS COMPANHIA DE TRENS DE SALVADOR
AGR AVALIAÇÃO GERAL DE RISCO	CENTRAL COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA	DMLP DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
AGU ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	CFC CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL	CGPAR COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO	ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BHTRANS EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE	CGU CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	E-OUV SISTEMA DE OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
BIRD BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO	COAUD COMITÊ DE AUDITORIA	ERPS ENTERPRISE RESOURCE PLANNING (SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL)
BSC BALANCED SCORE CARD	CONAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FGTS FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
CADIN CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	CONAMA CONSELHO NACIONAL DO MEI AMBIENTE	FLUMITRENS COMPANHIA FLUMINENSE DE TRENS URBANOS
CAES CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA E ENERGIA	CONFI CONSELHO FISCAL DA CBTU	GAJUR GERÊNCIA GERAL - JURÍDICA
CBTU COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	CPC COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	
CCAF CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL		

SIGLÁRIO

GECIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

GEDES

GERÊNCIA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

GETIN

GERÊNCIA TÉCNICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GHC

GREEN HOUSE GASES PROTOCOL

ICPC-10

INTERPRETAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO INICIAL AO ATIVO IMOBILIZADO E À PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CPCs 27, 28, 37 E 43

IGSEST

INDICADOR DE GOVERNANÇA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

INPC

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INTOSAI GOV

GUIDELINES FOR INTERNAL CONTROL STANDARDS FOR THE PUBLIC SECTOR (DIRETRIZES PARA NORMAS DE CONTROLE INTERNO PARA O SETOR PÚBLICO)

IPS

INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA

LED

LIGHT EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)

LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MDU

MÉDIA DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR DIA ÚTIL TÍPICO

METROFOR

METRÔ DE FORTALEZA

NBC

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NR7

NORMA REGULAMENTADORA 7

NUP

NÚMERO ÚNICO DE PROTOCOLO

PAD

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PADRÃO DMR

DIGITAL MOBILE RADIO (RÁDIO DIGITAL MÓVEL)

PAT

PROGRAMA DE AMPARO AO TRABALHADOR

PDTIC

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC-SISP

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PDV

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

PETIC

PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PLOA

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PND

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

PGRS

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PGU

PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO

POSIC

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

RAINT

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

REFER

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

RFFSA

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

SIGLÁRIO

RH

RECURSOS HUMANOS

RILC

REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

RIOTRILHOS

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SEI

SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SELIC

SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA

SEST

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

SIADS

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PATRIMONIAL

SICTE

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE E TRÁFEGO E ENERGIA E VÍDEO WALL DO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL

SINAC

SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA

SINVE

SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

SPU

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SISP

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

STU-BH

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

STU-JP

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

STU-NATAL

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL

STU-REC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

SUT-MAC

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ

SWOT

FORÇAS (STRENGTHS), FRAQUEZAS (WEAKNESSES), OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) E AMEAÇAS (THREATS)

TAC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TRF

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

TUE

TREM DE UNIDADE ELÉTRICA

UAIG

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

UMAPAT

UNIFICAÇÃO DO MAPEAMENTO DAS AÇÕES TRABALHISTAS

VLT

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS

José Marques de Lima
Diretor-Presidente

Eduardo Coimbra
Diretor Planejamento

Adriana Lins
Diretora Técnica
e
Diretora de Administração e Finanças
(interina)